



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**



LUCIANO ALONSO JUSTINO

**USO DE RÉPLICAS ARQUEOLÓGICAS NO ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA DE
MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE
2024**

LUCIANO ALONSO JUSTINO

**USO DE RÉPLICAS ARQUEOLÓGICAS NO ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA DE
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Carlos E. da Costa Campos

CAMPO GRANDE
2024

J97u Justino, Luciano Alonso

Uso de réplicas arqueológicas no ensino de pré-história de Mato Grosso do Sul
/ Luciano Alonso Justino. – Campo Grande, MS: UEMS, 2024.
97 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Ensino de História – Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos.

1. Pré-história 2. Réplicas didáticas 3. Mato Grosso do Sul - História 4.
História - Estudo e ensino I. Campos, Carlos Eduardo da Costa II. Título

CDD 23. ed. - 372.89098171

USO DE RÉPLICAS ARQUEOLÓGICAS NO ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL. Luciano Alonso Justino. 2024. 87p. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Ensino de História. Orientador: Prof. Dr. Carlos E. da Costa Campos.

Defendido em: ____/____/____

BANCA DE DEFESA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos
(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Prof. Dr. Leandro Hecko
(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Prof. Dra. Vivina Dias Sol Queiroz
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco
(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Prof. Dr. Luis Filipe Bantim de Assumpção
(Universidade de Vassouras)

Ao meu pai, Benedito Alonso Domingues
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Eduardo Campos, pelo comprometimento e profissionalismo no seu trabalho de orientação. À minha amiga, Dra. Lia R. T. Brambilla Gasques, por todo o apoio e simpatia de sempre.

À nossa coordenadora, Dra. Marinete A. Zacharias Rodrigues, pelo seu empenho em manter o alto nível do programa de mestrado e por toda a assistência dispensada aos mestrandos sempre que necessário. À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo apoio financeiro indispensável, por meio da bolsa de mestrado. À Laura Pael e a todos os colegas do MuArq-UFMS, pela cordialidade e colaboração na pesquisa.

À minha família, pelo apoio e compreensão nessa jornada. Aos meus revisores, muito competentes, profissionais e atenciosos. Enfim, a todos os queridos e “terríveis” professores do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela compreensão e pelas diversas contribuições que fizeram, direta ou indiretamente, para a pesquisa e ou aprimoramento profissional ao longo das exaustivas aulas, seminários e na escrita de artigos.

Meus sinceros agradecimentos aos colegas de curso que, nos momentos difíceis, apoiaram-me, enviando mensagens ou oferecendo suporte, sobretudo os amigos Luís Felipe Granja, Kleber Gomes, Emílio Paulino, Glaucia e Lindomar Alves.

Somos feitos de poeira de estrelas. Nós somos
uma maneira do cosmos conhecer a si mesmo.

- *Carl Sagan*

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto as réplicas arqueológicas e tem como objetivo geral a sua elaboração para utilização no ensino da Pré-História do estado de Mato Grosso do Sul. Justifica-se a relevância desta pesquisa na escassez de material didático voltado para o ensino desta temática, no qual levantou-se a hipótese de que réplicas arqueológicas ajudariam a manter o interesse do aluno no componente curricular citado. A pesquisa apoia-se sobre a Teoria da Aprendizagem Significativa Crítica e tem como metodologia o debate historiográfico e desenvolvimento de instrumento didático (réplicas), com enfoque nas tradições arqueológicas de Mato Grosso do Sul, Itaparica e Planalto. Considerando os benefícios que podem trazer no sentido de aproximar essa temporalidade distante da realidade dos estudantes da educação básica ao permitir que manuseiem artefatos que de outra forma não poderiam, devido a serem bens musealizados de valor histórico e que necessitam de cuidados de preservação, a fim de salvaguardar para as gerações futuras essa parte do patrimônio material cultural sul-mato-grossense e brasileiro. Posteriormente kits de réplicas ficarão disponíveis para uso da comunidade. As réplicas serão produzidas por meio da confecção de moldes de silicone com base nos artefatos originais do acervo do Museu de Arqueologia da UFMS, se restringindo, porém, à cultura material como pontas líticas de flecha/lança, relativas ao tema e período proposto, o qual se trata de grupos de caçadores-coletores de aproximadamente 12 mil e 4 mil anos Antes do Presente, e circunscritos ao atual território de Mato Grosso do Sul, com suas principais características.

Palavras-chave: Ensino de História. Pré-história. Réplicas Arqueológicas. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT: The present work focuses on archaeological replicas and aims at their elaboration for the usage in Prehistory teaching in the state of Mato Grosso do Sul. The relevance of this research is justified in the scarcity of didactic material focused on teaching this subject, hypothesizing that archaeological replicas would help maintain students' interest in the mentioned curricular component. The research is based on the Theory of Critical Meaningful Learning and has historiographical debate and the development of didactic instruments (replicas) as methodology, focusing on the archaeological traditions of Mato Grosso do Sul, Itaparica, and Planalto. Considering the benefits that can achieve in terms of bringing this distant temporality closer to the reality of basic education students by allowing them to handle artifacts that they otherwise could not, due to being museum objects of historical value requiring preservation care, in order to safeguard for future generations that part of the cultural material heritage of Mato Grosso do Sul and Brazil. Subsequently, replica kits will be available for community use. The replicas will be produced by making silicone molds based on the original artifacts from the collection of the Museum of Archaeology at UFMS, focusing on material culture such as lithic arrow/spear points, related to the proposed theme and period, which deals with hunter-gatherer groups approximately 12,000 to 4,000 years Before Present, confined to the current territory of Mato Grosso do Sul, with its main characteristics.

Keywords: History Teaching. Prehistory. Archaeological Replicas. Mato Grosso do Sul.

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1. Ocupação humana na América via Estreito de Bering, durante a última era glacial.	734
Figura 2. Os primeiros humanos no território do atual Mato Grosso do Sul vieram do planalto central.	745
Figura 3. Produto do Mestrado Profissional: maleta com kit de réplicas de artefatos pré-históricos dos caçadores coletores de MS, que estará disponível para empréstimo no MuArq-UFMS.	778
Figura 4. As réplicas podem ser manuseadas pelos alunos, a fim de perceberem a textura e as características tridimensionais do material.	789

INDÍCE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Resultado de busca por palavras-chave na base de dados DEDALUS/USP (primeiro semestre de 2022).	37
Gráfico 2. Quantidade de datações por período geológico.	51

INDÍCE DE IMAGENS

Imagem 1. Sítio AS4 – datação em diferentes estratigrafias	52
Imagem 2. Esquema simplificado da ocupação humana no território do atual estado de Mato Grosso do Sul e adjacências.	556
Imagem 3. Mesa de trabalho no laboratório de higienização, nas dependências do MuArq-UFMS. Início da confecção dos moldes de silicone a partir dos artefatos líticos selecionados previamente.	656
Imagem 4. Molde com as duas partes finalizadas junto a ponta de projétil de pedra lascada original do qual foi confeccionado	667
Imagem 5. Pequenas bolinhas de plastilina adicionadas à massa de silicone resultam posteriormente em conectores nos moldes.	678
Imagem 6. Pequenas bolinhas de plastilina adicionadas à massa de silicone para servir de conectores nos moldes.	6869
Imagem 7. Último molde produzido na instituição.	689

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA NO BRASIL: DEBATES E DESAFIOS	21
1.1. HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSOLIDAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR E TRAJETÓRIA.....	21
1.2. O CAMPO DE PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS.....	28
1.3. O ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA NO BRASIL.....	31
1.3.1. Repositório do PROF-HIST- Programa de Mestrado Profissional pós-graduação stricto sensu em Ensino de História	32
1.3.2. Repositório da Revista História & Ensino	33
1.3.3. Repositório da Revista História Hoje.....	34
1.3.4. Repositório da Base de publicações DEDALOS/USP	35
1.4. REPOSITÓRIO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UFMS.....	38
1.5. REPOSITÓRIO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UFGD.....	39
1.6. LIVROS DIDÁTICOS E SLIDES	40
1.7. RESULTADOS PRELIMINARES.....	43
2. A PRÉ-HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL.....	455
2.1 O COMEÇO DOS ESTUDOS EM MATO GROSSO DO SUL	435
2.2 OS ESTUDOS ATUAIS SOBRE PRÉ-HISTÓRIA EM MATO GROSSO DO SUL.....	50
3. USO DE RÉPLICAS NO ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL	59
3.1. ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DOS MATERIAIS PARA ELABORAÇÃO DAS RÉPLICAS DE ARTEFATOS LÍTICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	634
3.2. DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DAS RÉPLICAS	64
3.3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	712
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	834
GLOSSÁRIO	87
8	
ANEXO: Manual Ilustrado com a Sequência Didática.....	89

INTRODUÇÃO

Define-se por História a ciência que estuda o homem no tempo (Bloch, 2002, p. 55). Em sua trajetória, Bloch (2002) rejeitou a noção de História ocupante apenas do passado – como era comum em sua época – e incluiu a ideia de História como ciência. Acerca da função do historiador que pesquisa a Pré-História, o autor pontua que, embora não tenha a escrita como fonte, não é menos importante nem menos científico do que a do paleontólogo, por exemplo, que dispõe apenas de ossos ou vestígios fósseis.

Tem-se por objeto de pesquisa a “Pré-História de Mato Grosso do Sul”, situada no campo de pesquisa em Ensino de História. Optou-se por utilizar o termo “Pré-História”, logo, faz-se necessário analisar brevemente o conceito de periodização histórica. Acerca desse, Luís Filipe Bantim de Assumpção (2013, p. 20) explica que se trata de construções realizadas por cientistas sociais com a intenção de sistematizar um volume complexo de informações do passado em um todo mais ou menos coerente. O autor alega, ainda, que a periodização é, em si, também um produto de uma época e de pesquisadores, que têm seu lugar no contexto social e institucional. Assim, as periodizações não estariam isentas das disputas e dos interesses desses grupos. Esse autor reconhece que as periodizações são instrumentos úteis de pesquisa – mesmo que algumas vezes nelas se apresentem anacronismos históricos e que há problemáticas nas demarcações.

De acordo com Assumpção (2013), as periodizações históricas são, portanto, construções sociais de determinados grupos em determinadas épocas e possuem, também, sua própria historicidade, ou seja, foram criadas como ferramenta para auxiliar o trabalho dos pesquisadores em épocas diferentes e posteriores às quais se referem. Um exemplo clássico é a adoção da noção Antes de Cristo e Depois de Cristo, das siglas a.C. e d.C. em português, adotada somente no século VI da nossa era por Dionísio, o Exíguo (Assumpção, 2013, p. 3).

Acerca do vocábulo Pré-História, em seu artigo sobre sedentarização humana na Ásia Ocidental e na Amazônia, Lolita Guimarães Guerra (2019) expõe um panorama do desenvolvimento dos estudos do período que abrange o termo:

Remontando à composição de uma ‘pré-história’ da Europa periodizada em três eras sucessivas (pedra, bronze, ferro) pelos antiquaristas do século XVIII, o uso de ferramentas de pedra passou a ser organizado em subperíodos a partir de John Lubbock, na segunda metade do século XIX (Trigger, 1996, p. 93-124). Lubbock interpretava o Paleolítico como uma época de compartilhamento da ‘propriedade da Europa’ pelos humanos com a megafauna extinta do continente e observava diferenças e continuidades entre os primeiros momentos do uso da pedra e seus momentos mais tardios, em

épocas já com difusão dos metais (1865, p. 2-3). O ‘Neolítico’ especificava o horizonte cronológico de ferramentas líticas sofisticadas produzidas pelos homens do passado profundo da história de uma Europa vista como ‘nação’ e em termos raciais (Lubbock, 1865, p.47) (Guerra, 2019, p.3).

Conforme aponta Luciano Marcos Curi (2021, p.197), no que chama Primeiro Paradoxo da Pré-História, esta seria, de longe, o primeiro período da História, o mais longo, menos conhecido, menos estudado e que só recentemente (séc. XIX) foi descoberto pela ciência. O autor ainda explana que a divisão entre Pré-História e História surgiu quando a Arqueologia se consolidou como ciência, no século XIX – a princípio como estudos da cultura material da Antiguidade, e posteriormente, em períodos mais remotos da humanidade –, e que, apesar das críticas relativas ao alegado eurocentrismo, o termo Pré-História persiste.

A respeito do primeiro registro do termo Pré-História e de como ele se relacionava, na época, com a ausência da escrita, em uma publicação de 1851, *Anais de Arqueologia e Pré-história da Escócia*, Bruce Graham Trigger (2004) relata que,

Nessa primeira síntese científica da pré-história escrita em língua inglesa, Wilson consignou dados arqueológicos à era da pedra (primitiva), à era do bronze (arcaica), à era do ferro e à era cristã. [...]. Nessa obra, Wilson cunhou o termo pré-história, que ele definiu como o estudo da história de uma região antes da primeira aparição de registros escritos sobre ela. Sublinhou que a compreensão do passado derivável tão-somente dos artefatos era muito diferente da compreensão que se obtém a partir dos registros escritos. Contudo, ele tinha esperança de que, no devido tempo, os arqueólogos se tornariam capazes de descobrir alguma coisa a respeito da vida social e das crenças religiosas dos tempos pré-históricos (Trigger, 2004, p.105-106).

Nesse sentido, a referência mencionada por Trigger (2004) corrobora o pensamento da maioria dos autores que definem a Pré-História como o período anterior ao surgimento da escrita. Porém, atualmente, a escrita não é mais considerada como único marco divisório da Pré-História e História. Ademais, a escrita não surge simultaneamente em todos os lugares.

Logo, nos trabalhos que se referem à periodização, ou seja, às divisões didáticas da História, os marcos que dividem a Pré-História da História não são os mesmos em toda parte. Conforme os vestígios arqueológicos demonstram, o surgimento da escrita teria ocorrido na Mesopotâmia há cerca de 6.000 anos. E na Ásia, a escrita teria se disseminado por meio do comércio para o Egito e, mais tarde, para a Europa. O aparecimento da escrita tem sido o marco principal do fim da Pré-História – mas há outros.

Conforme exposto por Darcivaldo José dos Santos e Elvis Pereira Barbosa (2016, p. 3-4), há, pelo menos, três marcos divisórios principais para dividir Pré-História e História. O que toma a escrita como referencial; o que coloca a ênfase no aparecimento do Estado; e, por último,

o que considera como marco divisório mais significativo o surgimento de urbanização ou assentamentos permanentes em determinadas culturas.

Ressalta-se que, ao utilizar o termo Pré-História nesta pesquisa, faz-se de acordo com a linha de pensamento de autores como Pedro Paulo Funari (2006, p. 14), Curi (2022, p. 197), Lia Toledo Gasques Brambilla (2021, p. 12), entre outros. Optou-se por adotar a noção de urbanização ou assentamentos permanentes como marco do final da Pré-História, ao contrário do aparecimento da escrita, como é mais comum entre os autores que tratam desse tema.

Observa-se uma tradição no marco didático da invenção da escrita como uma definição do fim da Pré-História e o início da História. Entretanto, há autores que entendem que não seria essa a melhor opção para se organizar as temporalidades. Como exemplo, há o caso um tanto atípico do israelense Yuval Noah Harari (2015), que afirma que a Revolução Cognitiva do Paleolítico Superior – entre 70 e 50 mil anos Antes do Presente (AP) – seria um marco mais adequado para o início da História e fim da Pré-História. Afinal, ali teria sido o momento em que os humanos modernos teriam inventado a cultura. A partir desse evento, observa-se a aparição de estatuetas zoomórficas, pinturas rupestres e símbolos desenhados em argila, riscados em rocha ou ossos, bem como a invenção do arco e flecha. Essa revolução teria contribuído decisivamente para o desenvolvimento progressivo que culminaria na sedentarização humana mais tarde, no Neolítico. Nesse contexto, o autor aponta que

A Revolução Cognitiva é, portanto, o ponto em que a história declarou independência da biologia. Até a Revolução Cognitiva, os feitos de todas as espécies humanas pertenciam ao reino da biologia, ou, se quisermos, da pré-história (eu tendo a evitar o termo “pré-história” pois sugere, erroneamente, que até mesmo antes da Revolução Cognitiva os humanos constituíam uma categoria própria). A partir da Revolução Cognitiva, as narrativas históricas substituem as narrativas biológicas como nosso principal meio de explicar o desenvolvimento do Homo sapiens (Harari, 2015, p.42-43).

É uma discussão deveras interessante, contudo, trata-se de um assunto inconcluso, sobre o qual não há, ainda, consenso e Harari (2015) tem sido criticado por imprecisões e equívocos em sua escrita com visão macro-histórica. Todavia, conforme os autores selecionados (Funari, 2006; Curi, 2021; Brambilla, 2022), adotou-se, no presente trabalho, como marco didático principal do fim da Pré-História a formação dos primeiros assentamentos humanos com o desenvolvimento das protocidades.

Especificamente a respeito da Arqueologia brasileira, portanto mais próximo do nosso recorte de pesquisa, André Prous (1992) pontua:

[...] porque os homens pré-históricos se adaptaram de um modo peculiar às condições ecológicas locais que, em grande parte, explicam a ausência de ‘altas civilizações’ no país. No entanto, não se deve acreditar que a sociedade urbana seja a única merecedora de estudos, mesmo porque ela não é mais do que uma das escolhas possíveis dos grupos humanos. Esquecer este fato levaria a empobrecer o conhecimento do animal social. Por outro lado, os vestígios deixados pelos indígenas pré-cabralinos mostram que alguns deles chegaram a atingir um nível elevado de complexidade social, uma competência artística que os atuais brasileiros não imaginam, em razão da pouca divulgação que se faz da arqueologia entre o grande público, com exceção de raras notícias, geralmente sensacionalistas, e que não permitem ao leitor ter uma visão clara e crítica do passado da própria pátria (Prous, 1992, p. 14).

Como observado por Prous (1992), pré-cabralino e pré-histórico são sinônimos. Enquanto o termo pré-colombiano – para se referir a regiões fora da América portuguesa – é o equivalente desse nosso pré-cabralino, comumente adotado para periodização histórica nas Américas. Tal fato se justifica por se desconhecer o uso de uma escrita autêntica nativa na América portuguesa – ainda que símbolos e grafismos sejam muito presentes nas culturas indígenas. Nessa linha de pensamento, a Pré-História do Brasil é compreendida entre o povoamento da região por grupos de caçadores coletores no final do Pleistoceno e início do Holoceno até a chegada dos europeus, no século XV da Era Comum, quando finda a Pré-História do Brasil e se inicia a História do Brasil.

Compreende-se a problemática que envolve a discussão a respeito das disputas entre conceitos como Pré-História e História Indígena, e optou-se por uma escolha didática pragmática e voltada para o trabalho do professor de História, ao lecionar na Educação Básica, por entender que o docente no 6º ano do Ensino Fundamental precisa trabalhar a Pré-História de maneira geral e também a Pré-História regional (quase nunca presente nas aulas), a qual alguns autores denominam História Indígena – como Jorge Eremites de Oliveira, em seu canal no Youtube com a live intitulada: Morte à Pré-História e vida longa à História Indígena¹.

Embora esta pesquisa não seja contrária a esse termo, entende-se que este não teria a mesma abrangência que o tradicional “Pré-História”. Como é de conhecimento de todos os historiadores e do público bem-informado, humanos não estiveram sempre neste continente. A ocupação humana na América data do período final do Pleistoceno ao Holoceno inicial, ou seja, por volta de 12 ou 18 mil anos, conforme a Teoria Clóvis (tradicional), ou ainda de acordo com novas hipóteses, possivelmente até cerca de 30 mil anos AP, numa primeira onda migratória.

Nesse sentido, André Luiz Campelo dos Santos (2020) pontua que o povoamento da América é um dos capítulos mais intrigantes da História. O autor descreve como a Teoria *Clóvis*

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=THemh7vaREE> Acesso em: 29 jun. 2023.

First apontava para um único povoamento da América proveniente da Beríngia, mas que essa teoria, ainda que sólida, tem perdido força nos últimos anos devido ao aparecimento de inúmeras evidências de ocupações mais antigas mesmo em partes mais ao sul do continente americano.

De qualquer modo, o ser humano – que surge na África por volta de dois milhões de anos e que, após evoluir e se diversificar em espécies diferentes, inicia as migrações para a Ásia e Europa em sucessivas levadas migratórias – só chegaria na América muito depois (Santos, 2020, p. 107). Logo, falar em povos originários, no sentido estrito do termo, também se torna complexo, pois a História dos povos indígenas da América é claramente apenas mais um capítulo da História humana na Terra. Chamar parte dessa História de Pré-História não é porque houve povos melhores ou piores, mais avançados ou menos que outros, mas sim porque os historiadores adotam, por motivos didáticos, marcos definidores de temporalidades. Logo, também há História na Pré-História. O surgimento dos primeiros assentamentos urbanos e posterior desenvolvimento das protocidades – além da escrita – são uns desses marcos de grande importância para a ciência histórica, por permitir o registro e transmissão de uma miríade de detalhes de variados tipos de determinadas culturas que a possuem.

Artefatos de pedra lascada, cerâmica e ossos, entre outros vestígios, certamente podem ser usados para se escrever a História, mas há coisas que são impossíveis de se determinar apenas com a presença desses materiais, na ausência da escrita. Por esse motivo, o termo Pré-História ainda é o que se considera, senão o mais adequado, ao menos o de caráter científico e o mais abrangente dos que se encontram disponíveis no jargão da História e das ciências afins.

Os principais desafios dessa temática compreendem principalmente o pouco espaço que ela ocupa no currículo escolar e a falta de recurso produzido até o momento. Apesar de haver material de nível científico publicado no estado, aparentemente há escassez de instrumentos didáticos voltados para a Educação Básica sobre a Pré-História de Mato Grosso do Sul.

A presente pesquisa visa, como produto final, a produzir e disponibilizar à comunidade local kits de réplicas tridimensionais de artefatos líticos representativos da Pré-História de Mato Grosso do Sul – baseados em pesquisa no Museu de Arqueologia da UFMS – com a intenção de contribuir para o entendimento dessa fase da História da região e dos povos que aqui viviam; realizar um levantamento a respeito de publicações sobre o ensino de Pré-História nos bancos de dados brasileiros, com o intuito de verificar o estado da arte de publicações a respeito do ensino de Pré-História no Mato Grosso do Sul e no Brasil; analisar as principais obras que tratam sobre a Pré-História de Mato Grosso do Sul; elaborar um panorama da Pré-História do

Mato Grosso do Sul com base na produção científica existente; especificar as bases técnicas e teóricas do processo de produção das réplicas arqueológicas, o *modus operandi* da pesquisa no acervo e da produção das formas de silicone com base nos artefatos originais e, posteriormente, das réplicas a partir das formas; e produzir réplicas e sequência didática para o Ensino de Pré-História de MS, visando o Ensino Fundamental II, nas escolas de Campo Grande - MS.

Levando em consideração a escassez de material didático disponível para a realização das aulas acerca da temática Pré-História local, levantou-se o seguinte questionamento: a utilização de réplicas tridimensionais contribuiria para despertar o interesse dos estudantes pelos conteúdos no ensino e aprendizagem da Pré-História local na Educação Básica?

Neste trabalho, para efeito das abordagens no Ensino de História, utilizou-se a teoria da Aprendizagem Significativa Crítica, proposta por Marco Antonio Moreira (2005, p. 5), incorporando características presentes no campo de pesquisa em Ensino de História, tais como a crítica pós-fundacional, conforme Carmem Teresa Gabriel (2016, p. 108), e noções de decolonialidade, que se julgou absolutamente necessárias agora, no campo de pesquisa em História e Ensino de História.

A teoria da Aprendizagem Significativa Crítica se contrapõe ao que se chama de aprendizagem mecânica, em que há pouco ou nenhum interesse intrínseco dos alunos pelos conteúdos ministrados em sala de aula. Por outro lado, a Aprendizagem Significativa pressupõe ancoragem de novos conhecimentos em conhecimentos prévios dos alunos. O professor deve, portanto, encontrar meios, mediante avaliações diagnósticas e processos dialógicos, de entender o que é caro aos seus aprendizes e estabelecer ligações possíveis entre esses saberes prévios dos seus alunos com os novos que ele deseja trazer para sua turma. Em outras palavras, o professor precisa estimular um interesse intrínseco nos alunos, a fim de que eles não fiquem passivos diante dos novos conhecimentos, mas os desejem.

Como informado, o objeto desta pesquisa consiste no uso das réplicas durante o ensino de Pré-História. Em sua dissertação de mestrado em Arte, Patrimônio e Teoria do Restauro pela Universidade de Lisboa, Ricardo Kedma de Freitas Gomes (2018, p. 7) defende que a própria utilização de réplicas é um recurso que contribui não apenas para funções de ensino e aprendizagem tanto em espaços escolares quanto informais, mas também para a própria preservação do patrimônio. Isso pois a utilização de réplicas didáticas nas instituições dispensa o manuseio e movimentação desnecessária dos artefatos originais, os quais ficariam em segurança em ambiente adequado nas instituições de salvaguarda.

A respeito do poder que as réplicas têm de despertar a curiosidade nos estudantes, Dias e Martins (2018, p. 1) relatam que encontraram, ao todo, dezesseis (16) artigos científicos

publicados no Brasil, em língua portuguesa, que tratam do ensino de Paleontologia envolvendo réplicas em oficinas, visitas a museus e parques ou com interatividade digital. Os autores afirmam que, de forma unânime, os trabalhos relatam que a aplicação desses diferentes métodos didáticos em sala de aula teve impacto significativo em despertar a curiosidade, a cooperação e a interação dos alunos.

O artigo de Bruna Borba Dias e Rodrigo Milek Martins (2018, p. 5) se refere a réplicas paleontológicas no ensino de Biologia e ou Ciências Biológicas, entretanto se trata de uso de réplicas no ensino na etapa da educação básica. Deduz-se que o efeito que as réplicas produzem não se limita a uma ou outra ciência, podendo resultar em benefícios para a aprendizagem ao dar materialidade aos conteúdos que, de outra forma, seriam meramente teóricos. Vale ressaltar que, ao buscar na literatura científica por réplicas e ensino ou réplicas e educação, encontra-se um volume bem maior de publicações na área de Paleontologia do que nas demais áreas. Nesse contexto, Francine S. Aguiar, et al (2017, p. 3) pontuam que

[...] o comércio de fósseis é proibido no Brasil, o que dificulta ainda mais o acesso da população a esta grande riqueza didática e cultural. As atividades da Oficina de Réplicas têm por objetivo tornar acessível às diversas instituições de ensino, material didático ligado às áreas de Geologia, Biologia e Arqueologia, com ênfase em material paleontológico copiado a partir de originais depositados em instituições brasileiras, do exterior, ou mesmo modelados por paleoartistas. A Oficina de Réplicas produziu nos últimos 17 anos cerca de 100 mil cópias de material paleontológico, em torno de cinco mil coleções de rochas, minerais e material arqueológico, hoje distribuídos por centenas de escolas e universidades de todo o país, mas especialmente no Estado de São Paulo (Aguiar *et al*, 2017, p.1).

Esclarece-se que não apenas o comércio de fósseis é proibido no Brasil, como também o de artefatos arqueológicos. De acordo com a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961^[2], os artigos primeiro e segundo dispõem sobre a propriedade de tudo quanto se encontra abaixo do solo ser patrimônio da União, devendo ficar sob guarda e proteção do poder público. Dessa forma, réplicas arqueológicas voltadas para o ensino da Pré-História de Mato Grosso do Sul, após a sua confecção, não apenas servirão aos fins didáticos – os quais constituem a finalidade principal –, como também podem contribuir, conforme aponta Gomes (2018, p. 7), para a preservação do patrimônio arqueológico concomitantemente à difusão do conhecimento científico a eles associados.

De acordo com o que se pôde observar na prática docente diária, a Pré-História é retratada de modo superficial no currículo escolar, aparecendo brevemente em livros didáticos do 6º Ano do Ensino Fundamental II e do 1º Ano do Ensino Médio. Quase sempre de forma generalizante e até mesmo com conceitos desatualizados – ou mesmo errôneos – que

contribuem para a disseminação e perpetuação dos equívocos. Tal é o caso, por exemplo, dos primeiros habitantes dessa região, que veio a se tornar no Mato Grosso do Sul atualmente, os caçadores coletores nômades, quase sempre chamados pelo vulgo de “homens das cavernas”. Trata-se, evidentemente, de termo pejorativo e não científico, mas amplamente utilizado em publicações mais antigas que ainda se encontram em circulação. Felizmente, nos livros didáticos mais recentes, essas terminologias não são mais utilizadas.

Parece, assim, indispensável e urgente a adaptação dos textos científicos produzidos localmente para material didático que divulgue e valorize o patrimônio cultural histórico arqueológico do Mato Grosso do Sul. Sobretudo nesse momento em que as leis educacionais têm avançado com a construção e implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e dos currículos estaduais e municipais.

Em livros didáticos, não se observou material algum a respeito da Pré-História de Mato Grosso do Sul. Verifica-se, portanto, a necessidade de se realizar uma pesquisa sistemática nos livros didáticos, a fim de determinar com certeza se há ou não algum material de Pré-História de Mato Grosso do Sul nesses livros usados na educação básica em Mato Grosso do Sul, desde a criação do estado, em 1977, até a atualidade. No entanto, esse não é o foco da nossa pesquisa nesta dissertação. Contudo, no capítulo 1, analisamos três livros didáticos de História do 6º ano EF, utilizados nas redes municipal e estadual em Mato Grosso do Sul, entre 2015 e 2023. São eles: **Araribá Mais**, da editora Moderna (2018), **Estudar História**, Editora Moderna (2019), e **História. Sociedade & Cidadania**, da editora FTD (2015).

A estrutura do trabalho compreende três capítulos, com a seguinte formatação: Capítulo 1: O Ensino de Pré-História no Brasil: debates e desafios em desenvolvimento, trata-se de um levantamento preliminar ou estado da arte, realizado por meio do banco de dissertações e teses brasileiras. Para isso, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Pré-História, Mato Grosso do Sul e Ensino de Pré-História. Já o Capítulo 2: A Pré-História de Mato Grosso do Sul: percursos, abordará a Pré-História de MS, realizando um debate historiográfico das principais publicações a respeito. O Capítulo 3: O Uso de Réplicas para o Ensino de Pré-História de Mato Grosso do Sul, terá enfoque nas novas linguagens para o Ensino de Pré-História de MS. Assim, propõe-se a produção de réplicas em resina epóxi de artefatos de pedra lascada datadas entre 12 e 4 mil anos AP, referente a grupos de caçadores coletores dos primeiros períodos da presença humana na região, que corresponde ao atual estado de Mato Grosso do Sul. Uma sequência didática acompanhará o uso desse material, que ficará disponibilizado no PROFHIST e no MuArq-UFMS. A sequência didática, com sugestões de uso do kit de réplicas, também constará no capítulo terceiro desta.

A metodologia utilizada para a pesquisa é o debate historiográfico das principais publicações sobre Ensino de Pré-História e Pré-História de Mato Grosso do Sul. Para efeito de seleção dos artefatos no acervo do museu a serem utilizados na produção das réplicas (produto do mestrado profissional), foi considerada, principalmente, a produção historiográfica que diz respeito à Pré-História local, sendo o *Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre 12.000 e 3.000 anos atrás*, de autoria de Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto (2014) – a principal referência, em conjunto com dados dos artefatos no museu e da análise tipológica dessas.

Em relação ao material didático proposto, a ênfase recai em recursos tridimensionais. Especificamente a confecção de moldes de silicone a partir dos artefatos originais do museu e, em seguida, utilização dos moldes para a produção de réplicas em resina. Os moldes ou formas de silicone produzidos a partir das peças originais do acervo do Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq-UFMS) são do tipo reutilizáveis, permitindo, desse modo, a confecção de várias réplicas a partir de uma mesma forma. Sendo assim, propõe-se a confecção de kits de réplicas representativas desse período, as quais ficarão posteriormente disponíveis para uso da comunidade e podendo, também, professores da educação básica utilizarem nas escolas onde atuam, mediante empréstimo ao museu. O autor desta pesquisa já realizou experimentos com a técnica supracitada, a qual foi testada com sucesso, bem como já participou de oficina de confecção de réplicas com o Prof. Dr. André Luis R. Soares – UFSM, em evento promovido pelo MuArq-UFMS, no Laboratório de Ensino 5, do Instituto de Química da UFMS, em 29 de outubro de 2022.

A respeito de experiências com uso de réplicas no ensino de História, Daniela da Silva Martins e André Luís Ramos Soares (2015), dizem:

[...] realizamos as atividades a partir do uso das réplicas da cultura material indígena. O que a princípio pareceu bastante positivo, pois além de despertar a curiosidade dos alunos, possibilitou a participação efetiva de todos os alunos, tendo em vista as diferentes necessidades da turma. Assim foi possível refletir acerca da importância do diálogo entre teoria e prática, e das possibilidades que diferentes propostas, por vezes associadas, podem contribuir na construção do ensino e aprendizagem nas escolas (Martins; Soares, 2015, p. 8).

Martins e Soares (2015, p. 3) ressaltam, ainda, que o uso de cultura material, como as réplicas, constitui um “recurso metodológico que tem por finalidade possibilitar alternativas de aprendizado para as diferentes necessidades encontradas em sala de aula”. Outra contribuição do uso de réplicas seria, de acordo com Martins e Soares (2015), a valorização do Patrimônio Histórico e Cultural.

Este trabalho envolve pesquisa no acervo do museu a fim de identificar os artefatos que serão selecionados para a confecção das réplicas para compor os kits. Ressalta-se a necessidade de utilização de espaço físico da instituição para a pesquisa, a qual já foi comunicada à direção. Os trabalhos de seleção e confecção das formas de silicone a partir dos artefatos originais do acervo ou reserva técnica do museu deverão ocorrer sob supervisão ou acompanhamento da direção ou outros profissionais dessa instituição.

É importante ressaltar a necessidade de se seguir certos protocolos de segurança com os artefatos, bens musealizados de valor histórico, que precisam ser preservados para as gerações futuras. Nesse sentido, pode-se forrar as mesas da sala de higienização, por exemplo, com duas camadas de papel paraná ou de TNT (tecido-não-tecido), material de baixo custo e adequado para tarefas desse tipo, a fim de evitar impactos acidentais nos artefatos durante a operação de confecção dos moldes de silicone a partir dos originais.

Após a confecção das formas de silicone, os artefatos originais podem ser guardados na reserva técnica ou acervo do museu e as imagens fotográficas ou desenho técnico dos artefatos já seriam suficientes para, junto às formas de silicone, produzirem as réplicas, visto que o formato dos originais fica gravados nos moldes de silicone.

A produção das réplicas propriamente ditas ocorre em um momento posterior à confecção das formas ou moldes de silicone pelo artífice. Consiste em preencher as formas com resina poliéster cristal. É possível adicionar pigmentos à resina, obtendo, assim, cores semelhantes às dos artefatos originais do acervo do museu. Os pigmentos devem ser específicos para esse tipo de resina.

Como demonstrado, o processo de confecção das réplicas não precisa acontecer necessariamente nas dependências do museu, tampouco são necessários os artefatos originais para tanto. A etapa que necessita da utilização dos originais é apenas a confecção dos moldes. Mais réplicas ou kits de réplicas poderão ser confeccionados em outras oportunidades, caso seja necessário, a partir das formas de silicone – enquanto essas ainda estejam preservadas –, sendo desnecessária, para tanto, a presença dos artefatos originais.

As fontes de referência para a produção do produto do mestrado profissional serão o acervo de artefatos líticos do MuArq-UFMS e o *Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre aproximadamente 12.000 e 3.000 anos atrás*, de autoria do Dr. Gilson Rodolfo Martins e da Dra. Emília Mariko Kashimoto (2014). Na bibliografia principal, outras fontes citadas também serão consultadas, com destaque para os trabalhos da Dra. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (2021) e do Dr. Rodrigo Simas de Aguiar (2012).

1. O ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA NO BRASIL: DEBATES E DESAFIOS

O presente capítulo apresenta os resultados do levantamento bibliográfico por palavras-chaves sobre Pré-História de Mato Grosso do Sul, em bancos de dados de teses e dissertações, bem como em periódicos. Dessa maneira, recorreu-se ao DEDALUS/USP, às revistas História e Ensino (UEL) e História Hoje (Anpuh), o repositório do PROF-HIST, Mestrado Profissional em Ensino de História, assim como os repositórios de teses e dissertações da UFMS e da UFGD. As buscas nos repositórios mencionados foram realizadas no primeiro semestre de 2022, finalizando no dia 29 de julho do mesmo ano. Publicações eventualmente posteriores a essa data não são, pois, consideradas aqui.

Emprega-se como fundamentação teórica o conceito de representação (representância) apresentado pelo filósofo francês Paul Ricoeur (2007, p. 290), em *A memória, a história, o esquecimento*, como resposta aos questionamentos que vinham sendo apontados principalmente pelo historiador estadunidense Hayden V. White (2001), em meio a uma alegada crise das ciências humanas e sociais. Afinal, tal conceito possibilita compreender as representações realizadas por cada autor. Cada historiador, arqueólogo, ou professor seleciona, analisa e representa a Pré-História na produção científica com base em imagens textuais e imagéticas que impactam a organização de materiais didáticos, tais como apostilas, livros, planos de aula ou até mesmo réplicas arqueológicas.

1.1. HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSOLIDAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR E TRAJETÓRIA

Para Antoine Prost (2008), a “história é o que fazem os historiadores”² e, ao contrário de uma visão platônica, para ele, a História é uma disciplina situada no tempo e no espaço, resultante da prática dos historiadores e aceita por diversos públicos. Portanto, como uma prática social, a História possui códigos que, mesmo não escritos, devem ser seguidos por aqueles que têm o respeito dos seus pares. Segundo Prost (2008), os historiadores reivindicam tradições e praticam a incorporação ou inclusão conforme suas escolhas e trajetórias pessoais. Sendo a História uma prática científica, mas também social, deve-se considerar a competição entre os diferentes segmentos sociais.

² Resumo de Doze Lições Sobre a História, apresentado em sua última palestra na Universidade de Sorbonne, em 1998.

Na França, a História ocupa uma posição incrivelmente privilegiada. Trata-se de uma sociedade que produz e, ao mesmo tempo, consome História. Um público que tem uma verdadeira paixão pela História e a consome por meio de livros, cinema, televisão e arte. Prost (2008) pontua que não se trata da História de um povo, mas de assuntos notáveis relacionados à ordem política e social, emancipação e autonomia, conteúdos e métodos.

Assim, a França foi a primeira nação moderna a instituir o ensino regular de História enquanto disciplina escolar. Entretanto, antes de se tornar uma disciplina escolar obrigatória, a História era ensinada em liceus e cátedras. Uma História ainda bastante atrelada às Letras. Prost (2008) aponta que, pela História, a sociedade francesa se afirma por meio da representação e da reflexão de si mesma e que, para os franceses, a História teria o mesmo peso que a economia para os ingleses.

Prost (2008) explana que, quando chega até a educação básica, o ensino passa a ser mais simples, evitando raciocínios complexos e detalhados, mas com a intenção de reforçar os valores nacionais e patrióticos, desenvolver as instituições, inculcar conhecimentos bem definidos e compartilhados entre o povo. Ao chegar no século XX, o ensino tradicional francês, mesmo que precário, consolida-se e é exportado entre as nações republicanas do Ocidente – sendo o Brasil um dos principais países a importar esse modelo de ensino. O autor explica que, na segunda metade do século XX, tendências psicologizantes passaram a influenciar a educação e menciona a Revolução Estudantil de 68, J. Piaget e a democratização dos métodos. Prost (2008) conclui falando dos anos 1980, quando a História começa a lidar com as forças da mídia que afetam a profissão do historiador.

Thaís Nívia de Lima Fonseca (2006) explana que se deve esperar dos historiadores que conheçam as técnicas e métodos de pesquisa e os tipos de documentos, a produção historiográfica e os pressupostos teórico-metodológicos que orientam seu trabalho – assim como daqueles que também são professores é esperado que conheçam as práticas pedagógicas e os conteúdos. Porém, não é comum esperar que conheçam a história da disciplina que ensinam e/ou pesquisam. A autora alega que o conhecimento dessa história pode esclarecer muito mais do que se imagina, no que tange ao trabalho do pesquisador e do professor.

A história do ensino vem se constituindo como importante tema de estudos no campo da História da Educação – próximo da história do currículo e da história das disciplinas escolares. O estudo das disciplinas escolares percorreu um caminho entre a constituição até a consolidação, no qual saberes – antes restritos ao campo da produção científica ou próprios da vida social – de forma geral, acabaram, enfim, tornando-se saberes escolares (Fonseca, 2006, p. 8). A autora pontua que as disciplinas escolares podem, portanto, ser estudadas

historicamente, no sentido da sua origem e evolução no tempo ou em relação aos interesses dos grupos e atores sociais, como o Estado, por exemplo.

Fonseca (2006, p. 8) explica que, mais recentemente, os historiadores têm se voltado para o entendimento das práticas do cotidiano escolar e enxerga nisso uma aproximação com a História Cultural. Para essa autora, a consolidação dos saberes escolares é observada em vários países, principalmente entre os anos 1960 e 1980, e teria sido marcada por uma conjuntura de acentuados debates ideológicos no Brasil, envolvendo, inclusive, o Regime Militar. A autora consolida o pensamento de André Chervel (1990), citado por ela em sua obra, como um dos poucos autores a se dedicar teoricamente ao campo da história das disciplinas escolares e argumenta que ele insiste em buscar no interior das instituições escolares as respostas que procura, enquanto a pesquisadora acredita que isso possa minimizar o entendimento das influências exteriores.

A respeito do ensino de História no Brasil, Fonseca (2006) discorre sobre o fato de já haver conteúdos históricos entre os jesuítas nos séculos XVII e XVIII, mas argumenta que, naquele momento histórico, a disciplina de História ainda não estava instituída. Ela ressalta que as disciplinas escolares surgiram, portanto, do interesse de certos grupos e instituições, inclusive religiosas. A autora remonta a origem dos primeiros conjuntos de saberes que vão, posteriormente, se consolidar como disciplinas escolares e considera, ainda, duas referências principais para o entendimento da história das disciplinas escolares, que são: a Sociologia dos saberes escolares e a História Cultural. Entretanto, ressalta que há outras referências importantes e explica que, após a Segunda Guerra Mundial, houve um aumento significativo do acesso da população ao sistema educacional e que esse fato evidenciou as contradições do próprio sistema educacional, o que levou a análises sociológicas.

Nesse sentido, o aprofundamento dos estudos sociológicos levaria, nos anos 1970, a discussão sobre as bases sociais da educação (Fonseca, 2006, p. 16). Nesse ponto, Fonseca (2006) faz a crítica acerca da questão da “adaptação”, ou seja, da chamada “transposição didática”. A noção de que a escola se apropria de conhecimentos produzidos na universidade contraria as pesquisas realizadas pela autora. Ela ressalta que os estudos mais abrangentes e capazes de lidar com a complexidade sobre esse processo só ocorrem a partir dos anos 1970, na Europa, sob influência, sobretudo da História Cultural, principalmente a partir dos trabalhos de Chartier a respeito do livro e da leitura.

Fonseca (2006) ressalta que o estatuto da História se alterou nas discussões entre as ciências humanas com o passar do tempo, sendo que a concepção da História mais relacionada com a religião, comum na Idade Média, foi sendo abandonada à medida que se aproximava do

século XVII, quando se iniciou a produção de uma História mais científica. Ainda assim, explica que a trajetória da História como ciência acadêmica não corresponde à da História enquanto disciplina escolar.

Ressalta-se o papel dos jesuítas na educação brasileira, pois, mesmo com a rejeição parcial dos seus modelos de ensino e currículo, aqueles seriam os modelos iniciais sobre outros mais científicos, laicos e pragmáticos que os sucederam (Fonseca, 2006). A História viria a ser, mesmo que ainda não como disciplina escolar, utilizada pela burguesia francesa após a revolução, como forma de explicar com base na razão iluminista as origens das nações, e seria cada vez menos vinculada à religião e cada vez mais à “história da humanidade”. Nesse sentido, a autora explica que a história tem sido, por vezes, como um joguete dos programas oficiais. A partir das reformas educacionais promovidas pelas nações europeias no século XVIII, cada vez mais a igreja vai sendo retirada do seu antigo papel na educação e os currículos vão se aproximando das pautas iluministas.

Dessa forma, por meio da afirmação das identidades nacionais, a história assume, também, cada vez mais importância social na sociedade, explica Fonseca (2006, p. 24). A autora destaca, ainda, que a história do ensino de História é um campo complexo com caminhos que se bifurcam e se entrecortam, não se restringindo aos programas oficiais do Estado na sociedade burguesa.

A pesquisadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018), analisa o percurso do ensino de História, porém voltando-se para o Brasil. Ela avalia a inserção nos currículos de Humanidades no Brasil a partir dos países católicos ocidentais. A autora entende que esse percurso da História como disciplina escolar se deu mediante disputas sobre os objetivos para a formação de uma elite econômica e política, que se utilizava da prática da exclusão dos outros grupos sociais do sistema educacional. Dessa forma, o ensino de história se apresenta como resultado das políticas educacionais da elite econômica e política que determinava os currículos clássicos de Humanidades, científico, História da civilização, História Sagrada, do Brasil e das sociedades.

Bittencourt (2018, p. 134) corrobora o pensamento de Fonseca (2006) ao dizer, de forma geral, que o ensino de história no Brasil era, inicialmente, para a elite branca e cristã, privilegiando a elite e excluindo outros grupos sociais. Fonseca (2006, p. 84) expõe, também, sobre o currículo baseado nas humanidades clássicas, entre o final do século XIX e o início do século XX, quando a escrita e o ensino de história eram realizados por escritores, não havendo ainda historiadores profissionais naquele tempo. Somente posteriormente o ensino de humanidades clássicas baseado em conteúdos gregos e romanos é substituído por um currículo

científico. Bittencourt (2018, p. 131) trata, ainda, do projeto do parlamentar Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o qual propõe desvincular o ensino de História do ensino de Letras clássicas – e sem a influência da igreja. Foi dessa época, também, a proposta de criação de livros didáticos produzidos por professores, além da organização dos níveis de ensino em dois graus. A proposta foi recusada na Assembleia Constituinte de 1823, mas outro projeto semelhante, apresentado pelo deputado Januário da Cunha Barbosa, um liberal religioso, em 1826, propunha um ensino médio com aulas organizadas por professores especialistas.

Ademais, o Ensino de História ganharia mais autonomia com a criação de cursos preparatórios no Colégio Pedro II, escolas privadas e liceus. Bittencourt (2018, p. 130) explica que, no século XVIII, existiram disputas entre diferentes propostas de currículos de História – influenciadas pelo iluminismo – e menciona que, no Seminário de Olinda, a proposta da criação de “princípios gerais em que se funda a história”, incluindo noções de Cronologia, articulada com o ensino da Língua Pátria como porta de entrada para qualquer saber, não sendo diferente nos países europeus, onde o ensino da língua nacional foi fortalecido pelo estudo de obras literárias. Quanto à “cronologia dos fatos”, esta deveria ser fria, sem problematizações, de modo a evitar confusão na cronologia dos acontecimentos. A autora prossegue dizendo que essas propostas serviram de base para a constituição do ensino de História no Brasil.

Nesse contexto, Bittencourt (2018) expõe a disputa de currículos entre Humanidades clássicas e Humanidades modernas:

Uma história da moderna civilização e uma história nacional foram, nesse contexto, esboçadas e referenciadas sob as origens laicas dos “antigos greco-romanos” e introduzidas lentamente em currículos entre final do século XVIII e no decorrer do século XIX em países europeus convulsionados pelas revoluções burguesas e nas antigas colônias americanas em processo de constituição de Estados nacionais (Bittencourt, 2018, p. 131).

Assim, o percurso realizado pela história – finalmente como disciplina escolar ofertada no ensino público e privado no século XIX, durante o Império do Brasil – não foi o mesmo de outras disciplinas. Bittencourt (2018) destaca o papel dos professores na organização dos conhecimentos históricos e geográficos da disciplina dos cursos preparatórios, como em São Paulo. Acerca dos embates sobre História do Brasil e o lugar a ser ocupado nos diferentes currículos constituídos a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, Bittencourt (2018) explana que

[...] cabia aos que “ensinarão a ler [...] preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil” (Brasil, Art. 6º, 1827a). O ensino de História estava associado à aprendizagem da leitura por intermédio de temas articulados a um senso moral e cívico, um dever filial para com a

Pátria e seus governantes. E esse objetivo marcou a trajetória da História do Brasil sob os currículos humanísticos e modernos (Bittencourt, 2018, p. 137).

Conforme a autora pontua, a História se juntaria, então, à Geografia, Língua Portuguesa e Música, não apenas na sala de aula, mas também nas festas cívicas, onde se exaltavam os heróis da “pátria” – ou locais –, os oligarcas e bandeirantes “construtores do imenso território brasileiro”, os quais eram, inclusive, homenageados em nomes de ruas.

Bittencourt (2018) explica, ainda, sobre a pouca resistência brasileira a uma História do Brasil que seria um apêndice da História “Universal” da Europa e que acabaria por prevalecer. Uma das tentativas de oposição vencidas foi a História da América, de Manoel Bonfim, que, segundo Bittencourt (2018, p. 139), era inovadora para a época, apresentando a História da América como “um amálgama cultural”, “uma nova civilização”. Essa História da América teve vida curta e seria substituída com a Reforma Capanema de 1942, pelo retorno definitivo da História do Brasil. A autora prossegue comentando sobre questionamentos dos historiadores no pós-Segunda Guerra Mundial, sobre o significado da civilização europeia, pois, mesmo com todo desenvolvimento tecnológico e econômico e acesso à educação, a Europa foi capaz de entrar em uma guerra com consequências desastrosas. Nesse cenário de incentivos institucionais como os da Unesco, foram promovidos esforços por uma “História para a paz” com debates que resultaram em renovação curricular internacional.

O currículo foi novamente organizado com uma conotação mais científica, tendo a França como centro do debate. No Brasil, após os anos 1950, centros universitários passaram a se preocupar mais com a formação de professores, os quais deveriam realizar revisão de conteúdos de História do Brasil, incorporando novas pesquisas que se multiplicaram. Paralelamente, aponta Bittencourt (2018), novas propostas de métodos de ensino foram introduzidas em escolas secundárias e atingiram novos grupos sociais. Com a ampliação sucessiva da oferta de acesso à escola à população, surge, então, um debate sobre qualidade e quantidade no ensino e métodos de ensino e aprendizagem (Bittencourt, 2018, p. 140). Ainda assim, de maneira geral, a História nas escolas secundárias das décadas de 1950 e 1960 continuavam mantendo um ensino focado no vestibular e limitava a possibilidade de mudanças de conteúdo.

Conforme aponta Bittencourt (2018), na democracia populista, os objetivos das políticas públicas para o ensino de História era coletivizar o ideário de “democracia racial brasileira” para manter a continuidade no Brasil de uma História europeia, com as contribuições de indígenas e africanos. Novas propostas para escolas de primeiro e segundo graus surgem nos anos 1980, com o início da redemocratização, tentando conciliar interesses diversos da

sociedade, como descontentamento dos professores com as condições precárias das escolas e dos salários, bem como conteúdos que estimulassem os alunos diante das transformações sociais. Somente em 1996, os currículos produzidos após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação junto aos PCNs de 1998 estenderam as preocupações legais para todos os níveis e sistemas escolares (Bittencourt, 2018). Assim, por meio da luta de movimentos sociais, entraram no currículo escolar História da África e das Culturas afro-brasileiras, mediante a lei nº 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008. Esses conteúdos seguem sendo implementados, sem, contudo, cumprir-se de modo satisfatório o que pede a lei. De acordo com a autora,

Os velhos marcos históricos estão sendo revistos, mesmo que paulatinamente, podendo-se introduzir uma história da Antiguidade pelas sociedades indígenas, pela diversidade de uma história econômica da agricultura ou por uma história social pelo trabalho escravo criador das riquezas que sustentam o sistema capitalista do mercantilismo ao neoliberalismo, de uma história das sociedades constituídas antes do aparecimento da escrita, da formação de uma civilização americana miscigenada (Bittencourt, 2018, p. 142)

Maria Paula González (2018, p.10), Doutora em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona, trata, igualmente, do campo do ensino de História. No entanto, essa autora analisa tais aspectos já no decorrer do século XXI, enfatizando saberes escolares do cotidiano da escola que, segundo ela, têm recebido pouca atenção por parte dos pesquisadores. Gonzales (2018) propõe que as fontes para o entendimento dos saberes escolares estão ao alcance do pesquisador e que são produzidas fora da escola: programas, planos e livros didáticos. A autora ressalta que, mais recentemente, alguns outros pesquisadores trabalham os saberes e práticas escolares como lugar de diálogo entre diversas culturas acadêmicas, a saber, geracionais, populares, digitais entre outras.

Gonzales (2018, p. 20) analisa, ainda, as mudanças no currículo escolar, que “vai do nacionalista ao memorialístico e crítico” e do passado distante ao próximo. A autora problematiza a realidade educacional visando resgatar práticas despercebidas, bem como detalhes desses saberes escolares cotidianos e suas implicações para com a sociedade contemporânea digital – e social propriamente dito. Assim, o seu olhar a longo prazo percebe as mudanças e as permanências que de outra forma seriam difíceis de se atingir. Pode-se concluir que Gonzales (2018) discorda da ideia corrente de que nas práticas escolares “nada muda”, bem como de convicções opostas de que tudo teria mudado.

1.2. O CAMPO DE PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS

Márcia Elisa Teté Ramos (2012) analisa a trajetória da Revista História & Ensino (UEL) desde a sua fundação, em 1995, até o ano de 2012 com a intenção de verificar como o campo de pesquisa em Ensino de História se configurou ao longo do tempo, no Brasil. A criação da revista H&E na Universidade Estadual de Londrina ocorreu um ano após a criação do LABHIS, o laboratório de História, cuja intenção era aproximar a universidade e a escola. A autora divide o material em quatro fases a fim de melhor organizar a análise, além de considerar a relação autor/região, bem como das temáticas principais e o período das publicações.

Ramos (2012, p. 78) expõe que, na primeira fase (entre 1995 e 2000), eram publicados artigos em sua maioria por professores da própria universidade (UEL), seguido de autores de outras universidades paranaenses. Para essa primeira fase, Ramos (2012) coloca em números por região as publicações na revista H&E, demonstrando que a região Sul concentrava 67% das publicações no período, a região Sudeste 18%, Nordeste 9%, a região Centro-Oeste 3% e exterior 3%, também. A autora explica que nesse momento ainda não havia avaliação da CAPES e o campo de pesquisa em Ensino estava apenas tomando forma inicial. Ela prossegue dizendo que, entre 2001 e 2005, o número de publicações na região Nordeste e Centro-Oeste salta de 3% para 7%, enquanto no Sul e Sudeste se mantêm altos. De 2006 a 2010, aumenta significativamente o número de autores de outras universidades ao mesmo tempo em que as temáticas passam a ser “mais entrecruzáveis”, diz Ramos (2012, p. 80). Nessa fase, a região Centro-Oeste já responde por 9% das publicações e o Nordeste por 15%, enquanto o Sul 31% e o Sudeste com 38%, mantendo-se altos ainda. Contribuições internacionais saltaram para 7% nessa fase.

Ramos (2012) explana que, na primeira fase (1995-2000) as temáticas mais presentes eram: livro didático, uso escolar de fontes didáticas, currículo, questões epistemológicas e metodológicas do ensino de história, história da educação, formação de professores, políticas públicas e história da disciplina escolar. A pesquisadora aponta que havia, entre os anos 1980 e 1990, uma espécie de suspeição em relação ao livro didático, que estaria ligado ao controle da ditadura militar, no período anterior, e ainda possuía influências negativas daquele período. Porém, Ramos (2012) explica que, em determinado momento, essas críticas e suspeitas com relação ao livro didático evoluíram para análise dele e que essas coincidiriam para a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD:

Além das reestruturações curriculares e do sistema de avaliação do livro didático, condizentes com as mudanças nas políticas públicas para educação, integram o contexto o movimento de aumento das pesquisas quanto ao

ensino/aprendizagem histórica na década de 90, conforme dados levantados por Ernesta Zamboni (2005). Enquanto nos encontros ou escritos que discutiam sobre o ensino de história, nas décadas de 70/80, era comum a apresentação dos “relatos de experiências” com pouca ou nenhuma reflexão teórica, na década de 80/90, o discurso educacional era dominado pela dimensão sociopolítica e ideológica da prática pedagógica, próprio do período pós-Ditadura (Ramos, 2012, p. 83).

A respeito do percurso do Ensino de História no Brasil por meio da análise das publicações na revista H&E, Ramos (2012) explica que, em meio às discussões teóricas e ideológicas da época e a influência de autores franceses e ingleses, iniciou-se uma discussão bastante pertinente a respeito da produção do conhecimento histórico em sala de aula por professores de História. A autora (Ramos, 2012, p. 85) lembra que as discussões sobre produção de saberes em sala de aula já estavam presentes desde os anos 1970, mas no campo da Educação, e não no de Ensino de História.

Sebastian Plá Pérez (2012), professor de “Enseñanza de la Historia” na *Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional Autónoma de México* é um autor que também realizou importantes contribuições para o campo de Ensino de História. A principal crítica desse autor é a respeito de uma lógica binária que tenta relegar o Ensino de História a uma posição subalterna em relação à pesquisa em História (PLÁ, 2012) em sua introdução ao *La enseñanza de la historia como objecto de investigación*.

Plá (2012, p. 164) questiona esse posicionamento hierárquico que reduz o ensino de história a uma simples transmissão de conhecimento dos historiadores para o público. O objetivo do seu texto é romper com essa lógica para demonstrar a complexidade e a importância do ensino de história como campo de pesquisa. Dessa forma, ele discute conceitos como didática da história, ensino de história e educação histórica.

Em seus estudos sobre o Ensino de História, Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, junto a Fernando de Araujo Penna (2019), abordam a construção de teoria e metodologia de pesquisa no lugar de fronteira. Os autores discorrem sobre a relação entre os saberes docentes escolares e narrativas da história escolar, além de trazer contribuições na área de currículo e da didática associados, dentro do entendimento de que o Ensino de História é lugar de fronteiras, diálogos e trocas de experiências entre os campos. Nesse entendimento, foi necessário considerar as relações entre Educação e História, suas aproximações e diferenças (Monteiro; Penna, 2019, p. 194), incluindo Currículo, Didática, saberes afirmados, negados ou excluídos referentes à seleção cultural, presentes tanto no ensino como na pesquisa histórica. Monteiro e Penna (2019) ressaltam que reconhecer o currículo como lugar de fronteira desafiou relações

de poder entre saberes ensinados, pensados tradicionalmente. Nesse contexto, os autores apontam que,

As aproximações de autores do campo do currículo com aqueles do campo da Didática nos possibilitaram, na definição do objeto de estudo, problematizar os saberes ensinados a partir da abordagem de sua produção e mobilização pelos docentes na busca de compreender os processos de sua constituição (Monteiro; Penna, 2019, p.195).

Carmen Teresa Gabriel, doutora em Educação pela PUC-RJ, em seu artigo intitulado *Pesquisa em Ensino de História: desafios contemporâneos de um campo de investigação*, de 2019, trata de questões teórico-metodológicas em que pretende reafirmar a potência político-epistemológica da pesquisa em Ensino de História. Gabriel (2019, p. 144) explica que se trata de uma escolha política e intencional o uso da preposição “em” para se referir ao campo de pesquisa e faz uma reflexão a respeito da ontologia das palavras em relação aos seus significados e à realidade social. A autora se situa na teoria pós-fundacional apoiada em autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004). Gabriel (2019) afirma que, se toda ação social possui significação e o contrário também, seria verdadeiro afirmar que mudanças na significação e na teoria sempre causaram efeito no mundo social. A autora alega que não existe teoria desconectada da prática, nem prática desvinculada da teoria – logo, consciente ou inconscientemente, todos possuem teoria.

Entretanto, a reflexão sobre a teoria e a prática leva ao aprimoramento, desde que os princípios teórico-metodológicos não acumulem contradições em si. Gabriel (2019) assume a postura pós-fundacional e explica que essa corrente filosófica não deve ser confundida com o antifundacionalismo³. Ou seja, não se trata de negar todo e qualquer fundamento, mas sim da desnaturalização e problematização dos princípios ontológicos. A autora afirma que o pós-fundacionalismo é coerente com o campo de pesquisa em História e o lugar de fronteiras.

Burity⁴ (2010, p. 2, apud Gabriel, 2019) fala do presente como demanda, em que os vários acontecimentos do mundo social são discutidos no campo teórico em disputa. Entende-se que, de certa forma, isso é semelhante ao desmoronamento das certezas metodológicas mencionadas por Chartier, em *À Beira da Falésia* (2002). Gabriel (2019, p. 146) explica que ela, entre os autores pós-fundacionais, não está de forma alguma alheia aos graves problemas

³ Pós-fundacionalismo: A crítica ou perspectiva pós-fundacional se refere a um amplo arcabouço que, em resumo, se opõe a noções de filosofias e epistemologias essencialistas ou fundacionais. Em outras palavras, teorias que possuem um centro irradiador de toda a sua episteme e que constituem a maioria das teorias e filosofias ocidentais desde a Grécia antiga até o presente. Antifundacionalismo: Teoria cética sobre a impossibilidade de fundamentar o conhecimento a partir de bases sólidas e de criar critérios de acesso à verdade, em outras palavras, a negação de qualquer fundamento.

⁴ Bacharel em História pela UFPB, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Essex, Inglaterra.

sociais e estruturais do tempo presente e que o fato de se desvincular dos fundamentos ontológicos das teorias hegemônicas não significa que não reconhece suas demandas principais. Ao contrário disso, compreendem-se esses problemas, mas nem por isso se deixa de olhar para frente e assumir que há novos problemas. Problemas esses de outra espécie, gênero, número e grau, os quais devem ser enfrentados e resolvidos, sem que se deixe de pensar e agir em relação àqueles de maior grandeza e mais antigos, que demandam muito mais tempo e esforços para serem resolvidos.

1.3. O ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA NO BRASIL

A História é uma ciência que necessita de limitações temporais e espaciais, pois não é possível estudar todo o passado. O que Michel de Certeau (1982) chama de operação historiográfica representa uma sistematização de procedimentos da escrita histórica. Para ele, a História é, ao mesmo tempo, uma disciplina, uma prática e uma escrita (Certeau, 1982, p. 66). A operação historiográfica resulta da combinação de um lugar social, práticas e procedimentos técnicos específicos da profissão, bem como a escrita propriamente dita. Em consequência dessa produção, tem-se os materiais para o ensino-aprendizagem. Entre as diversas áreas de pesquisa, o que é discutido aqui se pauta na polêmica área de Pré-História.

O termo Pré-História tem sido criticado principalmente por alegados preconceitos em relação às populações não europeias, por não fazer sentido em outras regiões do mundo e por ser impossível o projeto de uma História Universal, como observado por Chartier (2002, p. 65). Quanto a isso, os pesquisadores do campo da Arqueologia tendem a concordar por entenderem que não se deve extrapolar dados de um contexto local para outras regiões (Prous, 1992) e nem aplicar métodos e conceitos de um continente para outro. Nesse contexto, a arqueóloga Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto (2000) elucida que:

O convite a especialistas estrangeiros e o entusiasmo em absorver um novo saber residiam essencialmente nas áreas mais técnicas da arqueologia, sobretudo métodos de escavação, classificação, datação e documentação. Estes, porém, não poderiam ser aplicados ao contexto brasileiro de forma teoricamente neutra e estavam necessariamente imbuídos das tradições teóricas de suas matrizes de origem (Barreto, 2000, p.41).

No entanto, como explica o historiador Luciano Marcos Curi (2021), existem vários outros pontos que devem ser observados ao trabalhar com esse campo, tais como: a falta de um termo adequado e aceito consensualmente pela comunidade científica e público para se referir a esse período; a possibilidade de se manter o termo Pré-História, mas se despir dos

preconceitos do século XIX, adotando princípios e métodos característicos e apropriados para cada região.

Nesta dissertação, discute-se o Ensino de Pré-História de Mato Grosso do Sul, situando-o dentro do campo de pesquisa em Ensino de História, em consonância com o que foi apontado por Ramos (2012) e Bittencourt (2018), mencionadas anteriormente. Adotou-se a perspectiva pós-fundacional, baseada nos estudos de Marcus Leonardo Bomfim Martins (2019) e da professora Maria Aparecida Lima dos Santos (2009), ou seja, que permite uma abrangência maior de possibilidades teórico-metodológicas e mais voltada à análise do discurso do que em teorias essencialistas.

Entende-se necessário esse levantamento, ou estado da arte, a fim de situar a pesquisa e poder aproveitar melhor as contribuições já realizadas no campo por outros autores, sejam do ponto de vista da produção historiográfica ou das problemáticas teóricas que se relacionam com o campo e o tema dentro do recorte específico. Devido a isso, é de fundamental importância proceder a um levantamento das publicações acadêmicas a respeito.

1.3.1. Repositório do PROF-HIST- Programa de Mestrado Profissional pós-graduação stricto sensu em Ensino de História

Os primeiros resultados da busca no banco de dados do PROF-HIST apontam um número muito reduzido de publicações acadêmicas com as palavras-chaves “Pré-História” e “Pré-História de Mato Grosso do Sul”, o que justifica empreender esforços nesse sentido. Resultado para a palavra-chave “Pré-História” e “Pré-História de Mato Grosso do Sul” no repositório do PROF-HIST: zero (0).

O site do Prof-Hist passava por reformulação, não sendo possível a busca por palavras-chave na nova configuração. Devido a isso, obrigou-se a conferência de uma a uma das publicações no banco de teses e dissertações do programa para confirmar os dados do levantamento realizado no primeiro semestre de 2022, quando a busca por palavras-chave ainda se encontrava funcional.

O mesmo ocorreu com a revista História & Ensino da UEL, na qual não é mais possível a busca por palavras-chave em nenhum dos indexadores na qual ela se encontra. Apenas a base de dados DEDALUS/USP se mantém inalterada, permitindo, portanto, novas consultas a fim de refinar os dados e/ou consultar detalhes de publicações específicas.

Após a verificação das dissertações, uma a uma, foi confirmado o que fora observado anteriormente, não há menção alguma à Pré-História nas produções do PROF-HIST. A busca

pela palavra-chave “Pré-História de Mato Grosso do Sul” também resultou em nenhuma publicação.

1.3.2. Repositório da Revista História & Ensino

Quanto à revista *História & Ensino*, utilizando a palavra-chave “Pré-História de Mato Grosso do Sul” para a busca no banco de dados, o resultado foi: treze (13) publicações. Das publicações encontradas, três (03) são de autoria da Prof. Dra. Maria Aparecida Lima dos Santos (uma delas em parceria com Lourival dos Santos e Janaina Soares Cecílio dos Santos; dois (02) de Jaqueline Aparecida Martins Zarbato; um (01) de Vivianny Bessão de Assis e Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes; um (01) de Josiane Peres Gonçalves, Giovani Ferreira Bezerra, Rute Santos Novais; um (01) de Cintia Lima Crescêncio; Um (01) de Giovanni França Oliveira, Andrea de Souza Ferrão; um (01) de Ana Paula Squinelo, Glória Solé, Isabel Barca; um (01) de Junia Fior Santos; um (01) de Diogo da Silva Roiz.

Todos os achados são sem relação com Pré-História ou ensino de Pré-História. As publicações da Dra. Maria Aparecida Lima dos Santos são concentradas, principalmente, no campo de pesquisa em História do Ensino de História. Já as publicações da Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato se concentram na área de Educação e Ensino de História. Os demais apenas apareceram, igualmente, no filtro da palavra-chave “Mato Grosso do Sul” por alguma menção a esse estado no corpo do texto, não sendo o caso de estar o nome no título do trabalho. Pelos motivos mencionados anteriormente, não houve aqui uma análise mais acurada das publicações nas quais apareceram a palavra-chave “Mato Grosso do Sul” nesse repositório por problemas no site e por julgar não ser relevante, visto que as publicações não têm relação alguma com Pré-História, apenas referem em algum momento no corpo do texto ao estado de Mato Grosso do Sul.

O resultado da busca pela palavra-chave “Pré-História” na base de dados da revista *História & Ensino* foi de um (1). Trata-se da publicação com temática a respeito de Pré-História, intitulada *Se tudo é História, por que continuamos a estudar Pré-história na escola? Os conceitos de História e Pré-história nos livros didáticos contemporâneos*, de Ana Lucia do Nascimento, Juliana Alves do Andrade, Luiz Adriano Lucena Aragão. Essa é, realmente, uma publicação relevante para a presente pesquisa, pois trata não apenas de Pré-História, mas é uma das raríssimas publicações que mencionam o ensino de Pré-História no Brasil, até o presente momento. Apesar de ser utilizado esse material nesta dissertação, ele não foca em Mato Grosso do Sul.

1.3.3. Repositório da Revista História Hoje

Resultado da busca pela palavra-chave “Pré-História” na base de dados da revista *História Hoje* (Anpuh): nenhum resultado (0). Mais uma vez confirmando o Primeiro Paradoxo da Pré-História [5], do Dr. Luciano Curi (Curi, 2021, p. 197). O Resultado da busca pela palavra-chave “Mato Grosso do Sul” na base de dados da revista *História Hoje* (Anpuh): cinco (05) publicações: *Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena*, de Giovani José da Silva (2012); *Professores de História e a Internet nas Escolas: concepções e caminhos*, de Joelci Mora Silva e Sônia da Cunha (2015); *Práticas de escrita escolar no ensino de História: indícios de significação do tempo em manuscritos escolares*, de Maria Aparecida Lima dos Santos, (2015); *Hegemonia e ensino de história: algumas considerações sobre o Mato Grosso do Sul*, de Renato Jales Silva Junior (2019) e por fim, *Entrevista com Joana Neves: O ensino de História e as utopias: memórias dos Colégio Vocacionais e de uma professora da primeira geração do “campo” do ensino de História*, de Tiago Alinor Hoissa Benfica (2022);

Ao realizar breve análise dos resumos dos trabalhos levantados, considera-se que, dessas publicações que contém a palavra-chave Mato Grosso do Sul, apenas duas podem dialogar com a presente pesquisa, sendo estas: *Hegemonia e ensino de história: algumas considerações sobre o Mato Grosso do Sul* e *Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena*.

O primeiro trabalho, *Hegemonia e ensino de história: algumas considerações sobre o Mato Grosso do Sul*. Ao observar o título, considera-se que esse merecia, no mínimo, uma análise rápida do resumo:

O artigo objetiva discutir alguns aspectos da história de Mato Grosso do Sul e sua relação com o ensino de História. Mais especificamente abordaremos a produção de sentidos hegemônicos sobre o território a partir da divisão política do antigo Mato Grosso e a disputa por memórias que se inicia nesse processo. A produção historiográfica sobre a criação do estado de Mato Grosso do Sul é marcada majoritariamente pela discussão do conceito de identidade. Na proposta deste texto deslocamos a discussão para o conceito de hegemonia para pensarmos as ações dos grupos política e economicamente dominantes como tentativas de se criar memórias hegemônicas para conseguir um consenso sobre quais seriam os modos de viver legítimos no estado (Silva, 2012, p. 1).

Como pode ser percebido acima, o texto não trata dessa temporalidade a qual se propõe o presente trabalho, entretanto, as relações de poder na construção de uma memória sul-mato-

grossense na questão da identidade dos grupos e a noção de hegemonia poderiam ser úteis como referência para este trabalho. Portanto, considera-se o artigo em questão como referência extra.

O segundo trabalho tem como intuito, de acordo com o autor, discutir aspectos da História de Mato Grosso do Sul, mais especificamente a respeito dos povos indígenas que vivem neste estado, porém não aborda a Pré-História. Aborda apenas do período colonial ao tempo presente.

1.3.4. Repositório da Base de publicações DEDALOS/USP

Considerando que o banco de dados DEDALUS/USP é muito grande e contém um número muito amplo de publicações científicas, resolveu-se incluir na busca, também, a palavra-chave “Ensino de Pré-História” e, dessa forma, apareceram alguns resultados, os quais serão comentados adiante, após uma primeira análise para distinguir as publicações que tratam de presente objeto e recorte de pesquisa e aqueles que não o fazem diretamente. Em seguida, serão selecionados e analisados os mais significativos, no sentido de que podem fornecer subsídios para esta pesquisa.

Resultados para a palavra-chave “Pré-História de Mato Grosso do Sul”: dois (02). Assim, tem-se: *Arqueologia hoje: dossiê* / organizada por Walter Fagundes Morales (2008-09). Essa publicação não trata da Pré-História de Mato Grosso do Sul direta ou indiretamente, há apenas uma menção no corpo do texto, mas que não tem relação alguma com o presente trabalho, apenas repetindo dados já conhecidos até a saciedade e mostrados de maneira mais direta e aprofundada em publicações locais de Arqueologia, por exemplo, como neste trecho: “Dentre os estados brasileiros que registram a presença do homem há mais de doze mil anos antes do presente, estão: Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Piauí”. (Morales, 2005).

A outra publicação é intitulada “Conhecendo o índio”, de autoria de Acary de Passos Oliveira; Lêda T. Costa Bandeira e Maria Cira J. Meireles D. Sousa (1990). Essa também não trata da Pré-História de Mato Grosso do Sul direta ou indiretamente, apenas tem uma menção no corpo do texto a etnias indígenas do antigo estado do Mato Grosso, mas que não tem relação direta com a presente pesquisa, visto também que o foco das pesquisas em Ensino de Pré-História é o período mais antigo dos caçadores coletores e a produção de artefatos de pedra lascada – o que é muito anterior ao aparecimento das etnias indígenas associado ao processo de sedentarização humana, bem como o desenvolvimento de cerâmica na região. Tal publicação não foi encontrada em versão digital para leitura, mas como o próprio título já deixa claro, é

voltada para o período mais recente (História Indígena) dos povos agricultores ceramistas ou indígenas descendentes daqueles, no estado de Goiás, não Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, quando utilizada a palavra-chave mais genérica “Pré-História”, em vez de “Ensino de Pré-História” ou “Ensino de Pré-História no Mato Grosso do Sul”, resulta maior número de publicações sobre temas que não se ligam propriamente ao assunto. Resultado para a palavra-chave “Pré-História” (base de dados DEDALOS/USP): cerca de 137,000 publicações. Aparentemente, trata-se de um número elevado de publicações, entretanto, numa parte significativa delas, a palavra pré-história pode adquirir um sentido totalmente diverso daquele que se busca. A seguir, será mostrado, alguns exemplos de artigos do tipo, já mencionados: *A pré-história da noção de causa em Freud*, de autoria de Roberto Calazans e Jorge Luís Gonçalves dos Santos (2007) e *Redes técnicas/redes sociais: pré-história da internet no Brasil*, de Tamara Benakouche (1997).

Nesses casos, não se trata sequer de Pré-História. Inúmeras outras publicações semelhantes aparecem na busca, mas, como se pode observar nos exemplos acima mencionados, em um número significativo delas, a palavra pré-história acaba assumindo um significado totalmente diferente daquele sentido que é buscado e, principalmente, dos limites geográficos e temporais propostos nesta pesquisa.

Outrossim, publicações que tratam ou mencionam a palavra Pré-História no corpo do texto, abordam, em sua maioria, a Pré-História dentro do contexto territorial do Brasil, sendo que algumas são de outras partes do mundo. De maneira geral, não são sobre o Ensino de Pré-História, mas de Pré-História de maneira direta ou indireta, sendo que a maioria trata de pesquisas em sítios arqueológicos específicos em outros estados brasileiros que não o Mato Grosso do Sul. O volume de publicações nesse banco de dados é relativamente alto, mas, em grande parte, isso é devido aos motivos acima mencionados.

Outro ponto que remete ao Segundo Paradoxo da Pré-História⁵, mencionado por Curi (2021, p. 198), refere-se ao fato de que as pesquisas na área de Pré-História são realizadas, geralmente, por arqueólogos e outros pesquisadores, mas, na sala de aula, na etapa da Educação básica, quem ensina Pré-História é o professor de História. Segundo o autor, esses professores não tiveram, normalmente, em sua formação, os métodos e conhecimentos específicos da Arqueologia. Não é comum nos cursos de formação de professores tais disciplinas. Curi (2021) entende como prejudiciais e paradoxais tais fatos e que merecem, segundo ele, detida atenção.

⁵ Primeiro Paradoxo da Pré-História: conforme Curi (2022, p. 197) a Pré-História seria de longe o primeiro período da História, o mais longo, menos conhecido, menos estudado e que só recentemente (séc. XIX) foi descoberto pela ciência.

A imensa maioria das publicações que mencionam a palavra Pré-História é feita por arqueólogos, sendo que algumas são de paleontólogos e antropólogos, ou ainda outros pesquisadores, e quase nunca são historiadores. A análise das publicações tem mostrado exatamente isso, confirmando o que Curi (2021, p. 198) chama de Segundo Paradoxo da Pré-História.

Diante de todas essas indagações e constatações, são levantados os seguintes questionamentos: Onde estão as pesquisas sobre Pré-História e/ou Ensino de Pré-História realizadas por historiadores? Elas existem? Não é o que este levantamento tem mostrado. Das duas ou três (conforme o critério adotado) publicações feitas por historiadores sobre Pré-História que foram encontradas, em ao menos duas delas os historiadores são, também, simultaneamente, arqueólogos e/ou antropólogos. Como é o caso, por exemplo, do Dr. Jorge Eremites de Oliveira (2020) e do Dr. Giovani José da Silva.

Gráfico 1. Resultado de busca por palavras-chave na base de dados DEDALUS/USP (primeiro semestre de 2022).



Fonte: gráfico elaborado pelo autor (2024).

No que diz respeito ao número de ocorrências, o resultado para a palavra-chave “Ensino de Pré-História” corresponde a vinte e nove (29) publicações. Dessas vinte e nove, nem todas parecem tratar exatamente de Ensino de Pré-História. Dezenove (19) delas tratam de Ensino de Pré-História no Brasil de um modo ou de outro. As outras dez não têm relação direta com Ensino de Pré-História. Cinco se referem a atividades em museus e sete tratam de livros didáticos – ou são livros didáticos. Aparentemente, na maioria desses livros didáticos, o ensino de Pré-História se apresenta de um modo tradicional, sem as recentes contribuições da

perspectiva decolonial e/ou pós-colonial de autores mais atuais no campo de pesquisa em Ensino de História e áreas de fronteira.

Duas publicações discorrem sobre a Pré-História regional: uma do Rio Grande do Sul, e outra do Vale do Ribeira-SP. No entanto, não é sobre o Ensino de Pré-História, mas sim da Pré-história desses locais. Um aborda a trajetória de um pesquisador, ou seja, trata-se de um memorial, do Instituto de Pré-história da USP. Um discute o ensino de Pré-História no ensino superior. O outro é sobre um seminário para inclusão da temática de Pré-História brasileira na educação básica. Considerando isso, além daquelas dez primeiras publicações excluídas na primeira análise, é possível que devam ser excluídas mais algumas dessas após uma leitura mais acurada delas.

1.4. REPOSITÓRIO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UFMS

A busca no banco de teses e dissertações da UFMS utilizando a palavra-chave “**Arqueologia**” resulta em algumas publicações já mencionadas nesta dissertação e outras que iremos mencionar apenas agora. A tese de doutorado *El pasado arqueológico en Mato Grosso do Sul – Brasil: un análisis a través del Museo de Arqueología da la UFMS*. De Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques, por exemplo, constitui uma das principais referências para a escrita do capítulo 2 desta. Por outro lado, o trabalho de conclusão de curso de Clara Alice Nepunoceno, intitulado “Arqueologia Pré-Histórica de Alcinópolis - Mato Grosso do Sul: Educação Patrimonial e o Programa de Extensão Trilha Rupestre – UFMS”, de 2023, aparece entre dezessete (17) outras publicações. Nem todas as publicações que resultam da busca pela palavra-chave “Arqueologia” tratam de Arqueologia ou Pré-História de Mato Grosso do Sul. Boa parte das publicações Arqueologia está relacionada com outras épocas e lugares, tal como no trabalho de conclusão de curso de João Pedro Nantes Carvalho, intitulado “A Paisagem Fúnebre-religiosa e o Processo de Interação Cultural no Império Romano: um Estudo Sobre as Catacumbas Romanas de São Calisto entre os séculos II - IV E.C.”.

Uma das dissertações menciona o Museu de Arqueologia da UFMS: “Ambientes de Realidade Virtual direcionados para a Educação Patrimonial: um Estudo de Caso aplicado na Virtualização do Museu de Arqueologia da UFMS”, de Carlos Henrique da Costa Silva. Este trabalho não trata diretamente de ensino de Pré-História de Mato Grosso do Sul, mas achamos conveniente ao menos mencioná-lo, pois, como diz o autor, as ferramentas digitais nos museus podem contribuir para o aprendizado dos alunos. E os aprendizados que podem ser aprendidos

por meio do MuArq-UFMS são diretamente relacionados à Pré-História de Mato Grosso do Sul.

Também a dissertação “Arqueologia e patrimônio: contribuições para uma educação ambiental / patrimonial em Mato Grosso do Sul”, de Pacheco, Ilza Alves. Alguns trabalhos são mais específicos, como “A geolocalização das pinturas rupestres na porção sul da Serra de Maracaju/MS e suas relações com a geomorfologia e geologia”, de Gessica Gonçalves Zanela, mas ainda assim abordam, ao menos indiretamente parte da Pré-História de Mato Grosso do Sul. Nesse trabalho a abordagem não é em ensino e o curso é o de Geografia. Em “Arqueologia das práticas discursivas sobre o fracasso escolar no ensino fundamental do estado de Mato Grosso do Sul”, tese de doutorado em educação, de Aracy Mendes de Souza, tem-se um daqueles casos em que a palavra arqueologia é utilizada com o sentido de busca, e não no sentido de ciência arqueológica.

Estas são as principais publicações no repositório da UFMS que resultaram da palavra-chave “Arqueologia”. Aparecem ao todo aproximadamente 170 publicações, mas as demais não tratam de Arqueologia em si, ou a palavra ocorre apenas fortuitamente ao longo do texto, sem necessariamente tratar do assunto.

A busca da palavra-chave “**Pré-História**” no repositório da UFMS resulta em aproximadamente oitenta (80) publicações. Boa parte delas são exatamente as mesmas que aparecem quando se busca por “Arqueologia”. Este é o caso, por exemplo, da tese de Brambilla Gasques (2023). E é natural que seja assim. Entretanto, aparecem dezenas de publicações que nada dizem respeito diretamente com Arqueologia, Pré-História ou Ensino de História – esta última sendo o foco principal desta dissertação, no caso Ensino de Pré-História. O filtro de busca do repositório da UFMS parece não filtrar devidamente, como ocorre, por exemplo, com o Dedalus/USP, que se mostra bastante eficiente e prático. Na busca pela palavra-chave “Pré-História” no repositório da UFMS aparece, por exemplo, coisas como: “Produção e comercialização de produtos apícolas nos municípios de Aquidauana e Anastácio, MS”, dissertação de mestrado em Geografia de Edimilson Gomes da Silva, que claramente nada tem a ver nem com Arqueologia, Pré-História, tampouco com Ensino de História.

1.5. REPOSITÓRIO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UFGD

O banco de teses e dissertações da UFGD é muito semelhante, senão praticamente igual ao da UFMS. A busca pela palavra-chave “Arqueologia” neste repositório resultou em cerca de 230 publicações, sendo que ocorre praticamente o mesmo que no repositório da UFMS,

algumas publicações relevantes e pertinentes com a busca, porém a maioria não resulta condizente com a busca. Vamos nos deter brevemente apenas nas publicações que possuem relação com Arqueologia, Pré-História e Ensino de História no Mato Grosso do Sul, que é o que interessa aqui.

Para a palavra-chave “**Arqueologia**” destacam-se algumas publicações que trataremos doravante. *Arqueologia pantaneira: história e historiografia (1875-2000)*, de Jorge Eremites de Oliveira. Esse autor é relevante para esta pesquisa por ser um dos principais autores no campo da Arqueologia em Mato Grosso do Sul. No capítulo 2 desta dissertação, são abordadas algumas obras desse autor. *Arqueologia e a preservação do patrimônio cultural: educação patrimonial em Alcínópolis/MS*, de Laura Roseli Pael Duarte é outra obra que é mencionada aqui por tratar de Educação e Pré-História. Também “*Arqueologia, etnologia e etno-história em Iberoamérica*”, de Aguiar, Rodrigo Luiz Simas de (Org.); Oliveira, Jorge Eremites de (Org.); Pereira, Levi Marques (Org.). Trata-se de publicação e autores relevantes para esta pesquisa.

Por outro lado, a busca pela palavra-chave “Arqueologia”, também resulta em resultados como o seguinte: *A Escravidão em anúncios do jornal “A Imprensa de Cuyabá” (1859-1865)* de Santierre Luis Krewer Sott, que não trata de Arqueologia, Pré-História ou Ensino de História. A maioria das publicações que resultam da busca são desse tipo, não possuem relação com o tema pesquisado.

Igualmente como ocorre com o repositório da UFMS, a busca da palavra-chave “**Pré-História**” no banco de teses e dissertações da UFGD resulta em muitos resultados iguais, nos quais as mesmas teses e dissertações ocorrem para as duas palavras-chaves enquanto ocorrem muitíssimos resultados não relacionados com Arqueologia ou Pré-História em Mato Grosso do Sul. Diante disso optamos por encerrar a busca após verificar os títulos das publicações, pois uma análise de todo o conteúdo de centenas de publicações não é viável neste trabalho.

Em resumo, pode-se dizer que em relação à Pré-História e ou Arqueologia em Mato Grosso do Sul, no banco de teses e dissertações da UFMS e UFGD, destacam-se os trabalhos de Brambilla Gasques (2023), Simas de Aguiar e Eremites de Oliveira (vários).

1.6. LIVROS DIDÁTICOS E SLIDES

No livro **Araribá Mais** (2018), da editora Moderna, História do 6º ano, organizado por Ana Claudia Fernandes, que parece ter sido o mais utilizado em Campo Grande-MS na Rede Municipal de Ensino no ano de 2023, não há nenhuma menção à Pré-História de Mato Grosso do Sul. O conteúdo didático desse livro inicia o capítulo 1 na página dez (10) apresentando a

disciplina de História e suas especificidades e termina na página vinte e dois (22) com exercícios. A página vinte e três (23) inicia com o conteúdo de Pré-História apresentando o título Origens e dispersão dos seres humanos.

Apenas na página 29 é abordada a chegada dos seres humanos à América. Curiosamente, nessa página, há uma fotografia de uma criança indígena do povo Ikpeng, que reside no município de Feliz Natal, no estado vizinho Mato Grosso. A legenda da imagem explica a semelhança dos traços entre indígenas brasileiros e nativos da China e Japão. Neste livro, os conteúdos sobre Pré-História ainda se estendem até a página 67. Vale ressaltar que o Capítulo 4 se intitula: Modos de vida na América: povos do atual território brasileiro. Nessa página (49), há uma imagem de pintura rupestre na Caverna das Mãos, Patagônia, Argentina. Na página 53, há uma imagem mostrando o mais famoso fóssil brasileiro, o crânio de Luzia, com informações do sítio de Lagoa Santa-MG e São Raimundo Nonato-PI. Ainda no livro Araribá Mais, o Capítulo 5 se inicia na página 56, com conteúdo sobre as principais civilizações da América, Incas, Maias e Astecas e termina na página 67 com exercícios. Daí em diante, o livro avança para a Idade Antiga e não aborda mais questões sobre a Pré-História.

O livro didático do 6º ano **HISTÓRIA Sociedade & Cidadania**, organizado por Alfredo Boulos Júnior (2015), da editora FTD, também se inicia apresentando a disciplina de História no Capítulo 1. Aborda os seguintes temas da página 10 até a 26: O que a História estuda? As fontes da História, História e conhecimento, Quem faz a história? Leitura e escrita em História e atividades.

O Capítulo 2, entre a página 27 e 47, aborda os seguintes assuntos: Cultura, Patrimônio cultural, o tempo histórico, Divisão tradicional da História, atividades. Na Unidade 2, página 48, o Capítulo 3, intitulado O legado dos nossos antepassados, inicia o conteúdo da Pré-História com imagens de pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, São Raimundo Nonato (Piauí), da caverna de Lascaux, na França, e da caverna de Bandiagara, no Mali, África Ocidental.

O capítulo 4 do livro da Editora FTD (Boulos Júnior, 2015, p. 74) possui o seguinte título: A “Pré-história” Brasileira. Esse capítulo se estende da página 74 até a 92. Na primeira página, há ilustrações de esqueletos de animais da megafauna americana, tais como Tatu gigante, preguiça gigante e o Tigre-dentes-de-sabre. Restos fósseis do Tigre-dentes-de-sabre, ou *Smilodon populator*, foram encontrados na cidade de Bodoquena, em Mato Grosso do Sul,

conforme publicação na Revista Brasileira de Paleontologia⁶, mas isso não é mencionado no livro didático da FTD.

As páginas 76 e 77 expõem a respeito da ocupação humana na América e mencionam os trabalhos do Dr. Walter Neves (USP) e da Dra. Niède Guidon (UFPI), nisso o livro da FTD não se diferencia dos outros livros de História do 6º ano. A maioria menciona o crânio de Luzia como possuindo características negróides, conforme publicado por Walter Neves e depois refutado por seu aluno de doutorado André Strauss (2019, p. 7), mediante recentes e avançados estudos genéticos (vide Capítulo 2 desta dissertação). O livro da editora FTD (Boulos Júnior, 2015) conclui o Capítulo 4, sobre a Pré-História brasileira, sem mencionar nada no estado de Mato Grosso do Sul.

O terceiro e último livro didático aqui analisado, de História, do 6º ano, é o **Estudar História - Das origens do homem à era digital** - 2ª Edição, Editora Moderna. Organizado por Patrícia Ramos Braick (2015), esse livro, de modo semelhante aos demais, inicia-se com introdução à História no Capítulo 1, com os seguintes tópicos: Estudar História, A História também tem história, O trabalho do historiador, fontes históricas e Patrimônio cultural. Os tópicos acima mencionados do Capítulo 1, vão da página 10 a 18. O Capítulo 2, que se estende da página 20 a 32, prossegue abordando a questão do tempo, com os seguintes tópicos: A História e o tempo, O tempo passa, Os diferentes calendários, os primeiros relógios, O controle do tempo, O tempo e o trabalho do historiador, A periodização, e atividades.

Apenas no capítulo 3, esse livro didático (Braick, 2015) trata de Pré-História. Com o título O ser humano em busca de suas origens, o capítulo 3, que se estende da página 34 a 46, possui os seguintes tópicos: De onde viemos, Origens do ser humano, O criacionismo, A teoria da evolução, A seleção natural, O ser humano: principal ator da história, A Pré-História humana, O Paleolítico e atividades que tratam entre outras coisas de fósseis como objetos da natureza. Nos Capítulos 3 e 4, como esperado, nenhuma menção à Pré-História de Mato Grosso do Sul.

O Capítulo 5 deste livro (Braick, 2015), intitula-se Os primeiros habitantes da América. Na página 68, é mostrada uma reconstrução do crânio de Luzia, o fóssil brasileiro, que se encontra no Museu Nacional (RJ) e que é recorrente nos livros didáticos brasileiros. A informação a respeito deste fóssil se encontra desatualizada, apresentando-o como sendo do

⁶ [https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=ECuN4BcAAAAJ&citation_for_view=ECuN4BcAAAAJ:9yKSN-GCB0IC.Quaternary mammals from central Brazil \(Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul\) and comments on paleobiogeography and paleoenvironments. AM Oliveira, B Becker-Kerber, LM Cordeiro, R Borghezán, LS Avilla. Revista Brasileira de Paleontologia 20 \(1\), 31-44](https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=ECuN4BcAAAAJ&citation_for_view=ECuN4BcAAAAJ:9yKSN-GCB0IC.Quaternary mammals from central Brazil (Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul) and comments on paleobiogeography and paleoenvironments. AM Oliveira, B Becker-Kerber, LM Cordeiro, R Borghezán, LS Avilla. Revista Brasileira de Paleontologia 20 (1), 31-44)

tipo negróide, de acordo com publicação de Neves do mesmo modo como ocorre com o livro da FTD (Boulos Júnior, 2015), e que foi refutado por Strauss (2019, p.7), como mencionado anteriormente. Na página 68 há uma fotografia de uma indígena kayapó de Cuiabá-MT. Como na maioria dos livros didáticos, também há referência ao trabalho de Niède Guidon, no Piauí. O livro de (Braick, 2015) termina sem mencionar nada a respeito da Pré-História de Mato Grosso do Sul.

Nos três livros analisados há menções sobre indígenas da Amazônia, Pará, Mato Grosso, Santa Catarina, Rondônia, entre outros, conforme a publicação. Mas sobre indígenas ou grupos pré-históricos de Mato Grosso do Sul, nenhuma menção. Isto é um fato desconcertante quando se sabe que o estado de Mato Grosso do Sul possui a terceira maior população indígena do país, conforme dados do IBGE (2022)⁷.

A respeito da Pré-História, que é nosso tema central, Mato Grosso do Sul apresenta continuidade com o Planalto Central brasileiro e ligações com o Sul do país. Mato Grosso do Sul possui importantes sítios como os de Alcinópolis, com destaque para o sítio Templo dos Pilares. Talvez, maior ainda seria a importância dos sítios pré-históricos no Pantanal, por ser uma região com um bioma único no mundo, e que em sua maior parte se encontra no território do Mato Grosso do Sul.

1.7. COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS PRELIMINARES

A princípio, esses dados parecem confirmar o Primeiro Paradoxo da Pré-História⁸, (Curi, 2021), no qual mesmo a Pré-História sendo, de longe, o período mais longo, mais antigo e rico em contribuições, apenas recentemente foi tomado conhecimento dele e começado a estudá-lo cientificamente – sendo, portanto, o menos pesquisado e conhecido período da História. Entretanto, ao menos em relação ao repositório do Prof-Hist, seria precipitado dizer isso, pois não foram igualmente encontrados resultados para palavras-chave como “Antiguidade”, “Moderna” ou “Contemporânea”. Já sobre Ensino, aparecem quatrocentos e quarenta (440) resultados, denotando, apenas, o caráter do programa de pós-graduação, o qual

⁷IBGE. Dados de populações indígenas por estados no Brasil, 2022: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal#:~:text=Os%20dois%20estados%20com%20maior,%2C%20com%2071%2C7%20mil>. Acesso em: 04-04-2024.

⁸ Segundo Paradoxo da Pré-história: No Brasil, como em outros países, a pré-história é pesquisada por arqueólogos e outros cientistas, mas quem a leciona, predominantemente na Educação Básica, são professores de História, muitos deles, inclusive, sem receberem uma formação em Arqueologia, seus métodos, seus conceitos principais e suas práticas de pesquisa.

se propõe a pesquisa no campo de fronteiras entre Ensino e História, além de outros próximos, como conhecimentos pedagógicos próprios da área de Educação.

Não é a proposta do programa a História e as suas periodizações, mas o foco no Ensino de História e seus desdobramentos. De qualquer modo, nada disso anula a questão proposta por Curi (2021, p. 197) no chamado Primeiro Paradoxo da Pré-História, ao dizer que a Pré-História é, de longe, o período mais longo e o menos conhecido e estudado. Isso em si já justificaria o estudo desse período dentro das características do recorte proposto neste trabalho, o qual tem íntima relação com a História Indígena. Mas com enfoque não apenas no período colonial – como é bastante comum em se tratando de História do Brasil –, nem no tempo presente – como ocorre, também, nos estudos decoloniais e/ou pós-coloniais.

Constata-se, também, que a imensa maioria – senão a quase totalidade – das publicações sobre Pré-História no Brasil são feitas por arqueólogos, antropólogos ou outros pesquisadores de áreas afins, e quase nunca por historiadores (que são os que realmente ensinam Pré-História na Educação Básica). Ademais, quando os pesquisadores são também historiadores, possuem formação em Arqueologia ou Antropologia. Outro fato verificado, ao menos provisoriamente, é que a Pré-História apresentada nos livros didáticos analisados mostra quase sempre uma perspectiva tradicional, não incorporando contribuições mais recentes das perspectivas pós-coloniais.

A respeito de questionamentos de pesquisadores e professores dos motivos pelos quais a Pré-história é pouco presente no ensino de História na Educação Básica, podemos supor que seja a escassez de pesquisas no campo histórico. Por outro lado, também a ausência ou pouca presença de disciplinas de Pré-história no Ensino Superior no Mato Grosso do Sul, de forma específica, e no Brasil, de forma geral.

2. A PRÉ-HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

2.1 O COMEÇO DOS ESTUDOS EM MATO GROSSO DO SUL:

Em Mato Grosso do Sul, as pesquisas arqueológicas ocorreram tardiamente e ainda há muito que se estudar. Mas também já existe um grande número de sítios pesquisados, catalogados, datados e muitos outros ainda a serem estudados. Pedro Ignácio Schmitz (1998) foi um pesquisador da missão salesiana pioneiro na pesquisa arqueológica no estado. Segundo Eremites de Oliveira (1999, p. 143), as primeiras pesquisas arqueológicas em Mato Grosso do Sul tiveram início na década de 80 do século XX com pesquisadores da UFMS e do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS. Destacam-se nesse momento, o Projeto Alto Sucuriú e o Projeto Corumbá, conforme aponta Schmitz (1998, p. 206).

Schmitz (1998) elabora, em *Arqueologia do Estado do Mato Grosso do Sul*, um panorama das investigações arqueológicas até então realizadas no estado de Mato Grosso do Sul, porém muitas investigações foram realizadas após essa publicação. O texto de Schmitz, no entanto, é importante para se entender esse processo histórico. A publicação de Eremites de Oliveira (1999), do ano seguinte, ainda que tenha outras características e propósitos em seu conjunto, também elabora um panorama das investigações arqueológicas em Mato Grosso do Sul, inclusive até mais amplo que a de Schmitz.

Rodrigo Simas de Aguiar (2014, p. 7-10) apresenta, por outro lado, um resumo interessante sobre a Pré-História de Mato Grosso do Sul enquanto simultaneamente considera as contribuições da cultura material arqueológica para o entendimento da Pré-História de uma maneira geral nas sociedades humanas. Aguiar também, em diversas outras publicações, aborda a Pré-História de Mato Grosso do Sul. O artigo intitulado “Reflexões sobre as relações entre a arte rupestre de Alcinópolis, o contexto regional de pinturas e gravuras e a mobilidade de povos caçadores e coletores em Mato Grosso do Sul” (Aguiar; Landa; Goettert, 2016, p.3) traz considerações e dados relevantes para a compreensão da Pré-História de Mato Grosso do Sul, ao considerar a relação entre arte rupestre e os paleoambientes do final do Pleistoceno e início do Holoceno nesta região. Interessante ressaltar que os autores deixam claras as contribuições de Schmitz (1998), Martins e Kashimoto (2012), entre outros, para as reflexões na supracitada publicação.

Jorge Eremites de Oliveira (1999, p. 144) explica que as pesquisas em Mato Grosso do Sul iniciaram como um desdobramento das pesquisas no estado de Goiás. Devido à proximidade com Mato Grosso do Sul, havia evidências de continuidade entre as duas regiões. No início as pesquisas possuíam um caráter exploratório, na tentativa de identificar sítios

arqueológicos onde havia indicativos da presença dos mesmos. Este autor (Eremites de Oliveira, 1999, p. 144) ainda acrescenta que antes disso existiram expedições científicas rápidas na região, apenas para coletar amostras e espécimes para coleções em museus no exterior. O que Eremites de Oliveira afirma acima é condizente, por exemplo, com registros de expedições como a expedição Rondon-Roosevelt, quando da visita do ex-presidente dos EUA Theodore Roosevelt, entre dezembro de 1913 a abril de 1914.

Eis o relato do historiador João Klug a respeito da Expedição Rondon/Roosevelt:

A equipe formada por Rondon, assim como o equipamento, seguiu para Montevideo e, a partir dali, devia subir o rio Paraguai até Corumbá, à espera da equipe norte-americana. Rondon, por sua vez, seguiu do Rio de Janeiro à São Paulo em 02 de dezembro de 1913, donde embarcaria imediatamente no trem que o levaria até as imediações de Corumbá, aonde chegou em 05 de dezembro. Dali, para Campo Grande e em trem especial, até Porto Esperança, onde passou a bordo do vapor “Nioac” do Lloyd Brasileiro que o aguardava com “as fornalhas acesas”, zarpando imediatamente até a altura da foz do rio Apa, onde devia esperar a comitiva norte-americana (Klug, 2016, p. 13).

Como se pode observar no texto acima, a expedição Rondon/Roosevelt passou por cidades do atual estado de Mato Grosso do Sul. Obviamente que na época ainda se tratava do estado de Mato Grosso, visto que a divisão do estado de Mato Grosso e a consequente criação do estado de Mato Grosso do Sul só ocorreu entre 1977 e 1979. Essa expedição, como ressaltam os supracitados autores, não possuía um caráter arqueológico. A expedição Rondon/Roosevelt mal possuía um caráter científico, sendo mais uma espécie de aventura elitista envolvendo caça e coleta de espécimes, afirma Klug (2016, p. 9).

Eremites de Oliveira (2002), em sua tese de doutorado traça um panorama bastante completo das investigações arqueológicas no Mato Grosso do Sul. A ênfase desse autor recai sobretudo na região do Pantanal, pois seu objeto de pesquisa principal são os indígenas Guató, que habitam tradicionalmente a região desde tempos imemoriais e que atualmente se encontram principalmente entre Ladário e Corumbá.

Gilson Rodolfo Martins, que é também um dos pioneiros a respeito deste tema, escreve sobre Pré-História de Mato Grosso do Sul em diversos trabalhos, como o já mencionado “Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre 12.000 e 3.000 anos atrás” (Martins; Kashimoto, 2014), que inclusive serviu como principal referência para a confecção das réplicas confeccionadas nesta pesquisa.

Por ocasião do primeiro aniversário da criação do Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq-UFMS), Martins (2009) apresenta um relato interessante sobre a Pré-História de Mato

Grosso do Sul, assim como explica como se desenvolveram as parcerias institucionais que resultaram em um programa de pesquisas arqueológicas sistemáticas no estado:

Nessa época, a pesquisa arqueológica, em Mato Grosso do Sul, já dava sinais de que cresceria geometricamente em resposta ao potencial fenomenológico subjacente no território estadual. A prática sistemática e contínua da ciência arqueológica, no estado, teve início a partir de 1986, quando, uma aproximação institucional entre a UFMS e o Instituto Anchiitano de Pesquisas/UNISINOS–Universidade do Vale dos Sinos -, sob a coordenação do Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, resultou na elaboração conjunta de um programa de pesquisas arqueológicas (Martins, 2009, p.3).

Martins (2009) confirma e apresenta detalhes do antes exposto pelo próprio Schmitz (1998) e Eremites de Oliveira (1999). Anos mais tarde, o próprio Martins, em parceria com a arqueóloga Emília Mariko Kashimoto, participaria de algumas das mais relevantes escavações arqueológicas no estado, incluindo a descoberta de sítios com as mais antigas datações na região, como o ASI4 e o ASI12 nas imediações entre os municípios de Chapadão do Sul e Paraíso das Águas. (Brambilla Gasques, 2023, p. 149-150). Os trabalhos de Martins e Kashimoto, seja em escavações ou posteriores análises dos materiais coletados, projetos desenvolvidos ou ainda como professores na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul contribuíram também grandemente para a própria criação do Museu de Arqueologia da UFMS.

Uma descrição bastante detalhada do sítio ASI2, em Paraíso das Águas, com a datação mais antiga no Mato Grosso do Sul é feita pela professora Emília Mariko Kashimoto e sua então aluna de graduação, hoje mestra em História, Bruna Hanime Brito Soares (Soares; Kashimoto, 2014, p.2). Soares e Kashimoto (2014, p.2) explicam que este sítio havia sido escavado, em 1980, pela equipe de pesquisadores do Instituto Anchiitano de Pesquisas/UNISINOS-UFMS, que incluía Schmitz (1988). Schmitz e equipe reportaram na época datações de cerca de 10.090 e 10.480 mil anos AP. Mas a escavação de realizada em 2011 pela equipe do MuArq-UFMS, obteve novas datações e novos dados sobre o povoamento inicial da região, com datas de até 12.660 anos AP, em profundidade estratigráfica de 1,40 a 1,50 m, onde foram encontrados artefatos líticos com retoques e lascas. Essa equipe de 2011 incluía a própria Dra. Kashimoto e o Dr. Gilson Rodolfo Martins, e até hoje consta como a datação mais antiga, e uma das mais importantes obtidas no estado.

Ninguém questiona o fato de que os primeiros humanos na região eram caçadores coletores, mas as evidências de cerâmica, em sobreposição aos sítios líticos, mostram uma continuidade de ocupações ao longo do tempo, já conhecida dos pesquisadores. Eremites de Oliveira (1999, p. 157-158) discute a transição de caçador coletor para agricultor ceramista em

algum momento entre 4 mil e 3 mil anos AP. A hipótese de que os caçadores coletores adotaram práticas de forrageamento, em oposição à defendida por outros autores, como Schmitz (1980), de que os grupos dependiam quase exclusivamente de caça, deve ser considerada com cuidado, segundo Eremites de Oliveira. Em seguida, esse autor menciona estudos que apontam que cáries nos dentes de esqueletos analisados indicam “uma dieta rica em carboidratos.” O estágio atual das pesquisas ainda é insuficiente para se chegar a um consenso quanto à questão da transição de caçador coletor para agricultor ceramista, visto que há inúmeros detalhes envolvidos nas análises. Um exemplo seria o de que moluscos encontrados nos sítios, em camadas junto a artefatos líticos ou cerâmica, poderiam estar ali por fazerem parte da dieta dos indivíduos que viveram naquela temporalidade remota, ou porque foram depositados ali por ação natural. Dificilmente se consegue determinar qual seria o caso numa situação dessas, explica Eremites de Oliveira (1999, p. 158).

Conforme explicado por Prous (1992, p. 108), a clássica divisão da Pré-História em Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, não se aplica ao Novo Mundo, pois devido à ocupação recente, os estágios mais antigos inexistem, enquanto nos últimos milênios se observa uma grande diversidade de características adaptativas, o que o autor explica em razão da diversidade e riqueza dos paleoambientes locais. Prous acrescenta que não há ainda um consenso nem um esquema universalmente aceito para sistematização da Pré-História na América, e, portanto, do Brasil.

Pedro Paulo Funari e Francisco Silva Noelli (2002, p.30) explicam que a pergunta de quando e por que os humanos chegaram à América, pode ser respondida de várias maneiras e que a hipótese de autoctonia do homem americano foi abandonada há muito tempo. Funari e Noelli prosseguem dizendo que predomina entre os pesquisadores a noção de que os humanos teriam chegado à América, pelo Estreito de Bering, em algum dos três últimos picos de glaciação, ou seja, entre 40 mil, 25 mil e ou 14-9 mil AP.⁹

Funari e Noelli (2002) discorrem sobre o avanço das hipóteses de ocupação da América, demonstrando hipóteses antigas que foram descartadas e outras que seguem em discussão na comunidade científica até a atualidade. Funari e Noelli (2002, p.37) criticam a teoria dos dois componentes biológicos, do Dr. Walter Alves Neves, que afirmava a existência de uma

⁹ De acordo com Funari e Noelli (2002) existem três principais métodos de datação: radiocarbono, para vestígios orgânicos de até 50 mil anos com precisão; urânio-tório, decaimento radioativo para rochas e camadas estratigráficas de maneira geral e TL, termoluminescência, para materiais cerâmicos ou outros não orgânicos com mais de 50 mil anos.

população “não-mongolóide¹⁰” na América no chamado período paleoíndio (12 a 5 mil AP). Ainda que seja fato (ou não) de que existiram populações com características mais próximas dos africanos e povos da Oceania na América nesse período mais antigo, as explicações e conclusões de Neves sobre o povo de Luzia (Lagoa Santa-MG) são postas em dúvida na atualidade, inclusive, mais recentemente devido a dados paleogenéticos que só apareceram após o desenvolvimento dessa ciência no Brasil.

A explicação mais aceita atualmente para as aparentes diferenças entre crânios de paleoíndios americanos datados entre 12 e 5 mil anos AP e os indígenas atuais, seria a de que em períodos mais recuados o processo de mongolização das populações asiáticas não se encontrava completo. Assim, as populações de ondas migratórias mais antigas da Ásia para a América teriam características morfológicas um pouco diferentes dos atuais asiáticos e nativos americanos. Essas características fenotípicas e morfológicas podem se desenvolver por meio de adaptações ao clima local, mas também de pequenas mutações em genes específicos, que só se consolidam em determinadas populações após longo tempo de separação entre populações.

De qualquer forma, estudos paleogenéticos realizados por André Menezes Strauss (2019, p. 6) não encontraram compatibilidade entre o DNA do povo de Lagoa Santa com o de populações da África e Oceania, como aventado por Neves anteriormente. Ao contrário do que supôs Neves, o DNA do povo de Luzia é compatível com o das populações ameríndias atuais. Entretanto, há pequenas exceções: dados genômicos também apontam também cerca de 2% de um potencial componente ancestral australasiano, que os pesquisadores debatem na atualidade sem chegar a uma conclusão até o momento.

Esses dados genômicos, segundo Strauss (2019, p. 7) seriam insuficientes para um mapeamento mais completo dessa suposta população de origem austronésia, pois se trataria de uma única linhagem, sendo que dados genômicos significativos envolvem centenas e até milhares de linhagens. Para Strauss e seus colegas, esses pequenos traços de DNA australasiano em meio a milhares de traços nitidamente ameríndios plenamente compatíveis com os asiáticos, seriam indicadores de ondas migratórias em pequena escala que não tiveram nenhuma prevalência sobre as populações ameríndias de forma geral, diluindo-se em meio a ela.

¹⁰ Segundo Funari e Noelli (2002, p. 37) Os grupos humanos europóide (ou caucasóide), negróide e mongolóide, conforme diferenças morfológicas e fenotípicas, explicadas por adaptação ao clima/relevo de diferentes localidades no globo terrestre. As diferenças fenotípicas são apenas superficiais na espécie humana, ao contrário das diferenças genotípicas que têm base no DNA.

No Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre 12.000 e 3.000 anos atrás, principal fonte desta pesquisa, Martins e Kashimoto dizem:

[...] A compreensão ampliada desse comportamento cultural nos permite construir um conhecimento arqueológico/histórico e antropológico sobre as realidades pretéritas pré-indígenas e indígenas pré-coloniais, abrindo uma janela no tempo que nos permite visualizar parcialmente como os povos pré-cabralinos, que habitaram o território de Mato Grosso do Sul em tempos imemoriais, construíram e reproduziram seus sistemas culturais (Martins; Kashimoto, 2014, p. 9).

Martins e Kashimoto (2014) fazem uma distinção entre caçadores coletores, aqui referidos como pré-indígenas e os indígenas do período pré-colonial. Essa distinção é bastante razoável, e a maioria dos pesquisadores aceita, sendo raros os que a negam.

No Brasil, existem três tipos de povos pré-históricos, de acordo com Prous (1992), caçadores coletores, sambaquieiros e agricultores ceramistas. No caso do território que abrange o atual estado de Mato Grosso do Sul, somente caçadores coletores e agricultores ceramistas. Pela ausência de litoral na região, inexistem quaisquer vestígios de povos sambaquieiros neste território. O Leste da América do Sul, que hoje é território brasileiro, levanta interessantes teorias sobre o início da ocupação humana na América. Três tecnologias líticas totalmente diferentes e contemporâneas, que datam de 12.000 a 10.000 AP, estão presentes em diferentes partes do país: a tradição “Umbu no sul”, com sua indústria bifacial, raspadores bem retocados e pontas bifaciais; a tradição de Itaparica no Centro-Oeste/ Noroeste, totalmente unificada, cujos únicos artefatos formais são as lesmas; e a indústria “Lagoa Santa”, sem artefatos formais, o que facilitaria a classificação cultural, composta principalmente por pequenos flocos de quartzo (Araújo, 2015, p. 8-9).

2.2 OS ESTUDOS ATUAIS SOBRE PRÉ-HISTÓRIA EM MATO GROSSO DO SUL

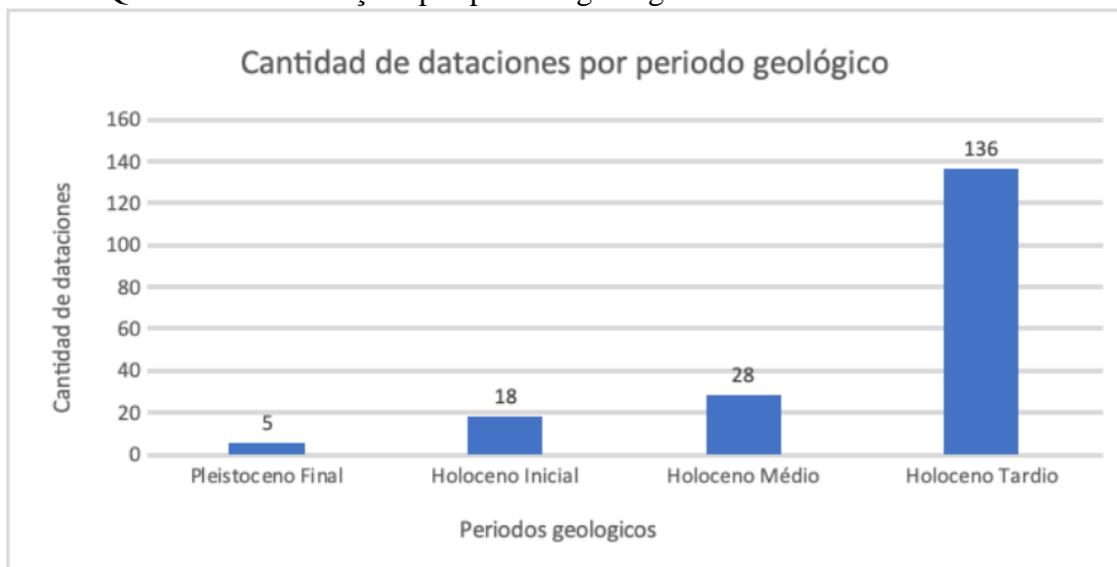
Para a arqueóloga Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (2023, p. 62), a ocupação humana no continente americano gera um intenso debate que está longe de ser resolvido. Ainda assim, Brambilla Gasques afirma que há evidências de ocupação humana até mesmo na América do Sul entre 12.000 e 22.000 anos AP.

Em *El Pasado Arqueológico en Mato Grosso do Sul-Brasil: Un Análisis A través Del MuArq Museo de Arqueología de la UFMS*, Brambilla Gasques elabora um amplo cenário da Pré-História de Mato Grosso do Sul. Uma obra volumosa apresentada como tese de doutorado na Universidade Autónoma de Barcelona, em 2021, e publicada pela UFMS em 2023, ainda

sem tradução para o português. A publicação, tese de doutorado da autora, é dividida em seis capítulos. O capítulo 1 (Brambilla Gasques, 2023) trata do aspecto geográfico, ambiental e apresenta os grupos indígenas atuais no território do estado de Mato Grosso do Sul. No capítulo dois, a autora trata dos primeiros humanos no território que atualmente compreende o estado de Mato Grosso do Sul. É, sem dúvida nesta parte, que nos detivemos mais tempo, por tratar da ocupação humana na região, ou seja da primeira fase da Pré-História local.

No capítulo três da sua tese, Brambilla Gasques faz um levantamento das principais investigações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. Outros autores também já traçaram um histórico das investigações arqueológicas no Mato Grosso do Sul. Nesse ponto destacam-se principalmente Schmitz (1988), Eremites de Oliveira (1999), Martins; Kashimoto (2014) e Simas de Aguiar (2012). Todos os autores acima mencionados, de uma forma ou outra, fizeram contribuições indiscutíveis para a compreensão Pré-História de Mato Grosso do Sul. A publicação de Brambilla Gasques (2023) além de bastante ampla, é a mais atualizada no momento.

Gráfico 2. Quantidade de datações por período geológico.



Fonte: Brambilla Gasques (2013).

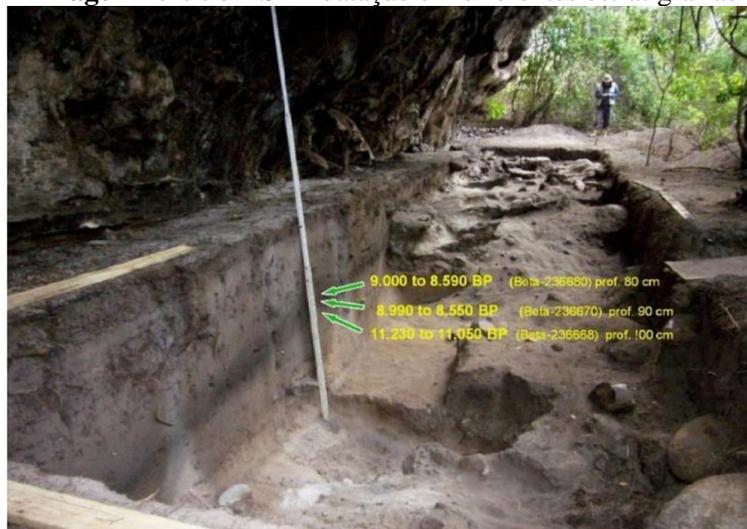
Brambilla Gasques (2023, p. 151) mostra, no gráfico acima, resultados preliminares de datações de Carbono 14 e termoluminescência (TL), no território do atual estado de Mato Grosso do Sul. Segundo a autora os dados indicam fortes evidências de ocupações na região, que se iniciam com grupos de caçadores coletores, ainda no final do Pleistoceno, mas se intensificam no Holoceno tardio com a chegada dos povos agricultores ceramistas. Brambilla Gasques (2023, p. 149-150) prossegue explicando que a ocupação humana no território do atual

estado de Mato Grosso do Sul, no Pleistoceno tardio e Holoceno inicial era uma continuação natural da ocupação humana na América do Sul e nas regiões brasileiras. Esta ocupação, segundo a autora, se deu principalmente pelas vias de acesso fluviais como os rios Paraná e Paraguai. A maior parte dos achados arqueológicos foram escavados na bacia do rio Paraná, devido a arqueologia de contrato. Nos sítios na bacia do Paraná se encontram tanto material lítico característico dos primeiros caçadores coletores, datados por volta de até 12 mil anos, quanto materiais recentes como cerâmica de populações indígenas e pré-índigenas agricultores, com datações variando entre 2,500 e 400 anos AP.

Segundo Brambilla Gasques (2023, p. 149-150) o cruzamento dos dados obtidos pelas diversas datações sugere uma baixa densidade demográfica populacional na fase entre 10.500 e 4.000 mil anos atrás e um grande aumento há 1.500 anos. A autora explica que há sítios com sobreposições de ocupações diferentes em datas diferentes, por exemplo, o sítio AS12, “Casa de Pedra” em Chapadão do Sul-MS, escavado por Martins e Kashimoto, em 2012, contém datações que vão desde 12.390 até 1.170 anos AP. Nesse mesmo sítio, em camadas estratigráficas diferentes, encontra-se tanto cerâmica, em camadas mais rasas, quanto pedra lascada (líticos), em camadas mais profundas. A explicação para sucessivas ocupações em períodos de tempo tão distantes e por grupos distintos é que o local oferece recursos privilegiados e abundantes que eram imprescindíveis para a sobrevivência desses grupos.

Ainda sobre a Bacia do rio Paraná, Brambilla Gasques (2023, p. 150) explica que o cruzamento dos dados de 46 datações por radiocarbono e termoluminescência, indicam uma primeira fase mais seca, entre 8.000 e 3.500 anos AP (antes do presente), e uma segunda fase mais úmida entre 1.500 anos AP até agora. Nessa segunda fase, mais úmida, povos sedentários e agricultores ceramistas se expandiram exponencialmente.

Imagem 1. sítio AS4 – datação em diferentes estratigrafias



Fonte: Brambilla Gasques (2023)

Segundo Brambilla Gasques (2023, p. 129), as ocupações mais antigas no território que agora compreende o atual estado de Mato Grosso do Sul ficam na região nordeste do estado onde se estendem as primeiras culturas dos lençóis tropicais do Brasil. Sítios, cujas ocupações mais antigas são de caçadores coletores, e onde foram escavados artefatos de pedra lascada, como no sítio AS4 ou ainda o AS12, que possui datação de até 12.436 anos AP. A autora explica que além de haver sobreposição de ocupações de diferentes grupos humanos nos mesmos sítios, em épocas diferentes, como explicado anteriormente, os sítios que são mais acessíveis são, normalmente os que possuem registros de arte rupestre.

Brambilla Gasques (2023, p. 86) explica que os levantamentos e escavações ao longo da Bacia do rio Paraguai indicam ocupações mais recentes que as da bacia do rio Paraná e que essas ocupações são principalmente de povos agricultores ceramistas. A autora inicia essa parte explicando que a região da bacia do rio Paraguai ou zona do Pantanal é uma área muito ampla e, portanto, não homogênea.

A antiguidade das ocupações humanas na região é comprovada por datações de radiocarbono aplicados a vestígios orgânicos e principalmente termoluminescência aplicados em cerâmica na região. Destaca-se nessa região sobretudo as pesquisas de Eremites de Oliveira (2002, p. 38). Brambilla Gasques explica que o material base de sua pesquisa é o acervo do Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq-UFMS) e que essa instituição não possui muitas peças da região do Pantanal, limitando, portanto, ao menos em parte o alcance para esta região. Contudo, pode-se concluir que, devido aos fartos recursos de fauna e flora na região, os primeiros grupos humanos na região possuíam características adaptadas a uma melhor exploração local.

Dessa forma, os vestígios mais antigos de presença humana na região do Pantanal/bacia do rio Paraguai estão relacionados a povos “concheros” conhecidos como “aterros”, como diz Brambilla Gasques, os sambaquis dos rios. Ou seja, povos que deixaram vestígios em camadas com uso de conchas de moluscos, ossos, restos de ossos de peixes, escavados. Esses gastrópodes poderiam ter sido utilizados tanto na alimentação quanto para confecção de artefatos decorativos. Segundo a autora, não ainda seria possível determinar uma relação direta entre os primeiros humanos na região e os atuais grupos indígenas que habitam a região desde antes da chegada dos europeus, no século XVI da nossa era, pois ainda faltam estudos na região, principalmente os genéticos.

Brambilla Gasques (2023, p. 91) mencionando diversas pesquisas na região do Pantanal, aponta para uma fase acerâmica, ou seja, sem vestígios cerâmicos, datada em até cerca de 8180

AP e uma fase cerâmica que tem início a partir de 2160 AP. Desse modo, conclui-se que na chamada Tradição Pantaneira, as datações não são tão diferentes das demais regiões do estado, que mostram uma primeira ocupação por grupos caçadores coletores nômades abundante em material lítico (pedra lascada) entre aproximadamente 12 mil e 3000 AP e uma fase distinta caracterizada por abundância de material cerâmico a partir de 2500 AP.

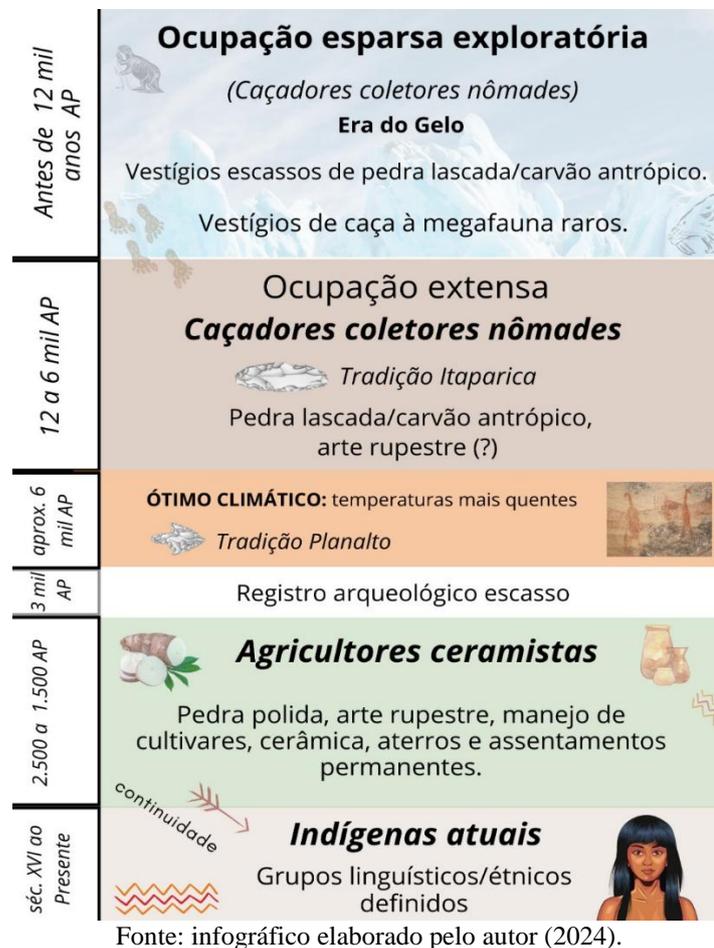
Sobre a indústria lítica na região onde hoje se localiza o estado de Mato Grosso do Sul, tem-se reais evidências arqueológicas, em diferentes momentos cronológicos e percursos geográficos, devido à identificação da cultura material encontrada, a região centro-oriental do Brasil foi ocupada por pelo menos dois grupos culturais distintos de hábitos caçadores-coletores, marcadamente ligados à fabricação de ferramentas de pedra, com sistemas de povoamento em ambientes florestais e fechados (savana/cerrado), em muitos casos ocupando abrigos em rochas: os da “tradição Umbu”, provavelmente oriundos do sul ou sudeste do continente sul-americano segundo a teoria de Lucas Bueno *et al.*, (2013, p. 14), e a tradição de Itaparica seguida da tradição de Serranópolis, que veio do leste do Brasil, Minas Gerais e Goiás, conforme Pedro Ignácio Schmitz *et al.* (2005, p. 12-14).

Na região nordeste do estado, a bacia do Paraná, não está claro o período final de ocupação associado à tradição de Itaparica ou Serranópolis. Há evidências materiais de que grupos de caçadores-coletores permaneceram lá até que os agricultores chegaram ou até desenvolveram técnicas de cultivo na região a partir de 1.500 anos A.P. As peças da reserva, coletadas por Kashimoto e Martins (2014), e as datas obtidas indicam que, na margem direita do rio Paraná, a produção de líticos em flocos diminuiu há aproximadamente 1.800 anos, quando se estabeleceu um clima quente e úmido na região Centro-Oeste do Brasil, e a presença dos povos ceramistas foi marcada, devido à grande quantidade de fragmentos cerâmicos encontrados na região.

Observa-se que, enquanto o período “Paleoíndio” (Baixo Holoceno) tem um fóssil guia definidor, o artefato plano convexo (embora progrida ao longo do período posterior, pelo menos na região do rio Paraná), e que o período hortícola é caracterizado pela presença de cerâmica.

No infográfico abaixo (Imagem 2), observa-se um esquema baseado na literatura científica aqui mencionada para o povoamento do território do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Imagem 2. esquema simplificado da ocupação humana no território do atual estado de Mato Grosso do Sul e adjacências.



A respeito da origem dos primeiros caçadores coletores que adentraram o atual território do estado de Mato Grosso do Sul, Eremites de Oliveira (1999) diz que

As origens desses grupos não estão claras; podem representar uma adaptação dos antigos caçadores-coletores, os portadores da Tradição Itaparica, a um novo ambiente e/ou representar a migração de novos grupos, dos portadores da Tradição Serranópolis, para o Centro-Oeste (Schmitz 1980). Também não está claro o período final de sua ocupação; acredita-se que grupos caçadores-coletores tenham ali permanecido até a vinda dos agricultores ou mesmo que tenham desenvolvido técnicas de cultivo na região (Oliveira, 1999, p. 158).

Ainda hoje esta questão não encontra consenso entre os pesquisadores. Brambilla Gasques (2023, p. 62) explica que esta questão está longe de ser resolvida. No campo de pesquisa em Ensino de História, a questão da transição do modo de vida do caçador coletor nômade para o agricultor ceramista sedentário, é muito instigante e levanta debates intensos. Na História em geral, é bem conhecida a transição no Velho Mundo, mais especificamente em

sítios localizados na atual Turquia, onde há vestígios dessa transição, mas nas Américas este debate é bem mais complexo.

A respeito disso, um artigo recente de Aguiar (2022, p. 7) argumenta que grupos de caçadores coletores já possuíam as condições para o desenvolvimento da agricultura, e que plantar teria sido uma “escolha deliberada em usar um conhecimento já existente frente a limitações de acesso a recursos naturais”. Dessa forma, o autor rompe com a noção clássica, originada no século XIX, de que a agricultura significou uma revolução na transição Paleolítico - Neolítico. A noção de continuidade apresentada por Aguiar (2016) e (2022) desafia a tradicional hipótese de revolução agrícola, pois o significado de revolução é o de uma evolução acelerada, enquanto a ideia de continuidade expressa por Aguiar (2022) supõe longa duração.

Há evidências de complexidade e continuidades mencionadas não apenas por Aguiar (2022), mas também por outros autores. Eremites (2002, p. 222) entende que os aterros (ou montículos) artificiais no Pantanal guardam semelhanças estruturais com os sambaquis do litoral. É evidente que o autor conhece muito bem as diferenças entre ambos, ainda assim, esse autor afirma que a construção desses aterros era intencional e seguia critérios definidos, ainda que as condições paleoambientais do Pantanal sejam distintas das do litoral, o consumo de moluscos parece ter sido comum a ambos, por exemplo. Entretanto, essas reflexões não se sobrepõem ao conjunto de dados expostos pelos autores citados, expostos nesta dissertação e resumidos no Imagem 2. Certamente que essas ponderações estão sujeitas a alterações à medida que novos dados surjam.

Logo, pode-se concluir, resumidamente, que, do ponto de vista do professor de História que leciona Pré-História no 6º ano do Ensino Fundamental II, é importante entender que a Pré-História de Mato Grosso do Sul se divide primeiramente em dois períodos, a saber: O tempo dos caçadores coletores nômades desde a ocupação, há cerca de 12 mil anos AP até por volta de 3 mil anos AP, quando se encerra esse período e se inicia o tempo dos povos agricultores ceramistas. Estes, já sedentários, enfrentam um significativo aumento populacional, favorecido pelo clima mais quente e úmido, semelhante ao atual, com maior diversidade de fauna e flora, e, portanto, alimentos. O tempo dos agricultores-ceramistas é também o tempo da cerâmica, associada sempre à agricultura. Os povos agricultores-ceramistas produtores de cerâmica, são, portanto, os ancestrais diretos dos atuais indígenas, que residem no território desde antes do período colonial. Se esses povos agricultores-ceramistas são descendentes dos primeiros caçadores coletores, ou se os substituíam em migrações posteriores e já com o domínio da agricultura e cerâmica, não há ainda consenso entre os pesquisadores, como dito acima.

O professor de História deve compreender ao menos estes fatos acima mencionados para transmitir a seus alunos o básico do entendimento da Pré-História local. Isso é feito no primeiro bimestre, em que se trabalham os conteúdos e habilidades relacionadas à Pré-História. Sugerimos abordar, primeiramente, a Pré-História de uma forma geral, iniciando pelo continente africano e euroasiático e após isso abordar a ocupação humana na América, na qual se tem a oportunidade de trabalhar a Pré-História brasileira e sul-mato-grossense.

3. USO DE RÉPLICAS NO ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Para o arquiteto Alexandre Mascarenhas (2013) réplicas são objetos reproduzidos com base em um original e que possuem pequenas alterações nas cores, nos materiais, nas dimensões, entre outros aspectos. Ricardo Kedma de Freitas Gomes (2018, p. 15) por outro lado, afirma que publicações divergem nas definições de réplica, alguns consideram a réplica como mera cópia do original, enquanto para outros a cópia seria diferente da réplica no sentido de ser uma reconstrução, realizada por artistas, ao criarem determinadas obras.

Letícia Brandt Bauer (2012, p. 23) explica que, além dessa discussão de autenticidade e valor da cópia e da réplica, existem outras questões que devem ser consideradas, no qual ela destaca o valor didático da réplica em museus e instituições similares. Esta autora ainda ressalta a importância de quando réplicas estejam substituindo peças originais, em qualquer caso, deve haver um aviso de que se trata de réplicas para não ocasionar decepção ou frustração ao público. Por fim, Bauer ainda afirma que a cópia ou réplica retroalimenta os originais, tornando-os sobreviventes no presente e que isso implica na nossa relação com o passado.

Juliana da Silva Lopes (2005, p.78) ressalta que é possível verificar exemplos de substituição de obras originais por réplicas em alguns países. A autora menciona o caso da famosa obra Davi, do escultor renascentista Michelangelo, que ficou cerca de três séculos exposta na praça *dela Signoria*, na cidade italiana de Florença e que por sofrer com a ação do tempo e intempéries foi transferida para uma galeria na mesma cidade, ficando, portanto, a salvo da ação danosa do sol e da chuva, entre outros, enquanto no local da praça onde ficava a original está exposta desde então uma réplica da obra original de Michelangelo.

Gomes (2018, p. 34) também defende o uso de réplicas como uma forma de preservar os originais de quaisquer danos possíveis em viagens, ou eventos para fins didáticos ou de exposições culturais. Utilizando então réplicas para ensino e exposições enquanto as obras ou artefatos originais ficam em segurança nas instituições museais. Esse autor ressalta que o contato com as réplicas é suficiente para essas finalidades, pois elas possuem as características das originais em relação à morfologia e outros detalhes pertinentes. O contato com as réplicas teria ainda, segundo Gomes, o poder de fazer com que as pessoas se identifiquem com o patrimônio, que de outra forma não teriam oportunidade de tocar e sentir, pois normalmente se trata de artefatos de grande valor e importância histórica e cultural e que precisam ser preservados para as gerações vindouras e cuja responsabilidade, no Brasil é da União, por meio das instituições a ela vinculadas.

Gomes (2018, p. 16), comentando sobre o valor da réplica, ainda acrescenta que pelo fato de a réplica ser semelhante à cópia, quando ela é realizada pelo próprio autor da original ela possui os mesmos direitos autorais da obra original, conforme a Lei nº 9.610/986, de 19 de fevereiro de 1998. O autor afirma, ainda, que a réplica, para se tornar réplica, deve buscar a exatidão em relação à obra original e que ela se distingue completamente da falsificação. Esse autor argumenta que a réplica é a reprodução da obra original de forma legal e ética. Para Gomes, assim como a réplica é semelhante à cópia, a falsificação é semelhante ao plágio. A base da diferença entre cópia, falsificação e imitação, para este autor, não se encontra na diversidade de modos de produção, mas sim na intencionalidade de quem as produz.

Especificamente sobre o uso de réplicas no ensino de História há um número relativamente reduzido de publicações, sendo mais comum a utilização de réplicas em aulas de Biologia e outras ciências tais como Física e Química. Há um grande número de publicações que tratam do uso de réplicas paleontológicas no ensino de Ciências. No ensino de História, o número é bem mais modesto. Algumas delas serão analisadas a seguir.

Conforme publicação do *Jornal da USP*¹¹, uma área que é pouco explorada na sala de aula é a Arqueologia, nesse sentido, os professores Maria Cristina Kormikiari e Vagner Porto, ambos do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) argumentam que os livros didáticos desconsideram pesquisas acadêmicas da área e que é preciso diálogo entre os sistemas de educação, as editoras e a academia. Os autores supracitados defendem que isso seria fundamental para que os conteúdos trabalhados em sala de aula caminhassem em acordo com as pesquisas de ponta produzidas nas universidades. Esses mesmos autores, na mesma publicação, ainda criticam o fato de, nos livros didáticos, a cultura material ser tratada apenas de maneira ilustrativa, perdendo-se com isso a oportunidade de explorar a real dimensão da cultura material no ensino de História. Nessa publicação, destaca-se o uso de diferentes recursos, incluindo réplicas, miniaturas, dioramas e mapas produzidos pelo laboratório do MAE-USP com a finalidade de auxiliar professores a utilizar cultura material em sala de aula. Boa parte desses recursos estão disponíveis de maneira gratuita no site do MAE-USP.

Um exemplo interessante foi realizado na Escola Estadual Professor Josino Macedo, em Natal-RN, em um projeto interdisciplinar direcionado para os alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, enfatizando Arqueologia e História, em uma abordagem, que segundo Micheli Gomes da Silva (2017, p. 85) e demais pesquisadoras, buscou privilegiar a História Local e a História Indígena. De acordo com as autoras, foram utilizados recursos didáticos

¹¹<https://jornal.usp.br/cultura/livros-didaticos-ensinam-historia-antiga-de-forma-desatualizada-dizem-professores-da-usp/>

tridimensionais tais como cartazes com pintura rupestre, réplicas de um abrigo sobre rocha e de pontas de flecha. Nesse caso, foram considerados os princípios educacionais de que o ensino de História deve ser feito em consonância com a ciência de referência, apontam as autoras. Segundo elas, como resultado da iniciativa foi realizado o I Encontro de Estudos Históricos no espaço escolar, abordando o tema “O trabalho do arqueólogo na construção da História”, com foco em planejamento e execução de planos de aula cujo recurso didático principal eram um conjunto de réplicas cerâmicas e líticas. A respeito dos resultados, as autoras dizem que

Trata-se de uma caixa contendo réplicas de diferentes artefatos, cuja aplicação em sala de aula gerou a participação efetiva e interessada dos alunos e também uma melhor compreensão de conceitos e fatos históricos. Os trabalhos produzidos em conjunto com a arqueologia sempre obtiveram resultados bastante positivos, portanto é sempre muito proveitosa a aplicação de metodologias que estabeleçam interações com essa ciência. (Silva; Silva; Pinheiro, 2017, p. 88)

Como se pode observar, normalmente o uso de materiais tridimensionais no ensino de História parece contribuir efetivamente ao menos para despertar real interesse nos alunos para as aulas desse componente curricular. Certamente que os benefícios do uso de réplicas ou outros materiais tridimensionais na aula de História pode trazer outros benefícios além de despertar interesse nas turmas, mas esse fato por si só já seria de grande valia para o trabalho do professor.

Ainda sobre a questão de conseguir despertar interesse genuíno nos alunos, Antonio Rodrigues de Campos (1997) explica que é recorrente entre os estudantes alegações de que estudar História seria “sem propósito e chato”, enquanto professores reclamam de alunos desmotivados e desatentos, bem como de conteúdo que destoam demasiado da vida dos estudantes e das coisas com as quais eles se identificam. Segundo Campos, isso ocorre, em grande parte, por causa do conservadorismo ainda persistente mediante um ensino que se preocupa principalmente em passar conteúdos apressadamente e de aprovar o máximo de alunos possível para a série seguinte, resultando em uma aprendizagem pouco ou nada significativa, que geralmente é esquecida pelos estudantes, principalmente por não dialogar com a realidade dos mesmos nem ter sido capaz de gerar neles um interesse intrínseco.

Nesse sentido, de acordo com a professora Gerlaine do Nascimento Mendes (2020, p. 245), a cultura material ao proporcionar ao estudante um contato direto com elementos que são uma novidade para ele, tem essa capacidade de despertar interesse e motivar a execução das atividades. Mendes ainda explica que o uso de materiais tridimensionais, como réplicas, é ainda mais interessante para o estudo de culturas ágrafas, ou seja, desprovidas de sistemas de escrita, como é o caso das culturas ditas pré-históricas. Nessas, prossegue a autora, o contato com as

réplicas teria a capacidade de ampliar e revelar as experiências do passado daquelas populações – o que torna a experiência de aprendizagem algo como uma aventura e uma descoberta. Entende-se que esses procedimentos didáticos aproximam o campo de pesquisa em Ensino de História do campo de pesquisa em História e o trabalho do professor de História das pesquisas em andamento nas áreas de História, Arqueologia e Etnologia, bem como o que talvez seja ainda mais interessante: tornar o estudante da educação básica parte desse processo. A autora ainda defende que esse diálogo aproxima e estimula a valorização do patrimônio histórico, fazendo com que os estudantes passem a enxergar de maneira mais construtiva a sua realidade local.

De modo semelhante, foram encontrados paralelos na publicação intitulada “A pandemia, o Ensino de História e os novos desafios: a utilização de réplicas de materiais líticos como alternativa pedagógica”, da professora Tamires Xavier Soares (2022, p. 179), na qual ela afirma que, além de utilizar réplicas de materiais cerâmicos e líticos, realizaram visitas a sítios arqueológicos nas redondezas. É fato que muitos desconhecem a existência de sítios arqueológicos próximos dos locais onde vivem. Ao propor o uso de réplicas arqueológicas no ensino de História, o professor pode informar aos seus alunos da existência e localização de sítios próximos e sugerir visitação deles. Em seu artigo, Soares explica que teve dificuldade de encontrar réplicas arqueológicas e enfim encontrou, na internet, um site especializado nesse tipo de material, a empresa Terra Brasilis Didáticos. Os resultados relatados por Soares são muito semelhantes aos de Silva, Silva e Pinheiro (2017, p. 88) mencionados anteriormente,

A materialidade trazida pelas réplicas de líticos ajudou muito para que os alunos conseguissem chegar ao nível de abstração necessário para compreenderem a vida dessas populações e as transformações que foram ocorrendo, no meio ambiente, até se chegar ao que temos hoje. Era nítido, em seus rostos, mesmo com máscaras, o entusiasmo e a curiosidade diante daquelas peças (Soares, 2022, p.186)

Portanto, parecem claros os benefícios que a utilização de réplicas tridimensionais pode trazer ao ensino de História. De modo semelhante, já são mais amplamente empregadas no ensino de ciências da natureza, conforme um grande número de publicações na área – as quais não serão mencionadas aqui por se tratar de outras ciências de referência.

A respeito de abordagens do uso de réplicas no Ensino de História, há dificuldade de se pensar a respeito devido à falta de publicações especificamente sobre esse assunto. Como mencionado anteriormente, o uso de réplicas é pouco comum no ensino de História, ou ao menos é pouco mencionado em publicações. Os poucos casos encontrados, mencionados neste capítulo, e mais alguns que não mencionam diretamente réplicas, mas de uma maneira ou outra

abordam a questão do patrimônio arqueológico nas aulas de História, sempre afirmam a capacidade que as réplicas têm de despertar interesse nos alunos. Alguns professores levam os estudantes a museus, outros realizam visitas a sítios arqueológicos, entretanto, o mais comum, como visto, é mesmo levar as réplicas para a sala de aula ou ainda confeccioná-las com a turma.

Praticamente não há discordância de que a motivação constitui um ponto chave para o bom aprendizado. Para o psicólogo José Aloyseo Bzuneck e a educadora Sueli Édi Rufini Guimarães (2002), um aluno com motivação intrínseca possui as seguintes características: interesse, curiosidade, persistência, atenção, concentração e alto envolvimento nas atividades. E ainda segundo Guimarães e Bzuneck (2002, p. 1), a motivação intrínseca seria o estado educacional propício e mais desejado. Seria aquele em que o interesse do aluno parte de si e não de coerção externa.

Para os pesquisadores (2002), ao contrário da motivação intrínseca não seria a motivação extrínseca, mas sim o desinteresse. A motivação extrínseca, aquela na qual há um componente externo de coerção, e que podemos ver em ação diariamente através de expressões como: “Se não estudar não vai ser aprovado”, “Se não fizer a tarefa não vai jogar videogame”, “Se reprovar não vai ganhar presente”, entre outras. Para Guimarães e Bzuneck a motivação extrínseca e intrínseca podem se combinar, e até mesmo progredir para uma autorregulação do próprio aluno, para obtenção de bons resultados. No contexto escolar, portanto, há indicadores de que a motivação intrínseca desperta e sustenta processos de aprendizagem de mais alta qualidade, constituindo-se, portanto, num objetivo valioso a ser buscado na área educacional. Como isso se relaciona com a utilização de réplicas no ensino de Pré-História? Conforme mencionado nesta, observou-se que objetos tridimensionais como as réplicas possuem essa capacidade de despertar interesse nos alunos e fazer com que se envolvam nas atividades propostas.

Essa questão do desinteresse dos estudantes pelo conteúdo é um problema típico do presente século. Segundo as psicólogas Roseli Fernandes Lins Caldas e Maria Martha Costa Hübner (2001), os estudantes vão perdendo cada vez mais o interesse e a curiosidade natural na mesma medida em que crescem e vão avançando nas séries da Educação Básica. As autoras afirmam também que a escola parece ter cada vez menos capacidade de produzir um conhecimento agradável e interessante e que professores relatam brincadeiras entre os estudantes durante as explicações, o que demonstra claramente desinteresse dos alunos. Keller (Keller, 1983, p. 35 *apud* Caldas e Hubner, 2001, p. 3) destaca comportamentos que seriam indicadores claros de desinteresse, tais como: alegria perceptível diante de um feriado,

desculpas esfarrapadas, faltas sem motivo, chateação diante do anúncio de data da avaliação escrita, entre outros casos relatados por professores em questionários.

Para Caldas e Hubner (2001, p. 8) é necessário refletir sobre a necessidade de produzir atividades mais motivadoras e mais momentos lúdicos na escola. Pois o desencantamento é caracterizado, por definição, pela decepção, perda da alegria, e do fascínio, características que segundo as autoras estão mais presentes nas crianças enquanto se encontram nas séries iniciais e vão desaparecendo à medida que avançam nas séries.

Entende-se, portanto, que existem diversos meios e maneiras de promover atividades e aprendizados significativos e interessantes. Neste trabalho, é proposto o uso de réplicas específicas de artefatos (pontas de flecha de pedra lascada) produzidos e utilizados pelos povos caçadores coletores do Mato Grosso do Sul, principalmente no que se refere à Pré-História – conteúdo relativo ao primeiro bimestre do 6º ano do Ensino Fundamental II.

3.1. ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DOS MATERIAIS PARA ELABORAÇÃO DAS RÉPLICAS DE ARTEFATOS LÍTICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nesta dissertação, optou-se por trabalhar com cultura material lítica dos períodos mais antigos, ou seja, apenas pedra lascada. Artefatos líticos polidos não são abordados neste trabalho. A princípio, foi pensado ser possível selecionar apenas artefatos das duas mais importantes e representativas tradições arqueológicas de Mato Grosso do Sul, a Tradição Itaparica, conforme Aguiar (2012, p.4), mais antiga e rústica, da época da ocupação humana na região, e a tradição Planalto, mais sofisticada, que remonta ao período posterior ao chamado Ótimo Climático¹² (aproximadamente 6 mil A.P.) até cerca de 4 mil A.P. Entretanto, no decorrer do trabalho nas dependências do Museu de Arqueologia da UFMS, percebemos não ser possível distinguir com precisão as tradições arqueológicas quando se trata de tecnologia lítica no acervo desta instituição. Qualquer tentativa de assim o fazer seria baseada apenas em suposições. Dessa forma, optamos por selecionar os artefatos que consideramos mais representativos das diferentes regiões do estado, e que também se destacam por características tipológicas específicas, tais como tamanho em comprimento, largura, qualidade do acabamento e estado de conservação do artefato.

Ainda assim, foram selecionados dois raspadores plano-convexos datados por volta de 12 mil AP, que são associados normalmente aos caçadores-coletores da Tradição Itaparica

¹² De acordo com o arqueólogo Rodrigo Simas de Aguiar ((2012, p.4) o chamado Ótimo Climático ocorreu entre 8 e 6 mil anos antes do presente, quando a temperatura aumentou e os ecossistemas adquiriram uma feição paisagística e ecológica semelhante à que possuem atualmente.

(variante Paranaíba, nessa região), (Aguiar, 2012, p. 4). Foram escolhidos também para confecção de réplicas, sete (7) pontas de projéteis (flechas) originalmente confeccionadas em arenito silicificado, quartzito, silexito ou calhau de silexito, datam de aproximadamente 3.800 anos, conforme dados do Catálogo (Martins; Kashimoto, 2014, p. 60, 85, 90, 101) totalizando, portanto, nove (9) artefatos para a produção do kit de réplicas.

O trabalho foi dividido em quatro (4) fases. Primeira fase: Seleção dos Artefatos no Acervo do MuArq-UFMS, com consulta ao Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre 12.000 e 3.000 anos atrás (Martins; Kashimoto, 2014). Segunda fase: confecção dos moldes em silicone a partir dos artefatos originais, nas dependências do museu. Terceira fase: confecção das réplicas em resina epóxi usando os moldes feitos no museu. Quarta fase: confecção das maletas para os kits de réplicas, incluindo a arte gráfica para a parte externa da maleta de réplicas e de um panfleto com informações e sugestões resumidas (sequência didática) de uso das réplicas de artefatos arqueológicos para a parte interna.

3.2. DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DAS RÉPLICAS

O trabalho se iniciou no dia vinte e dois (22) de agosto de 2023, no período vespertino¹³, às 13h30min. No primeiro dia na instituição, a diretora não estava presente, pois cumpria agenda em outra localidade. Após conversar com profissionais que trabalham no local, este mestrando deixou os materiais e ferramentas de trabalho na biblioteca do museu ao ir embora, visto que não havia mais o que fazer na instituição naquele dia e já que os artefatos se encontravam fechados e somente a diretora da instituição poderia abrir o local.

No dia vinte e cinco (25) de agosto de 2023, com hora marcada, este pesquisador foi recebido e gentilmente atendido na instituição pela diretora, Laura Pael. A conversa se deu sobre o processo de confecção das formas de silicone, situação em que foi detalhado o processo e os cuidados necessários para com a integridade dos artefatos, ficando todas as dúvidas sanadas. A diretora colaborou no processo de seleção dos artefatos e repassou informações que se faziam necessárias, além de oferecer espaço adequado para o trabalho: o laboratório de higienização – espaço relativamente amplo, com algumas mesas grandes, pia com torneira e armários.

Devido a outros compromissos, nesse dia (25), o trabalho foi encerrado refinando a seleção dos artefatos, fechando em nove (9), a partir da seleção prévia, na qual constavam

¹³ Este mestrando leciona na rede municipal de ensino no período matutino.

cinquenta e oito (58) artefatos. Foram considerados tais critérios para seleção: região de origem do artefato (sítio, sub-bacia, etc.), datação (quando há), tipologia e diferenças entre artefatos com a intenção de produzir um conjunto representativo do registro arqueológico lítico do estado de Mato Grosso do Sul. Antes de terminar, foi marcado o retorno do trabalho para o dia quatro (04) de setembro do mesmo ano. Nesse ínterim, enquanto aguardava a disponibilidade do acervo, este mestrando se dedicou a leituras, produção de relatórios e escrita da dissertação.

O trabalho foi retomado no dia quatro (4) de setembro, conforme combinado, no período vespertino. Nesse dia (4), foram confeccionados os moldes de um dos lados de dois artefatos, visto que é necessário aguardar a secagem do silicone (Imagem 3) – o que ocorre apenas de um dia para o outro –, para que seja possível confeccionar o outro lado da peça.

Imagem 3. Mesa de trabalho no laboratório de higienização, nas dependências do MuArq-UFMS. Início da confecção dos moldes de silicone a partir dos artefatos líticos selecionados previamente.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Para a confecção das formas (ou moldes), foi utilizado silicone profissional da marca Redelease, adquirido via on-line, devido à dificuldade de encontrar materiais do tipo na cidade. Trata-se de um elastômero bicomponente, vulcanizável à temperatura ambiente e que, após a adição de catalisador, resulta num produto elástico e resistente. Em outras palavras, esse silicone vem acompanhado de um catalisador que, quando adicionado ao componente principal, dá início a uma reação que resulta na secagem da massa total, em até cerca de vinte e quatro horas. Conforme informações do fabricante, a proporção de Catalisador é de 3% sobre o peso/massa do silicone a ser utilizado. Exemplo: 100g de borracha de silicone para 3g de catalisador. Esse produto realmente apresenta boa fluidez, excelente moldabilidade, baixa

retração linear, índice de cópia de detalhes muito bom. Embora o material dispense, segundo o fabricante, por padrão, o uso de desmoldantes, ainda assim foi utilizada vaselina nos moldes em momento posterior, após os moldes prontos e antes de preencher com resina. A vaselina contribui para prolongar a vida útil dos moldes, além de facilitar a retirada da resina.

Após cada dia de trabalho, o material era acondicionado para secagem da massa de silicone e acondicionados em caixa adequada, a qual era guardada no armário da instituição. Como o museu fecha às 17h, por volta das 16h30min, o trabalho devia ser finalizado naquele dia, para dar tempo de guardar as coisas e deixar a sala em ordem.

Devido a outros compromissos profissionais, feriado e conflitos de agenda, o trabalho foi retomado na quinta-feira, dia 12 de setembro de 2023. Nesse dia, foram confeccionados moldes de um dos lados de dois raspadores grandes (um deles da região do Anhanduizinho, em Campo Grande) e o outro lado do molde das duas setas pequenas que haviam sido iniciadas no dia 4 do mesmo mês. Dessa forma, após completa higienização, os dois primeiros moldes foram completados e os dois primeiros artefatos originais voltaram para o vidro, onde se encontram em exposição permanente.

Imagem 4. Molde com as duas partes finalizadas junto a ponta de projétil de pedra lascada original do qual foi confeccionado



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

O próximo dia de trabalho ocorreu no dia 14 de setembro do mesmo ano, quando foram realizados moldes em mais duas pontas de projétil e outro raspador plano-convexo. O procedimento foi o mesmo: primeiramente, foi adicionado o silicone com o reagente sobre a peça original, dentro de um recipiente para que não ocorresse vazamento da massa. Dessa

forma, após a secagem, foi obtido o molde de um dos lados do artefato, como pode ser observado na Imagem 5.

Imagem 5. Pequenas bolinhas de plastilina adicionadas à massa de silicone resultam posteriormente em conectores nos moldes.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

O trabalho realizado no dia 14 de setembro envolveu as pontas de projétil de pedra lascada, datadas de cerca de 3.800 anos, envolvidas na sua parte inferior por uma massa de silicone que vai lhes copiar a forma. Na mesma imagem, é possível observar na parte inferior central o catalisador (reagente) do silicone, usado na proporção de 3%, conforme mencionado anteriormente. Foi utilizada, como visto na imagem, uma balança de precisão – indispensável na realização desse tipo de trabalho.

Papel toalha, fita adesiva, estilete, luva nitrílica, retalhos de tecidos e recipientes plásticos são alguns dos materiais importantes de se ter por perto para esse tipo de trabalho, bem como um estilete para recortar rebarbas de silicone ou qualquer outro material que precise ser recortado, além de retalhos de tecido para limpeza dos recipientes, artefatos, mãos, entre outras coisas.

O procedimento é simples, porém é necessário ser zeloso e diligente, pois o trabalho requer muito cuidado com os artefatos originais do acervo, sendo inclusive esse um dos motivos ou justificativa de se produzir réplicas. Outra coisa que pode ocorrer é perda de material, no caso o silicone, caso seja adicionada quantidade menor ou maior de catalisador do que o indicado.

A técnica de posicionar o artefato original sobre o silicone fresco no momento certo, ou seja, quando começa a endurecer, exige paciência – enquanto o silicone reage suficientemente para receber o artefato – e habilidade, para não deixar que seque demais. Essa técnica oferece muito mais segurança para o artefato, apesar de que, eventualmente, corre-se o risco de perder porções de silicone, caso passe do ponto de endurecimento. A outra técnica também utilizada nesse processo de confecção de moldes é a que usa uma cama de massa de modelar para o artefato, mas optou-se por não a utilizar porque, nesse caso, seria necessário exercer um pouco de pressão nos artefatos – o que não é recomendável, visto serem bens da União de grande valor histórico e cultural. Para a presente pesquisa, achamos mais prudente correr o risco de perder material, no caso o silicone, do que correr qualquer risco desnecessário com as peças do acervo da instituição. Antes de posicionar a peça no silicone, deve-se aplicar uma fina camada de vaselina sobre a peça a fim de que solte com mais facilidade.

Imagem 6. Pequenas bolinhas de plastilina adicionadas à massa de silicone para servir de conectores nos moldes.



Fonte: Acervo do autor (2024)

Imagem 7. Último molde produzido na instituição.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

O dia 23 de novembro do mesmo ano foi o último dia de trabalho na produção dos moldes nas dependências do museu. Isso não significa necessariamente o fim do trabalho, mas apenas o término do trabalho com os artefatos originais. Doravante, o trabalho segue sem necessidade de se utilizar o espaço do museu.

A próxima fase foi a confecção das réplicas propriamente ditas, com resina epóxi de baixa densidade. Para esse fim, foi adquirido o sistema Clear 2.0, da marca Ohana – uma das que existem no mercado brasileiro e que possui excelente qualidade dentre as disponíveis. O sistema Clear 2.0 é composto pela resina epóxi e endurecedor. Essa resina contém tripla

proteção ultravioleta e foi especialmente formulada para aplicações de peças que necessitam de uma maior proteção retardando o amarelecimento precoce, conforme informações do fabricante¹⁴. Outras características são: alta transparência, alta resistência química e mecânica e sua alta capacidade autonivelante.

A resina epóxi de baixa densidade, independente das marcas comerciais, são em geral, transparentes, rígidas e bastante resistentes. Devido a ser transparente, foi necessário adicionar pigmentos à resina para deixar as réplicas com aspecto o mais semelhante possível das peças originais do acervo do MuArq-UFMS. Obviamente, trata-se de pigmentos específicos para tal finalidade, pois outros pigmentos não devem ser usados sob risco de a resina não endurecer como deve e a peça ficar flexível. Isso também acontece quando a quantidade de pigmento é excessiva.

Na ânsia de deixar as réplicas iguais aos artefatos originais, ou o mais próximo possível da cor original delas, algumas vezes ocorre de a quantidade de pigmento ser excedente. Nesse caso, em que a réplica fica flexível, deve ser descartada, pois a intenção é que fiquem rígidas tais como as peças originais do museu. Esses pigmentos específicos para resina epóxi são encontrados nas mesmas lojas ou sites especializados onde se adquire a resina e o silicone.

A proporção do uso do endurecedor na resina é a seguinte: para cada 100 gramas de resina, adiciona-se entre 45 e 50 gramas de endurecedor. O tempo de manuseio é de 25 minutos. Por esse motivo, jamais se deve adicionar o endurecedor antes dos pigmentos, pois certamente até que se consiga acertar a cor da mistura, já teria início a secagem e muito provavelmente se perderia o material. Portanto, o procedimento correto é preparar a mesa de trabalho antecipadamente, com espaço suficiente de trabalho, deixar recipientes para misturar ao alcance da mão, assim como preparar o lugar onde serão deixadas para a cura, ou seja, a secagem. A cura completa é de sete (7) dias, mas, após vinte e quatro (24) horas, já se pode retirar as peças de resina dos moldes.

Antes de preencher os moldes com resina, deve-se unir as duas partes do molde e vedar com fita adesiva, tomando cuidado para, nesse processo, não apertar demais os moldes, pois são flexíveis. Se, no momento de vedar com fita adesiva, for utilizada força excessiva, os moldes podem se deformar e, como resultado, ter réplicas ruins. Do mesmo modo tem que evitar que fiquem brechas por onde poderia vazar resina. Com um pouco de experiência e habilidade se consegue o ponto certo e não há problemas. De qualquer forma, alguns erros são

¹⁴ Disponível em: https://www.ohanaquimicos.com/clear-2-0-baixa-viscosidade-uv-tray?variant_id=921
Acessado em: 10/01/24.

esperados e constituem experiência profissional ao artífice. As peças com erros são descartadas e o trabalho prossegue sem problemas.

Como dito anteriormente, o trabalho de preencher os moldes com resina para obter as réplicas, como resultado final, não precisava ser realizado nas dependências do museu, pois os moldes já estavam prontos. Por isso, essa etapa foi realizada na residência do mestrando.

Esse tipo de trabalho deve ser realizado preferencialmente em local aberto ou bem arejado, pois a resina e o endurecedor são produtos químicos que passam por reações quando misturados. O uso de luva de látex ou nitrílica é recomendado. Deve-se, ainda, ter em conta que o volume máximo por aplicação é de dois quilos de resina acrescido de um quilo de endurecedor. Entretanto, as réplicas são pequenas, com exceção dos dois raspadores que são relativamente grandes. Desse modo, a quantidade de resina e endurecedor era sempre menor que essa quantidade. O uso dos pigmentos é bastante reduzido, significando bem pouco na mistura total. Inclusive, o excesso de pigmento pode, como já comentado, acarretar problemas na mistura final.

Os moldes de silicone que foram confeccionados no MuArq-UFMS não duram para sempre, porém possuem uma durabilidade bastante razoável. Em outras palavras, se bem cuidados, podem durar anos e servirem para produção de grande número de réplicas. No entanto, como a produção é artesanal, esse processo é demorado e trabalhoso. Esses são fatores que, em certa medida, limitam em parte a replicação em grande escala.

Serão entregues para as instituições, sem custos, cinco (5) kits de réplicas (Figura 2) contidos dentro de maletas de madeira personalizadas, encomendadas para essa finalidade. As instituições serão o próprio Museu de Arqueologia da UFMS, que receberá dois kits, a UEMS unidade de Campo Grande, que também receberá dois, um para o grupo de pesquisa ATRIVM da UFMS de Campo Grande e a Trilha Rupestre, também da UFMS de Campo Grande.

As maletas com os kits de réplicas contêm, ainda, um folheto com indicações de uso (sequência didática) e outras informações instrutivas ou institucionais necessárias. No panfleto acondicionado na parte interna das maletas, junto ao conjunto de réplicas, a sequência didática está mais resumida (contém outra formatação) e contém ilustrações que não se encontram nesta dissertação. Esses detalhes foram pensados na intenção de se obter um conjunto harmônico e correto do ponto de vista educativo e científico, simultaneamente a um resultado estético agradável.

Além dos cinco kits que serão entregues sem custo às instituições e grupos acima mencionados, outros kits de réplicas poderão ser encomendados ao autor após a conclusão do mestrado profissional. Dessa forma, réplicas exclusivas e representativas da Pré-História de

Mato Grosso do Sul estarão disponíveis ao público. Sabendo da escassez desse tipo de material, certamente será proveitoso para a comunidade leiga e científica, pois é comum encontrar materiais genéricos no mercado e na internet, mas materiais específicos da cultura local é raro de se achar. Professores e alunos das redes de ensino, assim como o público em geral, terão oportunidade de ver, tocar e manusear esses recursos, os quais no museu, com as peças originais, não poderiam fazer.

Uns escavam os artefatos, outros os classificam, outros ainda fazem a curadoria e a manutenção ou a conservação preventiva desses. Todos esses profissionais contribuem de uma forma ou outra para a difusão do conhecimento científico e a valorização do patrimônio histórico e cultural local. Fica aqui o nosso respeito e admiração a todos eles. Pretende-se, portanto, com esse material, contribuir, de alguma forma, com a difusão do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense.

3.3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Neste trabalho, optou-se por uma escolha didática pragmática e voltada para o trabalho do professor de História ao lecionar na Educação Básica, ao lecionar na Educação Básica, por entender que o docente no 6º ano do Ensino Fundamental precisa trabalhar a Pré-História de maneira geral e também a Pré-História regional (quase nunca presente nas aulas), a qual alguns autores denominam História Indígena – como Jorge Eremites de Oliveira, em seu canal no Youtube com a live intitulada: Morte à Pré-História e vida longa à História Indígena¹⁵.

Embora esta pesquisa não seja contrária a este termo, entende-se que ele não teria a mesma abrangência que o tradicional “Pré-História”. Como é de conhecimento de todos os historiadores e do público bem-informado, humanos não estiveram sempre neste continente, a ocupação humana na América data do período final do Pleistoceno ao Holoceno inicial, ou seja, por volta de 12 ou 18 mil anos, conforme a Teoria Clóvis (tradicional) ou ainda de acordo com novas hipóteses e evidências, possivelmente até cerca de 30 mil anos Antes do Presente, em diferentes ondas migratórias.

Usa-se a expressão História Indígena para o período após a sedentarização humana na região, que coincide com o aparecimento da cerâmica e de cultivos de plantas alimentícias. Esse período não é o foco desta pesquisa, mas pode e deve ser trabalhado, em sala de aula, a História Indígena dos povos de Mato Grosso do Sul, seja focada nos indígenas antigos de cerca de 2.500 anos ou nos atuais. Já o foco deste trabalho se limita ao período dos povos mais antigos, às

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=THemh7vaREE> Acessado em: 20/12/23.

vezes chamados de paleoíndios, quando são contemporâneos da megafauna e da Era do Gelo, há cerca de 12 mil anos AP. É o caso de pelo menos o período da chegada inicial dos povos caçadores coletores na região do atual estado de Mato Grosso do Sul, por volta de 12 mil anos atrás, quando os animais da chamada megafauna já estavam desaparecendo por outros motivos, inclusive. Independentemente de ser paleoíndio, que se refere apenas a um primeiro período da ocupação, o período dos caçadores coletores se estende até cerca de 3 mil anos AP.

Essas questões a respeito do povoamento inicial da América (e, portanto, do Brasil, e Mato Grosso do Sul) são muito relevantes e estão em discussão atualmente, com novas publicações aparecendo eventualmente. Há casos, inclusive, em que evidências de outras áreas da ciência, como da Paleontologia, por exemplo, acabam trazendo luz a certos detalhes desse período, que, de outro modo, os arqueólogos ou historiadores não poderiam ter acesso.

Cada nova descoberta, cada nova publicação pode contribuir para elucidar cada vez mais detalhes e a preencher lacunas entre as muitas que ainda existem nessa parte da História para o qual há menos vestígios. O professor pesquisador deve estar atento a essas constantes atualizações, pois somente dessa forma ele consegue instigar e inspirar em seus alunos esse espírito de pesquisador, curiosidade científica essa presente nas crianças e que tende a ir desaparecendo à medida em que crescem e a escola vai se tornando uma mera obrigação a ser realizada, conforme mencionado por Caldas e Hubner (2001, p. 3).

O professor de História no sexto ano do Ensino Fundamental II pode utilizar o kit de réplicas dos artefatos para facilitar a abordagem do Ensino da Pré-História local aos seus alunos. A seguinte sequência didática constitui apenas uma sugestão. O professor é livre para utilizar outras abordagens que lhe agradem ou com as quais esteja habituado.

Sequência didática

Nível:	Educação Básica
Etapa:	Ensino Fundamental II (Anos Finais)
Fase/Série:	6º Ano
Componente Curricular:	História
Duração:	Três aulas de 100 (duas aulas geminadas de 50 minutos) minutos cada.
Recursos didáticos:	Projeter multimídia; notebook; material suplementar impresso; kit de réplicas; lousa/quadro branco; giz/marcadores de quadro branco; Notebook; caderno e instrumentos de escrita (lápis, caneta etc.)
Assunto:	Pré-História de Mato Grosso do Sul

Habilidades:	(CG.EF06HI04.s) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano.
	(CG.EF06HI07.s) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.

Fonte: Referencial Curricular – REME (2020); adaptado pelo autor (2024).

Nas aulas que antecedem esta sequência didática, sugere-se que o professor trabalhe com seus alunos a Pré-História a partir das origens da espécie humana no continente africano, conforme fontes de sua preferência, para a ciência de referência. Somente após isso, trabalhar a Pré-História local, ou seja, de Mato Grosso do Sul. Entretanto, faz-se necessário que os alunos entendam como se deu o processo de ocupação da América (Figura 1) e, portanto, do planalto central brasileiro, onde se situa o atual estado de Mato Grosso do Sul.

Abaixo, seguem algumas sugestões de mapas que contribuem para o entendimento desse processo de ocupação. Estes mapas devem ser usados em conjunto com textos e outras intervenções do professor. Nos *links* das imagens, encontram-se mais informações a respeito, bem como no segundo capítulo desta dissertação. De qualquer forma, o professor de História pode, ainda, buscar outras fontes de sua preferência.

Figura 1. Ocupação humana na América via Estreito de Bering, durante a última era glacial.



Fontes: Imazon. **A floresta habitada:** História da ocupação humana na Amazônia. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 15 dez. 2022; Ferreira, Jackson de Azevedo. **Os primeiros habitantes das Américas:** Pré-História Brasileira. Disponível em: <https://azup.com.br/cursos/historia-6o-ano/modulos/introducao-aos-estudos-historicos-e-pre-historia/aulas/os-pri-meiros-habitantes-das-americas-pre-historia-brasileira/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Figura 2. Os primeiros humanos no território do atual Mato Grosso do Sul vieram do planalto central.



Fonte: Sousa, João Carlos Moreno de. **Tecnologia dos artefatos líticos da “tradição Itaparica”:** Estudo de caso do sítio Gruta das Araras, Serranópolis, Goiás. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2015/12/21/artigo-tecnologia-dos-artefatos-liticos-da-tradicao-itaparica-estudo-de-caso-do-sitio-gruta-das-araras-serranopolis-goias/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Na bibliografia desta, há, também, uma série de referências a publicações sobre a Pré-História brasileira e da região do atual estado de Mato Grosso do Sul. Normalmente, os mesmos autores possuem, ainda, outras obras porventura não mencionadas aqui, mas que o professor e sua turma podem buscar, sem muita dificuldade, em repositórios pela internet.

Procedimentos Metodológicos

Aula 1: Organizar a turma para levantar os saberes prévios dos alunos a respeito da temática. Chamados subsunçores pela teoria da Aprendizagem Significativa Crítica (Moreira, 2005, p. 4-5), conhecimentos prévios são importantes para se ter um ponto de partida. Sugere-se um levantamento desses subsunçores ou saberes prévios antes de apresentar quaisquer conteúdo ou informações novas.

Isso pode ser feito por meio de um simples diálogo com a turma ou mediante questionários, se preferir. A preferência é o diálogo, questionários podem dar uma ideia de formalidade desnecessária. O professor pergunta: Quem sabe o que é um sítio arqueológico?

Se quiser reforçar, pode escrever a pergunta na lousa/quadro branco. Aguardar as respostas dos alunos e interagir com a turma, seja dando razão quando a resposta é correta ou explicando quando não sabem, ou ainda complementando as respostas com explicações mais precisas. A seguir, mais algumas perguntas que o professor pode fazer nessa primeira aula para levantamento dos saberes prévios:

- Na nossa cidade (Campo Grande-MS), existem sítios arqueológicos?
- Alguém sabe o nome de um sítio arqueológico de Mato Grosso do Sul?
- O que são artefatos?
- Qual é a diferença entre artefatos de pedra lascada e pedra polida?
- Quem foram os primeiros humanos no território do atual estado de Mato Grosso do Sul? Quando chegaram?
- O que surgiu primeiro, a cerâmica ou a pedra lascada?

Na sequência, o professor pode explicar questões básicas e necessárias. Pode usar a lousa/quadro branco para tanto. Traçar uma linha divisória na lousa/quadro branco e escrever, de um lado, fontes históricas e, de outro, fósseis. Explicar ou lembrar que fontes históricas são todos os vestígios ou registros deixados pelos seres humanos, e que os historiadores podem analisar para entender esses povos. Deixar claro que fósseis, ossos de dinossauros, pedras (geofatos) e qualquer outro material natural não trabalhado por seres humanos não são fontes históricas e, portanto, não são material para estudo da História e do profissional historiador. Que a História é uma ciência que se limita ao estudo das sociedades humanas através do tempo. Entendido claramente o que são fontes históricas e quais os tipos mais comuns referentes ao período pré-histórico, a saber, artefatos de pedra lascada e carvão, o professor passa a explicar, com apoio de texto na lousa/quadro branco, que, nas escavações realizadas em Mato Grosso do Sul, foram encontrados carvão de fogueiras antigas e artefatos de pedra lascada com até 12.640 anos Antes do Presente, em sítios arqueológicos como o Templo dos Pilares em Alcínópolis ou SI-12, no município de Paraíso das Águas (Martins; Kashimoto, 2014, p. 172-173), e que esses vestígios correspondem a ferramentas de pedra lascada pertencentes a grupos de caçadores coletores – que foram os primeiros humanos a chegar a este território ainda durante o final da última era glacial.

Nesta aula o professor deve deixar espaço para questionamentos dos alunos, respondê-los na medida do possível e realizar os registros necessários. Interessante também apontar no texto e na explanação verbal que Mato Grosso do Sul tem, pelo menos, 737 sítios arqueológicos

registrados, sendo que até mesmo na capital, Campo Grande, há sítios arqueológicos e artefatos (Martins; Kashimoto, 2014, p. 271) como os que foram coletados na região do córrego Anhanduí, por exemplo.

Aula 2: A segunda aula ocorre na outra semana, conforme a distribuição de carga horária do componente curricular para o sexto ano do Ensino Fundamental II. Este tempo é útil também para amadurecer as ideias e para que os estudantes pesquisem mais a respeito do assunto, caso se interessem pelo tema.

Apresentar o vídeo da Pré-História de Mato Grosso do Sul, do canal do Museu de Arqueologia da UFMS: <https://www.youtube.com/watch?v=HNaSgMGU3-s&t=7s>. Essa animação é bastante simples e, ao mesmo tempo, elucidativa da Pré-história de Mato Grosso do Sul, por explicar, de maneira leve e agradável a diferença entre o período dos caçadores coletores, 12,640 - 3.000 AP e o período posterior, dos agricultores ceramistas, a partir de 2.500 AP em diante.

O professor pode destacar, na lousa/quadro branco, de preferência com cores diferentes, esses dois períodos. Ao fazer isso, ele deve destacar que, no período dos caçadores coletores, ainda não existia cerâmica nem assentamentos permanentes. Os caçadores coletores que chegaram a esse território por volta de 12 mil anos AP eram nômades, assim como seus ancestrais do velho mundo.

Atividade:

Refazer algumas das perguntas da aula 1, agora por escrito, na lousa/quadro branco ou em material suplementar impresso, na forma de exercícios.

- Você sabe o nome de um sítio arqueológico de Mato Grosso do Sul?
- O que são artefatos?
- Qual é a diferença entre artefatos de pedra lascada e pedra polida?
- Quem foram os primeiros humanos no território do atual estado de Mato Grosso do Sul? Quando chegaram?

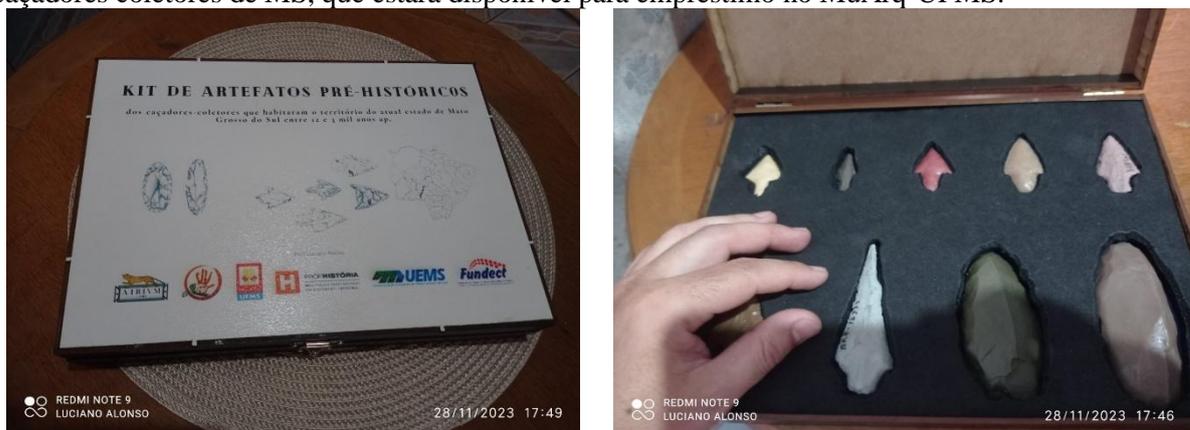
Acompanhar a realização dos exercícios e sanar dúvidas dos estudantes, se necessário. Verificar a diferença entre as respostas da aula 1 e da aula 2.

Aula 3: Apresentar o kit de réplicas dos artefatos de pedra lascada dos povos caçadores coletores de MS aos estudantes. O material é emprestado pelo Museu de Arqueologia da UFMS com agendamento prévio.

Explicar à turma o que farão, verão e tocarão, bem como os cuidados com o material. Explicar que as réplicas foram confeccionadas a partir de moldes retirados das peças originais, com datações de até 12 mil anos. Colocar o kit sobre uma mesa e mostrar aos alunos. Deixar que peguem na mão, mas permanecer próximo a eles para evitar que danifiquem, percam ou manuseiem de maneira inadequada as réplicas.

Questionar os estudantes se as pontas de seta possuíam hastes. Pedir a eles para imaginar como seriam com a madeira de cerca de quase um metro e que tipo de arco teria sido usado para atirar essas flechas de pedra lascada. Será que os antigos caçadores coletores daqui de Mato Grosso do Sul, há milhares de anos usavam penas de pássaros na extremidade das flechas? Essas questões não são possíveis de responder com base na cultura material porque a madeira normalmente apodrece e não é encontrada nas escavações arqueológicas. Mas essa é uma coisa interessante de se dizer aos alunos. Eles já aprenderam o que são fontes históricas, o que são vestígios que os historiadores e arqueólogos estudam para tentar entender o passado da humanidade, então certamente são capazes de entender que certos materiais se preservam e outros não, alguns somente em determinadas condições muito raras, como é o caso de madeira ou ossos.

Figura 3. Produto do Mestrado Profissional: maleta com kit de réplicas de artefatos pré-históricos dos caçadores coletores de MS, que estará disponível para empréstimo no MuArq-UFMS.



Fonte: Acervo do autor (2024)

Explicar a tipologia das peças, para que serviam, de que tipos de rochas eram confeccionadas, no caso conforme Martins; Kashimoto, (2014, p. 11), os tipos mais comuns de rochas para confecção de artefatos de pedra lascada são: arenito silicificado, quartzito, quartzo,

seixos variados normalmente encontrados em rios e córregos da região. Explicar como e por quem eram usadas. No material informativo que acompanha o kit de réplicas, há algumas informações a respeito. Realizar, se possível, registros fotográficos ou escritos da atividade.

Figura 4. As réplicas podem ser manuseadas pelos alunos, a fim de perceberem a textura e as características tridimensionais do material.



Fonte: Acervo do autor (2024)

O professor pode, também, dar ênfase ao fato de que todos os nossos ancestrais eram caçadores coletores nômades no passado, independentemente do lugar onde viviam, pois os humanos adotaram o modo de vida caçador coletor nômade por mais de dois milhões de anos, enquanto o modo de vida sedentário, com agricultura é recente, variando conforme o local para cerca de 12, 8 ou 3 mil anos. Assentamentos permanentes, agricultura e produção de cerâmica marcam o fim desse período. André Prous (1982, p. 572-574), entre outros, chama esse processo de neolitização – ainda que os conceitos de Paleolítico e Neolítico não sejam usados para a América.

Sobre a Pré-História desta região (Mato Grosso do Sul e adjacências), pode-se dizer, também, que os povos nômades eram precisamente caçadores coletores e pescadores, ao invés de simplesmente caçadores coletores. Isso por causa das características do paleoambiente local, rico em recursos hídricos, fauna e flora, conforme aponta, Prous (1982, p. 108).

Para concluir a sequência de aulas, o professor pode, na terceira e última aula, realizar uma atividade de autoavaliação com a turma. Nesse caso, deve-se preparar com antecedência o material impresso, de sua preferência, para a atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mestrado Profissional em Ensino de História (Prof-Hist UEMS) é fundamental para refletir sobre o Ensino de História enquanto um campo de pesquisa, e não apenas como uma área subalterna em relação à pesquisa histórica propriamente dita. Esta, a pesquisa histórica, feita por historiadores por meio de publicações em congressos ou artigos em periódicos científicos da área, já tem seu lugar de destaque e prestígio assegurados há muito tempo. O campo de pesquisa em Ensino de História, por outro lado, é relativamente recente, como indicam a publicação de Ramos (2012, p. 79), a qual tratamos no capítulo 1 desta dissertação.

É notável que há, ainda, pouco conhecimento acerca do campo de pesquisa em Ensino de História fora do âmbito deste mestrado e de outros cursos de pós-graduação *stricto sensu* semelhantes a ele. Para além do pouco conhecimento a respeito deste campo de pesquisa, há ainda disputas acadêmicas entre as áreas e campos de pesquisa, normalmente em desfavor do campo de pesquisa em Ensino de História, por sua proximidade com a Pedagogia e a Didática, provavelmente. Um fato que evidencia isso é a fundação da ABEH¹⁶, Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História, e a promoção do necessário debate/embate com aqueles que parecem não reconhecer a importância da produção científica no campo de pesquisa em Ensino de História, ou mesmo que existe um campo de pesquisa em Ensino de História, e não apenas Pesquisa Histórica simplesmente. Como demonstrado por Ramos, não apenas o Ensino de História se consolidou no Brasil, como consequência de uma necessidade da democracia burguesa e do estado nacional, mas a própria consolidação da profissão de historiador não está segura se estiver desvinculada do campo do ensino, visto que, sobretudo no Brasil, quase não há demanda de trabalho para historiadores fora do ensino, seja em instituições de ensino superior ou da Educação Básica.

Nesse sentido, disciplinas obrigatórias presentes na grade do curso certamente contribuem de maneira significativa para melhorar essa percepção da importância de produções acadêmicas que analisem e reflitam sobre o campo de pesquisa em Ensino de História.

Sobre o Ensino de Pré-História, que é nosso tema central, praticamente há bem pouco ainda em Mato Grosso do Sul. O que existe basicamente consiste em iniciativas de instituições como o Museu de Arqueologia da UFMS ou de professores que buscam eventualmente em sites na internet para incrementar suas aulas com conteúdo específico da Pré-História local. Nesse momento, para este trabalho, não seria viável um levantamento de o que os professores fazem

¹⁶ https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=434

em sala de aula em todas as escolas do estado ou do município. Somente alguns *slides* disponíveis na *web* que possuem conteúdo específico sobre a Pré-História de Mato Grosso do Sul e que foram detalhados no final do Capítulo 1 desta dissertação.

Em livros didáticos, como observamos no capítulo 1, não há nenhuma menção à Pré-História de Mato Grosso do Sul. Há apenas breves menções à Pré-História brasileira, mas ainda assim se concentram no Sudeste e no litoral. Tratam de sambaquis na costa brasileira, mas principalmente do crânio de Luzia, o fóssil mais famoso do Brasil, descoberto em Lagoa Santa-MG. Em geral a Pré-História abordada nos livros didáticos é sobretudo Pré-História geral, ou seja, do Velho Mundo. Algumas páginas são dedicadas à ocupação humana na América e a Pré-História brasileira, nos livros mais atuais.

Em nossa experiência como professores de História parece claro que nos últimos anos o conteúdo de Pré-História presente nos livros didáticos tem se ampliado e se atualizado. E as habilidades e competências da BNCC para a Pré-História também são significativas, o que explicaria uma relativa melhora nos livros didáticos em relação ao que discutimos aqui. Entretanto, ao dialogar com colegas professores sobre o ensino de Pré-História temos a impressão que não é um conteúdo que é trabalhado em profundidade ou por mais tempo, apesar de que, como explica Curi (2022, p. 197) a Pré-História é de longe, o primeiro período da História, o mais longo, menos conhecido, menos estudado, as pesquisas científicas são conduzidas normalmente por arqueólogos e antropólogos, mas que a ensina na Educação Básica é o professor de História, que em nossa realidade brasileira praticamente não recebe uma formação adequada para tal.

Acreditamos que há pressa em trabalhar este tema com o intuito de que se possa abarcar os demais conteúdos previstos para o ano letivo no Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino (Campo Grande, 2020), tendo em vista que os dias de aula efetivos no cronograma e na prática acabam sendo reduzidos, o que impossibilita, na prática uma abordagem ideal para todos os conteúdos e temas. A Pré-História, pelo que temos visto, não é um tema que os professores costumam dedicar muitas aulas. Seria de grande valia pesquisas escolares que pudessem analisar detidamente estas questões. O planejamento na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS é on-line e pode ser quinzenal ou mensal. Os registros são preservados na rede.

Provavelmente seriam possíveis pesquisas a respeito. Outras pesquisas ainda poderiam ser conduzidas, em sala de aula, a fim de quantificar o número de aulas destinadas a conteúdos de Pré-História previstos pelas primeiras habilidades da BNCC para o início do 6º ano do Ensino Fundamental II, as quais se referem, por exemplo, às origens do ser humano como na

habilidade de número três: “(CG.EF06HI03.s) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.”, em que há um diálogo com a Biologia no estudo da Evolução Humana.

Bastante pertinente para se trabalhar em sala de aula é a habilidade número quatro: “(CG.EF06HI04.s) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano.”, assunto que é muito discutido nesta dissertação e também entre arqueólogos e outros pesquisadores da Pré-História brasileira e sul-mato-grossense.

O presente trabalho pretende contribuir para a reflexão acerca da necessidade e da importância de se trabalhar efetivamente a Pré-História nas aulas de História da Educação Básica. Sobretudo a Pré-História brasileira e com especial atenção a de Mato Grosso do Sul. Este trabalho oferece então alguns subsídios que ajudarão o professor de História nessa tarefa, por meio dos kits de réplicas arqueológicas produzidas com base no acervo de artefatos de pedra lascada (líticos) do Museu de Arqueologia da UFMS-MuArq-UFMS.

Junto com o kit de réplicas há, também, uma sequência didática específica sobre a Pré-História de Mato Grosso do Sul, que pode ser utilizada em conjunto com as réplicas ou de maneira isolada, em um material impresso ou digital, por exemplo. A sequência didática está presente nesta dissertação, no Capítulo 3, mas também foi feita uma versão digital e impressa dessa separadamente, que acompanhará os kits de réplicas, como dito anteriormente, mas que também pode ser disponibilizada de modo isolado. O produto do Mestrado Profissional é, portanto, constituído pelo kit de réplicas arqueológicas e da sequência didática com um plano de aulas. Ambos podem ser visualizados no capítulo 3 desta dissertação. Cinco unidades dos kits de réplicas serão disponibilizadas para instituições de ensino e pesquisa, sendo que duas delas serão entregues ao MuArq-UFMS e poderão ser emprestadas a professores para desenvolverem atividades com suas turmas.

Dessa forma, acreditamos que haverá benefícios para o ensino da Pré-História local, à medida que mais pessoas possam ter acesso a materiais didáticos, pedagógicos específicos sobre o assunto. O campo de pesquisa em Ensino de História pode ser ampliado localmente e mais discussões e reflexões a respeito podem ser desenvolvidas, trazendo benefícios a pesquisadores, professores e alunos. No futuro, outros pesquisadores podem se dedicar ao tema, novas publicações e reflexões devem vir à tona, enriquecendo o campo de pesquisa e mais materiais didáticos podem ser desenvolvidos.

É interessante ressaltar que, neste trabalho, o recorte recai sobre artefatos de pedra lascada, logo há a possibilidade de trabalhos futuros desenvolverem pesquisas e materiais a respeito de pedra polida, cerâmica ou outros aspectos da cultura material arqueológica nesta

temporalidade, a Pré-História. Outras abordagens podem, e devem aparecer. É saudável e importante a diversidade de abordagens em qualquer campo de pesquisa. Novos entendimentos muitas surgem a partir dos embates dialéticos entre hipóteses e abordagens. Em ciência isso jamais deve ser problema.

A História, enquanto ciência humana, está sujeita a revisões sempre que novos dados ou novas interpretações surjam. Não se trata de modo algum de revisionismo infundado, mas sim que a História se faz com fontes, e sempre que novas fontes se tornam disponíveis, novas interpretações ou informações são adicionados ao escopo científico. Um exemplo claro que vimos aqui é o caso das datações em sítios arqueológicos, que já haviam sido escavados, mas uma nova escavação obteve novas datações ainda mais antigas (Soares e Kashimoto, 2014, p. 2) e, assim, houve um recuo no tempo em relação ao entendimento de quando se iniciou a ocupação humana no território do atual estado de Mato Grosso do Sul. Se por ventura novas escavações forem realizadas e novas datações ainda mais antigas forem encontradas, é natural que os materiais didáticos devam ser atualizados. Certamente isso leva tempo, pois primeiramente ocorre a escavação, depois de certo tempo as análises em laboratório chegam a datações, as quais precisam ser confirmadas. No processo de verificação dos pares, pode haver contestação das datações. Nesse caso, normalmente se passam alguns anos até que os pesquisadores cheguem a um consenso. Dessa forma, novas publicações são feitas, confirmando ou refutando os dados.

Nesse ínterim, materiais didáticos ou pedagógicos que se baseiam nas mencionadas publicações são utilizados e eventualmente reformulados. Mas nem sempre a comunidade científica chega a um consenso em relação a determinados temas específicos. Tal é o caso, por exemplo, da ocupação humana na América. As discussões sobre como se deu e há quanto tempo exatamente ocorreu se arrastam por décadas, sem que se tenha chegado a uma resposta definitiva a respeito. Algumas coisas foram determinadas por análises genéticas e vestígios arqueológicos, mas outras conclusões não podem ser feitas ainda, sob risco de cometer imprecisão ou mesmo equívoco na interpretação. O mesmo ocorre com a transição de caçadores coletores nômades para agricultores ceramistas sedentários. Na América e, portanto, no Brasil e Mato Grosso do Sul esse entendimento ainda não é possível, pois os dados arqueológicos não são suficientes para deduzir uma ou outra hipótese. Nós, enquanto professores de História, devemos nos inteirar dessas questões e, na medida do possível, levar a discussão até nossos alunos e ao público, de maneira geral.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. S. et al. Oficina de réplicas (IGC-USP) - educação para o Brasil. **Paleontologia em destaque**. Rio de Janeiro: Boletim de Resumos XXV Congresso Brasileiro de Paleontologia. Disponível em: <https://sbpbrasil.org/publicacoes-especiais/>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- AGUIAR, R. L. S. Foi mesmo a agricultura a grande revolução do neolítico? **Dimensões**, n. 48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/37052/25403>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- AGUIAR, R. L. S. **Arte rupestre em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/36454244/Arte_Rupestre_em_Mato_Grosso_do_Sul_2014_
- AGUIAR, R. L. S.; LANDA, B. dos S, GOETTERT, J. D. Reflexões sobre as relações entre a arte rupestre de Alcínópolis, o contexto regional de pinturas e gravuras e a mobilidade de povos caçadores e coletores em Mato Grosso do Sul. **Revista Nanduty**, v. 4, p. 64-73, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5350/2759>
- AGUIAR, R. L. S, LIMA, K. M., FREITAS, L. G. Continuidades e transformações nas manifestações rupestres da tradição planalto em Mato Grosso do Sul, Brasil. O caso das pinturas rupestres do município de Rio Negro. **Dialogos** (Maringá), v. 16, p. 997-1026, 2012.
- ARAÚJO, A. G. M. On Vastness and Variability: Cultural Transmission, Historicity, and the Paleoindian Record in Eastern South America. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 87 (2), 1239-1258. Epub 28 de abril de 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-3765201520140219> . Acesso em: 25 jun. 2023.
- BAUER, L. B. Uma `verdadeira réplica`: considerações acerca da noção de autenticidade no campo do patrimônio cultural. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 18, p. 14-28, 2012.
- BUENO, L, DIAS, A. S.; STEELE, J. The Late Pleistocene/Early Holocene archaeological record in Brazil: A geo-referenced database. **Quaternary International**, v.301. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1040618213001869>
- BUENO, L, DIAS, A. Povoamento inicial da América do Sul: Contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados**. v. 29, n.83, jan./abr. 2015.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BRAMBILLA, L. R. T. G. **El pasado arqueológico en Mato Grosso do Sul - Brasil : un análisis a través de la base de datos del MuArq - Museo de Arqueología de la UFMS**. 2021. Tese (doutorado em Arqueologia Pré-histórica). Universidade Autônoma de Barcelona. 2021. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2021/hdl_10803_673646/lrtbg1de1.pdf

BRAMBILLA, L. R. T. G. **A origem da diversidade dos povos de Mato Grosso do Sul.** Prêmio Aldir Blanc, 2021.

BZUNECK, J. A.; BORUCHOVITCH, Evely; GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini. Estilos motivacionais de professores: propriedades psicométricas de um instrumento de avaliação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília, v. 19, n.1, p. 17-24, 2003.

CALDAS, R. F.L; HÜBNER, M. M. C. O desencantamento com o aprender na escola: o que dizem professores e alunos. 2001. **Psicologia: Teoria e Prática.** Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1091/804> Acesso em: 21 nov.2023.

CAMPO GRANDE. **Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino (Reme).** Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande-MS (SEMED), 2020.

CAMPOS, A.R. **O desprazer de ensinar e aprender nos dias atuais – o menu indigesto.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano), Instituto de Psicologia da Universidade São Paulo. 1997.

CURI, L.M; DÔRES, A. C. P. **Caminhos da Aprendizagem Histórica: Ensino de Pré-História e Antiguidade.** Orgs. CAMPOS, C. E. da C; ASSUMPÇÃO, L. F. B. 2021.

FERNANDES, A. C. (ed). **Araribá Mais – História: versão para 6º ano.** Editora Moderna LTDA, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/> Acesso em: 23 jan. de 2023.

FUNARI, P. P; NOELLI, F. S. **Pré-história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

GOMES, R. K. de F. **Réplica: Uma ferramenta para preservação do patrimônio artístico – alguns estudos de caso.** 2018. 148 f. Dissertação (Arte, Patrimônio e Teoria do Restauro) - Universidade de Lisboa, 2018.

GUERRA, L. G. Questionamentos sobre o Neolítico da História que se ensina a partir de um diálogo entre os sítios arqueológicos da Ásia Ocidental e das terras baixas da Amazônia. In: ANPUH. **Anais do 30o Simpósio Nacional de História.** Recife: UFPE, 2019.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade.** São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2015.

KLUG, J. Entre ciência e aventura: considerações em torno da Expedição Roosevelt-Rondon. **Fronteiras: Revista Catarinense de História,** v. 27, p. 8-26, 2016.
file:///C:/Users/lucia/Downloads/8038-Texto%20do%20artigo-27534-1-10-20180605.pdf

LOPES, J. da S. **Mestre Adorcino e a Coleção de Fôrmas da Torre Norte do Pavilhão Mourisco da Fiocruz (1986-1989).** 2021. 212 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, D. da S; SOARES, A. L. R. **Estudo dos Grupos Marginalizados na História do Brasil e a Educação Patrimonial: Experiências de uma proposta inclusiva.** Universidade

Federal de Santa Maria, RS. 2015. Disponível em:
<https://www.feevale.br/Comum/midias/287b0871-6858-4a78-98a8-aa35c156c60d/Daniela%20da%20Silva%20Martins.pdf>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

MARTINS, G. R. **Histórico da Criação do MuArq – Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 2017. Disponível em:
https://muarq.ufms.br/files/2021/02/Historico_de_criacao_do_Muarq.pdf

MARTINS, R. G; KASHIMOTO, M.E.; TATUMI, H. S. Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 9: 73-93, 1999. Disponível em: <https://muarq.ufms.br/files/2021/03/Museus-e-Patrimo%CC%82nio-Cultural-em-Mato-Grosso-do-Sul-Apoio-Muarq.pdf>

MARTINS; KASHIMOTO, 2014, **Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre 12.000 e 3.000 anos atrás**. Life Editora, Campo Grande, MS. Disponível em:
[file:///C:/Users/lucia/Downloads/109343-Texto%20do%20artigo-196131-1-10-20160112%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lucia/Downloads/109343-Texto%20do%20artigo-196131-1-10-20160112%20(1).pdf)

MASCARENHAS, A. **Moldes e Moldagens: Instrumentos de Proteção, Preservação e Perpetuação da Obra de Antônio Francisco Lisboa**. 2013. Disponível em:
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_8190d775e3f01fb572f7d9cc7b379f18. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

MENDES, G. N. Vestígios do passado no presente”: diálogos possíveis entre ensino de história, arqueologia e cultura material. In: BUENO, A, CAMPOS, C. E, PORTO, N. (org.) **Ensino de História: Teorias e Metodologias**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa Crítica**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2005.

OLIVEIRA, J. E. D, VIANA, S. A. O centro-oeste antes de Cabral. **Revista USP**, (44), 142-189. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p142-189>

OLIVEIRA, J. E. D. **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal**. 470 f. Tese (Doutorado em História/Arqueologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

POSTH, C.; NAKATSUKA, N.; LAZARIDIS, I.; SKOGLUND, P.; MALLICK, S.; LAMNIDIS, T.C.T.C.; ROHLAND, N.; NEGELE, K.; ADAMSKI, N.; BERTOLINI, E.; BROOMANDKHOSHBAHT, N.; COOPER, A.; CULLETON, BJB; FERRAZ, T.; FERRY, M.; FURTWANGLER, A.; HACK, W.; HARKINS, K.; HARPER, TKTK; ... REICH, D. Reconstruindo a profunda história populacional da América Central e do Sul. **Célula**, vol. 175, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. 2019. Cuiabá: Archaeo/Carlini & Canaiato Editorial. ISBN: 8580092817

- SANTOS, A. L. C. dos. **Paleomigrações na América: uma abordagem arqueogenética.** 2020. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- SANTOS, D.J, BARBOSA, E. P. Abordagens e visões da Pré-história através do livro didático de História: uma breve análise em três escolas nos municípios de Itapé, Itacaré e Ilhéus, Bahia. in: **VIII Encontro Estadual de História - Espaços da História**, 2016.
- SCHMITZ, P.I. 2005. **Os caçadores do Holoceno inicial podiam ter assentamentos estáveis?** Canindé, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, n. 6. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9535/2/Caninde_6.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.
- SCHMITZ, P. I. **Arqueologia em Mato Grosso do Sul: dois projetos, dois resultados.** Fronteiras, Campo Grande, v. 2, n.4, p. 203-222, 1998.
- SCHMITZ, P. I. Arqueologia do Estado do Mato Grosso do Sul. Palestra de abertura do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 2005. Disponível em: <http://www.anchietano.com.br>. Acesso em: 23 out. 2023.
- SILVA, M. G, SILVA, A. K. A, PINHEIRO, H. A. S. L. A cultura material como recurso didático no ensino de História. **Revista Extensão e Sociedade**, v. 8, p. 85-94, 2017.
- SOARES, B. H. B. M. K. O acervo Arqueológico do Sítio Alto Sucuriú 12: processamento laboratorial de patrimônio cultural, 2014. **VII Simpósio Nacional de História Cultural.** USP. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Bruna%20Hanime%20Brito%20Soares%20&%20Emilia%20Mariko%20Kashimoto.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- SOARES, T. X. A pandemia, o Ensino de História e os novos desafios: a utilização de réplicas de materiais líticos com alternativa pedagógica. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 15, n. 34, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/126945>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- STRAUSS, A. M, SILVA, T. F, HÜNEMEIER, T. **O povoamento da América. Contribuições da genética.** 2019. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7551935/course/section/6495394/Strauss%2C%202019.pdf>
- TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus, 2004.

GLOSSÁRIO

ACERVO: Reunião de todos os bens de um indivíduo, nação ou instituição, organizados por tipologias (FIOCRUZ/COC, 2018).

ARTÍFICE: Pessoa dotada pela capacidade de produzir artefatos que integram o intelecto ao fazer manual (SENNET, 2019).

BENS MÓVEIS: São objetos que podem ser movimentados com relativa facilidade como pinturas de cavalete, esculturas, mobiliários, instrumentos musicais, indumentárias, entre outros (IPHAN, 2016).

COLEÇÃO: Parte integrante de um acervo, onde a natureza dos objetos tem correspondência entre si (FIOCRUZ/COC, 2018).

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: Medidas adotadas num determinado ambiente que visam minimizar o impacto causado pelos fatores de degradação na materialidade do bem cultural (FIOCRUZ/COC, 2018).

CONSERVAÇÃO: conjunto de medidas adotadas com a finalidade de interromper ou minimizar os danos sobre a materialidade do patrimônio (FIOCRUZ/COC, 2018).

CÓPIA: Reprodução fidedigna de um objeto (MASCARENHAS, 2008).

FORMAS: Artefatos produzidos a partir de um elemento para que possam ser produzidas outras peças a partir da matriz (MASCARENHAS, 2008).

FUNDIÇÃO: Etapa de reprodução que consiste em acomodar a argamassa dentro da forma (MASCARENHAS, 2008).

MOLDE: Pode designar um modelo ou o produto final do processo de confecção (MASCARENHAS, 2008).

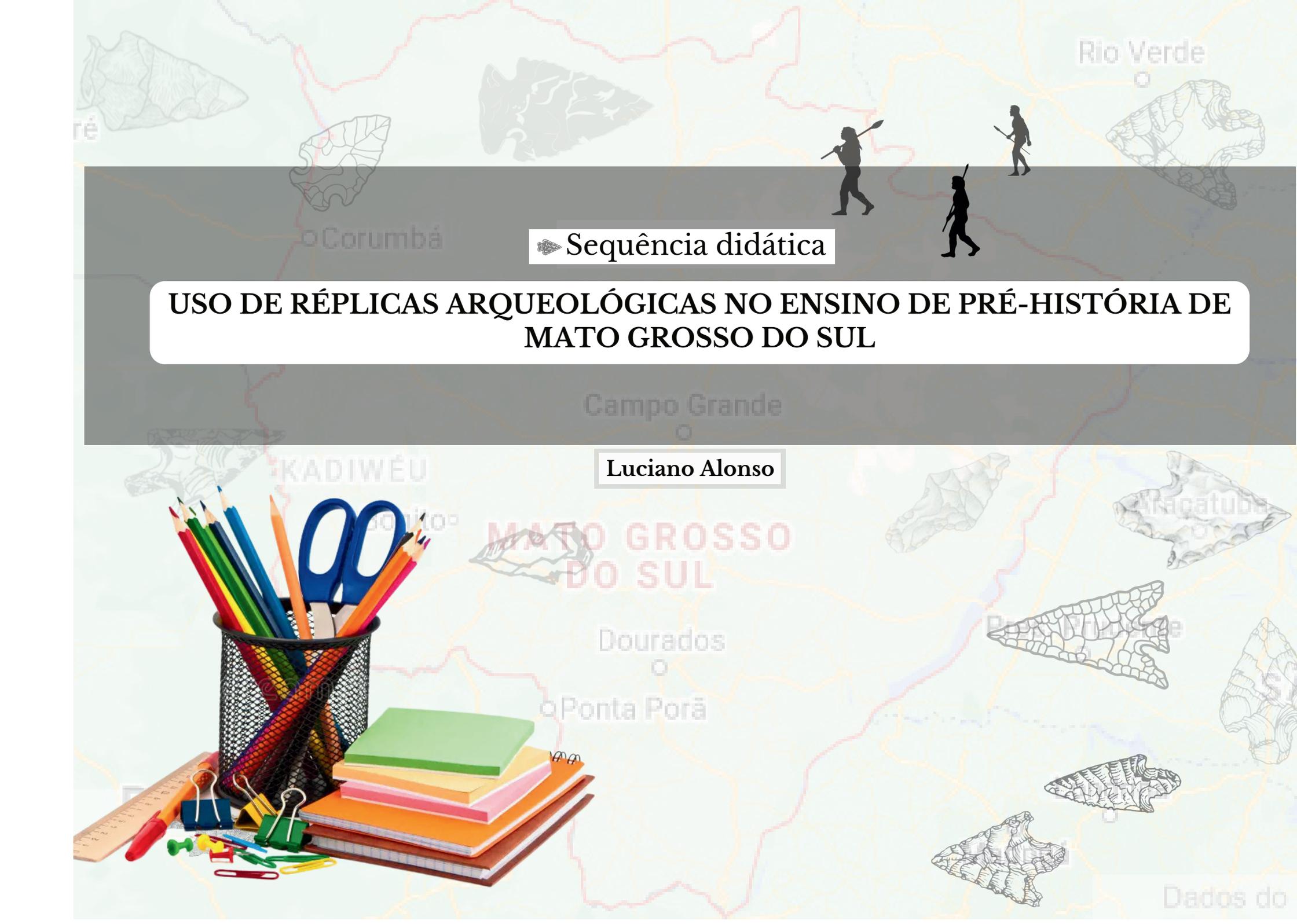
PATRIMÔNIO MATERIAL: conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2016)

PRESERVAÇÃO: Envolve todas as ações envolvidas direcionadas a salvaguarda do patrimônio, desde a sua identificação, registro, catalogação, até as ações diretas realizadas nos bens que integram o acervo ou coleção (FIOCRUZ/COC, 2018).

RÉPLICA: Objetos reproduzidos a partir do original que guardam modificações cromáticas, materiais, dimensionais e/ou documentais (MASCARENHAS, 2008).

ANEXO:

**Manual Ilustrado com a Sequência didática
uso de réplicas arqueológicas no Ensino de
Pré-História de Mato Grosso do Sul**

A map of Mato Grosso do Sul, Brazil, featuring various archaeological artifacts such as arrowheads and spearheads scattered across the landscape. Silhouettes of three human figures, one carrying a spear, are positioned in the upper right quadrant. The map includes labels for cities like Rio Verde, Corumbá, Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, and Aracatuba. A large white box with a black border is centered on the map, containing the title and author's name.

➤ Sequência didática

USO DE RÉPLICAS ARQUEOLÓGICAS NO ENSINO DE PRÉ-HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

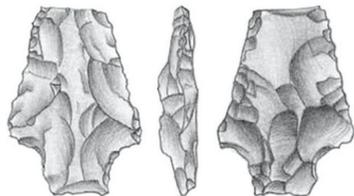
Luciano Alonso



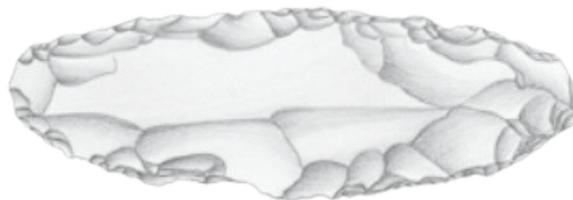
Dados do



BR8-15149: ♥ Brasilândia.
⌘ 3830 a 3580 AP.
☒ calhaus de sílexito



BR8-15374: ♥ Brasilândia.
⌘ 3830 a 3580 AP.
☒ calhaus de sílexito



BF1-9: ♥ Campo Grande
⌘ não tem.
☒ arenito silicificado



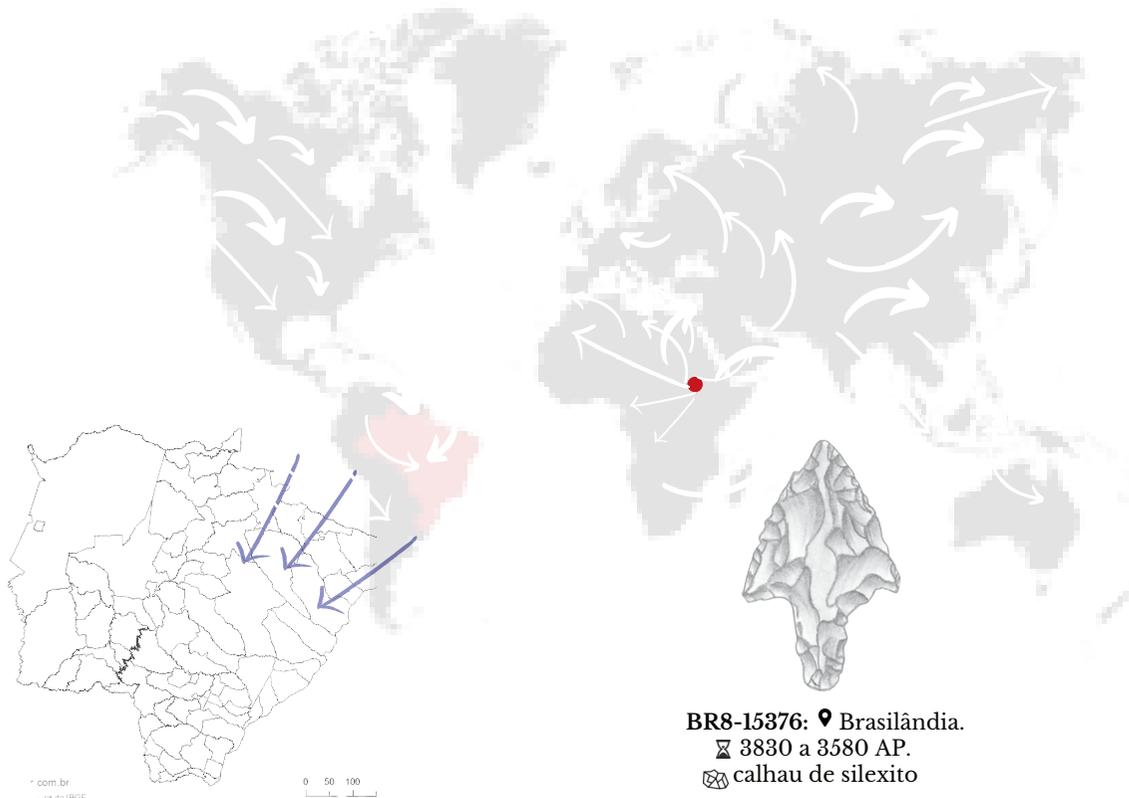
BB1-21: ♥ Nova Alvorada
⌘ não tem.
☒ arenito silicificado



MHI-1: ♥ Bela Vista.
⌘ 3830 a 3580 AP.
☒ arenito silicificado



MJ1-8483: ♥ Maracajú
⌘ não tem.
☒ arenito silicificado



BR8-15150: ♥ Brasilândia.
⌘ 3830 a 3580 AP.
☒ calhaus de sílexito



BR8-15376: ♥ Brasilândia.
⌘ 3830 a 3580 AP.
☒ calhaus de sílexito



CDI-1-1: ♥ Anaurilândia
⌘ não tem.
☒ sílexito

Código dos artefatos no acervo do MuArq-UFMS:

BR8-15374 o código se refere à peça número 15374 do sítio arqueológico número 8 de Brasilândia. **BR8-15149:** sítio Brasilândia 8, peça n. 15.149. **MJ1-8483:** sítio Maracajú 1, peça n. 8483. **BR8-15376:** sítio Brasilândia 8, peça n. 15.376. **BR8-15150:** sítio Brasilândia 8, peça n. 15.150. **MHI-1:** sítio Maracajú 1, peça n. 1. **BB1-21:** sítio Bebedouro 1, peça n. 21. **BF1-9:** sítio Ribeirão das Botas 1, peça n. 9. **CDI-1:** sítio Lagoa do Custódio, peça n. 1. Desenho técnico dos artefatos: Danielle Ramos da Costa. (Martins; Kashimoto, 2014).

A PRÉ-HISTÓRIA DE MS

A ocupação humana na América ainda está em discussão na comunidade científica, mas sabemos, pelos vestígios arqueológicos, que ocorreu em um período relativamente recente, entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, seguramente por volta de 12, 18 ou possivelmente até mesmo 30 mil anos antes do presente¹.

No território que atualmente compreende o estado de **Mato Grosso do Sul** temos datações de até **12.390** anos antes do presente (AP).

Caçadores coletores

Neste material que tens em mãos estão réplicas de artefatos arqueológicos do período mais antigo da ocupação do território que corresponde atualmente ao estado de Mato Grosso do Sul, este é o período dos primeiros humanos na região, a época dos povos nômades caçadores coletores.

Milhares de anos depois, após mudanças climáticas, o aparecimento dos povos agricultores coincide com o desaparecimento de vestígios dos antigos caçadores coletores. O material deste kit contempla apenas o período dos caçadores coletores.

Caso você se interesse por conhecer sobre cerâmica dos povos agricultores/indígenas, no MuArq-UFMS há muito material que você pode conhecer ao visitar.

1: Antes do Presente (AP) em tradução do inglês *before present* (BP). Este sistema é utilizado principalmente devido ao uso da técnica de datação por radiocarbono. É o padrão para datações em Arqueologia e Paleontologia, mas também é utilizado por historiadores. (SCHEEL-YBERT, 1999, p.1).

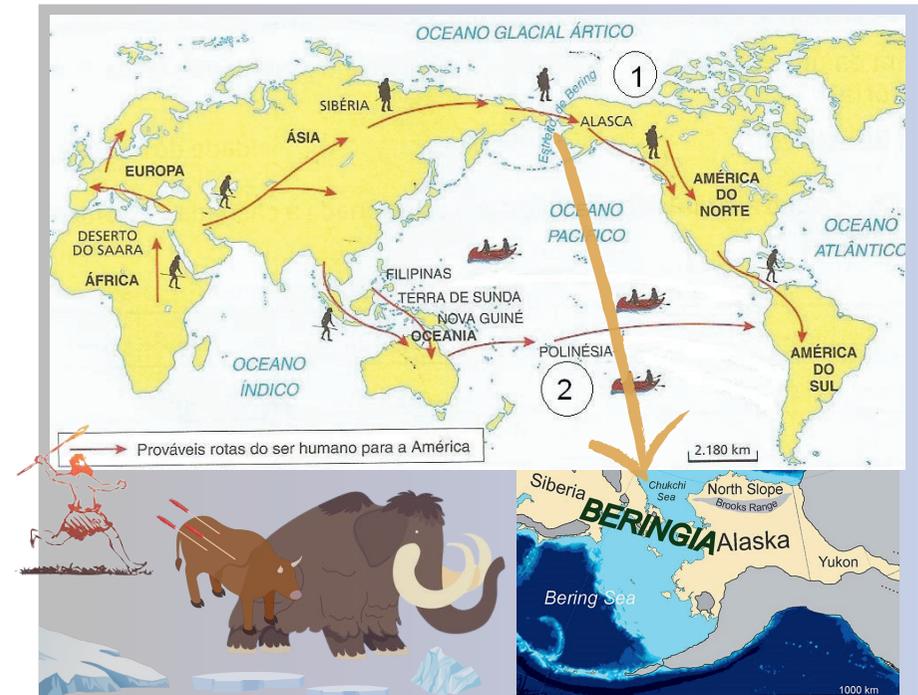


Imagem 1: Caçadores coletores devem ter atravessado o mar congelado da Sibéria para a América,² ao percorrer longas distâncias durante as caçadas, entre cerca de 25 e 12 mil anos AP. Arte: Luciano Alonso.

As réplicas

Este material foi produzido pelo professor Luciano Alonso como produto do Mestrado Profissional em Ensino de História (Prof-Hist UEMS), com orientação do Dr. Carlos E. da Costa Campos e Dra. Lia R. T. Brambilla Gasques.

Trata-se de um conjunto de réplicas produzidas em resina a partir de formas de silicone confeccionadas com base nos artefatos originais, datados entre 12 e 3 mil anos antes do presente, que integram o acervo do Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq-UFMS).

2. Mapas sobre a dispersão humana e da Beringia, disponíveis em:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Peopling_of_America_through_Beringia.png
<https://apostilageografia.blogspot.com/2020/03/a-dispersao-do-ser-humano-pelo-planeta.html>

Nível de Ensino: 6º ano do Ensino Fundamental II;

Componente Curricular: História;

Duração: Três aulas de 100 minutos cada;

Recursos: Projetor multimídia, impressos, kit de réplicas, lousa.

Tema: Pré-história de Mato Grosso do Sul;

Habilidades: (EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano; (EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.

AULA 1: Nas aulas que antecedem esta sequência didática sugerimos que o professor trabalhe com seus alunos a Pré-história a partir das origens da espécie humana no continente africano, conforme fontes de sua preferência para a ciência de referência. E somente após isso trabalhar a Pré-história local, ou seja, de Mato Grosso do Sul. Entretanto, faz-se necessário que os alunos entendam como se deu o processo de ocupação da América, e portanto, do planalto central brasileiro, onde se situa o atual estado de Mato Grosso do Sul.

Na página anterior há algumas sugestões de mapas e imagens que podem contribuir para o entendimento desse processo de ocupação. Certamente que estes mapas devem ser usados em conjunto com textos e outras intervenções do professor. De qualquer forma, o professor de História pode ainda buscar outras fontes de sua preferência.

Organizar a turma para levantar os saberes prévios dos alunos a respeito da temática. Chamados subsunçores pela teoria da Aprendizagem Significativa Crítica (Moreira, 2005, p. 4-5), conhecimentos prévios são importantes para se ter um ponto de partida. Sugere-se um levantamento desses subsunçores ou saberes prévios antes de apresentar quaisquer conteúdos ou informações novas. Isto pode ser feito através de um simples diálogo com a turma ou através de questionários, se preferir.

Preferimos o diálogo, questionários podem dar uma ideia de formalidade desnecessária.

O professor pergunta: Quem sabe o que é um sítio arqueológico? Se quiser reforçar, pode escrever a pergunta na lousa. Aguarda as respostas dos alunos e interage com a turma, seja dando razão quando a resposta é correta ou explicando quando não sabem, ou ainda complementando as respostas com explicações mais precisas. A seguir mais algumas perguntas que o professor pode fazer nessa primeira aula para levantamento dos saberes prévios:

- Na nossa cidade (Campo Grande-MS) existem sítios arqueológicos?
- Alguém sabe o nome de um sítio arqueológico de Mato Grosso do Sul?
- O que são artefatos?
- Qual a diferença entre artefatos de pedra lascada e pedra polida?
- Quem foram os primeiros humanos no território do atual estado de Mato Grosso do Sul? Quando chegaram?
- O que surgiu primeiro, a cerâmica ou a pedra lascada?

Na sequência o professor pode explicar questões básicas e necessárias. Traçar uma linha divisória na lousa e escrever de um lado: **fontes históricas** e de outro: **fósseis**. Explicar ou lembrar que fontes históricas são todos os vestígios ou registros deixados pelos seres humanos, e que os historiadores podem analisar para entender esses povos. Deixar claro que fósseis, ossos de dinossauros, pedras (geofatos) e qualquer outro material natural não trabalhado por seres humanos não são fontes históricas, e portanto não são material para estudo da História e do profissional historiador.

Explique que a História é uma ciência que se limita ao estudo das sociedades humanas através do tempo. Entendido claramente o que são fontes históricas e quais os tipos mais comuns referentes ao período pré-histórico, a saber, artefatos de pedra lascada e carvão, o professor passa a explicar, com apoio de texto na lousa,

que nas escavações realizadas em **Mato Grosso do Sul** foram encontrados **carvão de fogueiras** antigas e **artefatos de pedra lascada** com até **12.640 anos** Antes do Presente, em sítios arqueológicos como o Templo dos Pilares, em Alcinópolis, ou o SI-12, no município de Paraíso das Águas (Martins; Kashimoto, 2014, p. 172-173) e que esses vestígios correspondem a ferramentas de pedra lascada pertencentes a grupos de caçadores coletores, que foram os primeiros humanos a chegar a este território ainda durante o final da última era glacial.

Nesta aula o professor deve deixar espaço para questionamentos dos alunos, respondê-los, na medida do possível, e realizar os registros necessários. Interessante também apontar no texto e na explanação verbal que Mato Grosso do Sul tem, pelo menos, **737 sítios arqueológicos registrados**, sendo que até mesmo na capital, Campo Grande, há sítios arqueológicos e artefatos (Martins; Kashimoto, 2014, p. 271) como os que foram coletados na região do córrego Anhanduí, por exemplo.

AULA 2: A segunda aula ocorre na outra semana, conforme a distribuição de carga horária da disciplina para o sexto ano do Ensino Fundamental II. Este tempo é útil também para amadurecer as ideias e para que os estudantes pesquisem mais a respeito do assunto, caso se interessem pelo tema.

Apresentar o vídeo **“Pré-história de Mato Grosso do Sul”**, do canal do Museu de Arqueologia da UFMS: <https://www.youtube.com/watch?v=HNaSgMGU3-s&t=7s>.

Esta animação é bastante simples e ao mesmo tempo elucidativa da Pré-história de Mato Grosso do Sul por explicar, de maneira leve e agradável a diferença entre o período dos caçadores coletores, 12,640 - 3.000 A.P., e o período posterior, dos agricultores ceramistas, a partir de 2.500 A.P. em diante.

O professor pode destacar, na lousa, de preferência com cores diferentes, esses dois períodos. Ao fazer isso ele deve destacar que no período dos caçadores coletores ainda não existia cerâmica nem assentamentos permanentes. Os caçadores coletores que chegaram a este território por volta de 12 mil anos Antes do Presente, eram nômades, assim como seus ancestrais do velho mundo.

Atividade:

Refazer algumas das perguntas da aula 1, agora por escrito, na lousa ou impresso, na forma de exercícios.

- Você sabe o nome de um sítio arqueológico de Mato Grosso do Sul?
- O que são artefatos?
- Qual a diferença entre artefatos de pedra lascada e pedra polida?
- Quem foram os primeiros humanos no território do atual estado de Mato Grosso do Sul? Quando chegaram?

Acompanhar a realização dos exercícios e tirar dúvidas dos estudantes se necessário. Verificar a diferença entre as respostas da aula 1 e da aula 2.

AULA 3: Apresentar o kit de réplicas dos artefatos de pedra lascada dos povos caçadores coletores de MS aos estudantes. O material é emprestado pelo Museu de Arqueologia da UFMS com agendamento prévio. Explique à turma o que vão fazer, o que vão ver e tocar, os cuidados com o material. Explique que essas réplicas foram confeccionadas a partir de moldes retirados das peças originais, com datações de até 12 mil anos.

Coloque o kit sobre uma mesa e mostre aos alunos. Deixe que peguem na mão, mas esteja próximo para evitar que danifiquem, percam ou manuseiem de maneira inadequada as réplicas.

Questione os estudantes se as pontas de seta possuíam hastes. Peça a eles para imaginar como seriam com a madeira de cerca de quase um metro e que tipo de arco teria sido usado para atirar essas flechas de pedra lascada. Será que os antigos caçadores coletores daqui do Mato Grosso do Sul, há milhares de anos usavam penas de pássaros na extremidade das flechas? Essas questões não são possíveis de responder com base na cultura material porque a madeira normalmente apodrece e não é encontrada nas escavações arqueológicas. Mas essa é uma coisa interessante de se dizer aos alunos.

Eles já aprenderam o que são fontes históricas, o que são vestígios que os historiadores e arqueólogos estudam para tentar entender o passado da humanidade, então certamente são capazes de entender que certos materiais se preservam e outros não, alguns somente em determinadas condições muito raras, como é o caso de madeira ou ossos. Explique a tipologia das peças, para que serviam, de que tipos de rochas eram confeccionadas, no caso conforme Martins; Kashimoto, (2014, p. 11), os tipos mais comuns de rochas para confecção de artefatos de pedra lascada são: arenito silicificado, quartzito, quartzo, seixos variados normalmente encontrados em rios e córregos da região. Explique como e por quem eram usadas. Neste material informativo que acompanha o kit de réplicas há algumas informações a respeito.

Realize, se possível, registros fotográficos ou escritos da atividade. O professor pode também dar ênfase ao fato de que nossos ancestrais todos eram caçadores coletores nômades no passado, independente do lugar onde viviam, pois os humanos adotaram o modo de vida caçador coletor nômade por mais de dois milhões de anos, enquanto que o modo de vida sedentário, com agricultura, é recente, variando conforme o local para cerca de 12, 8 ou 3 mil anos AP.

Assentamentos permanentes, agricultura e produção de cerâmica marcam o fim desse período. André Prous (1982, p. 572-574), entre outros, chama esse processo de neolitização, ainda que os conceitos de Paleolítico e Neolítico não sejam usados para a América.

Sobre a Pré-história desta região (Mato Grosso do Sul e adjacências) podemos dizer também que os povos nômades eram precisamente caçadores coletores e pescadores, ao invés de simplesmente caçadores coletores. Isto por causa das características do paleoambiente local, rico em recursos hídricos, fauna e flora, conforme aponta, Prous (1992, p. 108).

Para concluir a sequência de aulas, o professor pode, na terceira e última aula, realizar uma atividade de autoavaliação com a turma. Nesse caso deve-se preparar com antecedência o material impresso, de sua preferência, para a atividade.

REFERÊNCIAS

BRAMBILLA, Lia Raquel Toledo Gasques, 2021, **El pasado arqueológico en Mato Grosso do Sul - Brasil : un análisis a través de la base de datos del MuArq - Museo de Arqueología de la UFMS**. Universidade Autônoma de Barcelona. Tese de doutorado. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2021/hdl_10803_673646/lrtbglde1.pdf

CAMPO GRANDE. **Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino (Reme)**. Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande-MS (SEMED), 2020.

MARTINS; KASHIMOTO, 2014, **Catálogo de ferramentas de pedra lascada dos povos pré-coloniais que viveram no território de Mato Grosso do Sul, entre 12.000 e 3.000 anos atrás**. Campo Grande, MS, Life Editora.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa Crítica**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2005.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SCHEEL-YBERT, R. (1999). **Considerações sobre o método de datação pelo Carbono-14 e alguns comentários sobre a datação de sambaquis**. Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia, (9), 297-301. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1999.109360>

Autoria, arte e diagramação:

Luciano Alonso Justino.

Supervisão:

Carlos E. da C. Campos e Lia R. T. Brambilla Gasques.

Agradecimentos:

ATRIVM, MuArq/UFMS; PROFHIST-UEMS; FUNDECT - MS.

Links úteis:

<https://www.atrivmufms.com/>

<http://site.profhistoria.com.br/>

<https://muarq.ufms.br/>

<https://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigcritport.pdf>

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2142/autoavaliacao-modelos-para-educacao-infantil-e-anos-iniciais>

Contato:



Réplicas didáticas

 <https://www.instagram.com/historia.e.afins/>

Prof. **Luciano Alonso**

 (67) 98444-9516



HISTORIA.E.AFINS

Prof. Luciano Alonso

Contato do WhatsApp

